Tractebel Energia

GDF SUEZ



Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2013 e de 2012

Diretoria Financeira e de Relações com Investidores

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 / NIRE Nº 42 3 0002438-4

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025.25

TBLE3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

IBOVESPA

Índice de Sustentabilidade Empresarial ISE 2014

Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada IGC

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado ITAG

2013

Tractebel Energia
GDF SUEZ

ÍNDICE

Mensagem da Administração 2
Relatório da Administração 5
Balanços Patrimoniais 35
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios 37
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 38
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 39
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 40
Demonstrações dos Valores Adicionados 42
1 Contexto operacional 44
2 Apresentação das demonstrações contábeis 47
3 Sumário das principais práticas contábeis 50
4 Caixa e equivalentes de caixa 63
5 Contas a receber de clientes 64
6 Estoques 65
7 Outros créditos fiscais a recuperar 66
8 Combustível a reembolsar 67
9 Valores a receber pela alienação de ativo 67
10 Depósitos vinculados 68
11 Depósitos judiciais 68
12 Investimentos 69
13 Imobilizado 76
14 Intangível 83
15 Fornecedores 84
16 Empréstimos e financiamentos 85
17 Debêntures 93
18 Concessões a pagar 94
19 Imposto de renda e contribuição social a pagar 96
20 Outras obrigações fiscais e regulatórias 97
21 Provisão para remunerações e encargos 98
22 Obrigações com pesquisa e desenvolvimento 98
23 Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas 99
24 Obrigações com benefícios de aposentadoria 108
25 Imposto de renda e contribuição social diferidos 114
26 Patrimônio líquido 117
27 Dividendos e juros sobre o capital próprio 119
28 Conciliação da receita líquida de vendas 120
29 Detalhamento dos gastos operacionais por natureza 121
30 Reversão (constituição) de provisões operacionais 122
31 Resultado financeiro 123
32 Conciliação dos tributos, no resultado 124
33 Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros 125
34 Transações com partes relacionadas 133
35 Seguros 136
36 Compromissos de longo prazo 137
37 Riscos específicos da atividade operacional de geração de energia 140
38 Informações complementares ao fluxo de caixa 141
39 Eventos subsequentes 142
Declaração dos Diretores da Companhia 143
Conselho de Administração 144
Diretoria Executiva 144
Relatório dos Auditores Independentes 145
Parecer do Conselho Fiscal 148

Senhores Acionistas,

A Administração da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia" ou a "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. As informações do Relatório de Administração estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil.

Mensagem da Administração

O ano de 2013 foi particular para a Tractebel Energia. Se de um lado a Companhia vivenciou adversidades setoriais e as decorrentes de uma dinâmica mais lenta da economia, de outro comemorou algumas vitórias: encerrou mais um ano como a empresa de maior valor de mercado do setor elétrico brasileiro, alcançando a marca de R$ 23,5 bilhões em 31 de dezembro; suas ações subiram 15,5% em relação a 2012, sem contar a distribuição de proventos com *yield* superior a 6%, enquanto o Ibovespa – índice que reúne as ações mais negociadas na bolsa – recuou 8,8%; e, pelo nono ano consecutivo, integrou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, do qual faz parte desde que foi criado, em 2005.

Esse desempenho positivo deixa evidente a sua competitividade econômico-financeira e reafirma sua disposição de seguir firme investindo no país – algo que vem se consolidando desde 1998, quando a Tractebel Energia nasceu no Brasil, no leilão de privatização da Gerasul. Controlada pela GDF SUEZ – maior produtora independente de energia elétrica do mundo, com uma capacidade instalada em operação de 117 GW –, a Companhia desde então vem investindo em projetos para expandir sua capacidade instalada e diversificar seu parque gerador.

Em 2013, a Tractebel Energia adquiriu projetos eólicos na Bahia, que permitirão o desenvolvimento de uma potência instalada de aproximadamente 206 MW. Além disso, fechou o ano com dois dos quatro parques eólicos do Complexo Eólico Trairí em funcionamento, acrescentando 55,4 MW ao seu parque gerador. Para 2014, estão previstas a entrada em operação dos Parques Eólicos Fleixeiras I e Mundaú, cada um com capacidade de 30 MW, e a construção do Complexo Eólico Santa Mônica, também no Ceará e vizinho do complexo Trairí, com capacidade de 97,2 MW.

Ainda no campo das aquisições, a Companhia comprou a totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica Ltda., uma usina de cogeração a biomassa do bagaço da cana de açúcar que está em operação desde 2009 e tem capacidade instalada de 65,5 MW. A geração termelétrica foi muito demandada em 2013, e as seis usinas da Companhia atingiram o recorde de produção de 6.294 GWh, ou 718 MW médios.

Festejamos, também, a entrada em operação da oitava e última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito, com capacidade de 1.087 MW. E, para 2014, os planos são muitos. Já no primeiro trimestre, a expectativa é estrear na geração de energia solar, com a inauguração de uma usina fotovoltaica com capacidade de pico de 3 MW – em um projeto da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), realizado em parceria com outras instituições e da qual a Tractebel Energia é líder.

Em relação ao desempenho financeiro, apesar do saldo positivo em diversas frentes, a Tractebel Energia – assim como demais empresas do setor – foi impactada pelas decisões do Governo Federal relacionadas à forte estiagem que se prolongou desde o final de 2012. Entre elas estão a redistribuição do ônus da geração termelétrica adicional e a implantação de medidas complementares, no decorrer de 2013, que vieram em sentido oposto ao do planejamento das empresas. Diante desse cenário, o lucro líquido da Companhia foi de R$ 1.436,7 milhões, 3,6% inferior em relação a 2012. Mesmo assim, a Tractebel Energia reduziu sua dívida em moeda estrangeira e, consequentemente, sua exposição cambial. Também quitou, antecipadamente, obrigações com o Tesouro Nacional, gerando receita contábil de quase R$ 50 milhões.

Na área comercial, também tivemos superações em 2013. A Tractebel Energia intensificou seu negócio de compra e venda de energia, conquistando mais 40 novos clientes livres. Destes, 24 são consumidores especiais, com demanda superior a 0,5 MW e que adquirem sua energia de fontes renováveis e complementares à hidráulica de grande porte – como é o caso das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), as eólicas e as usinas a biomassa. Assim, as vendas líquidas totais somaram R$ 5.568,7 milhões, 13,4% superiores às de 2012.

O sucesso dos negócios, porém, só é completo se acompanhado de avanços sociais. Em especial, nas regiões de atuação da Companhia, que conta hoje com 24 usinas instaladas em 12 estados brasileiros. Em 2013, realizamos ações que merecem destaque. Uma delas foi a inauguração do Centro de Cultura de Alto Bela Vista, município da região da Usina Hidrelétrica Itá, em Santa Catarina, que conta com um auditório, um teatro e um cinema para 250 pessoas. No mesmo estado, também inauguramos o Parque Ambiental Tractebel, localizado na região do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Trata-se de um espaço de lazer e cultura que tem recebido cerca de dois mil visitantes nos finais de semana.

No que se refere ao setor elétrico, para atrair mais investimentos e oferecer melhores condições comerciais aos clientes e consumidores, o desafio em 2014 é retomar um ambiente de maior estabilidade regulatória. Outra questão importante é assegurar competitividade com sustentabilidade no setor, tanto em seus aspectos socioambientais quanto nos de ordem econômica. O estabelecimento de preços-teto nos leilões realizados pelo Governo Federal, nos seus esforços legítimos e que merecem ser apoiados para buscar a modicidade tarifária, deve ter como premissa que os competidores sejam de fato aptos para implantar e operar empreendimentos de longa vida útil, com todos os seus impactos positivos e negativos, não só para as regiões em que se inserem, mas também em escala nacional e mesmo global.

Ao relatar seus resultados, prestando contas a acionistas, empregados e demais partes interessadas, a Tractebel Energia está ciente de que, assim, compartilha conquistas e desafios. Ao mesmo tempo, reforça seu compromisso de permanente empenho para o aperfeiçoamento de suas práticas e o aprimoramento de resultados, com ética, sustentabilidade e transparência.

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor-Presidente

1. Perfil Institucional

A Tractebel Energia, maior geradora privada do setor elétrico brasileiro, atua, desde 1998, na geração e comercialização de energia, por meio da implantação e operação de usinas. A Companhia é sediada em Florianópolis, Santa Catarina, e suas usinas se encontram instaladas em todas as regiões do Brasil.

A Companhia tem capital social de R$ 2.445,8 milhões, composto por 652.742.192 ações ordinárias, negociadas regularmente, sob o código TBLE3, no Novo Mercado da BM&FBovespa. A Tractebel Energia também negocia ADRs (*American Depositary Receipts*) Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, segundo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

Seu controle acionário é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), que responde por 68,71% do capital social da Tractebel Energia. A GSELA é controlada pelo grupo franco-belga GDF SUEZ, maior produtor independente de energia do mundo, com uma capacidade instalada de 117 GW, e que atua em toda a cadeia de valor da energia, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização, em eletricidade e gás natural.

Controle Acionário em 31/12/2013



1.1. Parque Gerador

A Tractebel Energia possui capacidade instalada própria de 6.964,7 MW, equivalente a 6,0% do total da capacidade instalada no Brasil. Seu parque gerador, presente em 12 estados das cinco regiões do País, é composto por 24 usinas, entre hidrelétricas, termelétricas e complementares – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas e a biomassa. A Companhia opera todas essas usinas e controla integralmente 20 delas. Em quatro – Itá, Machadinho, Estreito e Ibitiúva Bioenergética –, participa como consorciada. A capacidade instalada operada pela Tractebel Energia nas 24 usinas é de 8.685,4 MW.

Para a exploração do parque gerador, a Companhia detém concessões e autorizações outorgadas pelo órgão regulador, com as seguintes características:

Parque gerador e capacidade instalada dos ativos com outorga de concessão e autorização para a Companhia em 31 de dezembro de 2013

Usinas	Localização	Vencimento da concessão/ autorização	Capacidade Instalada própria (MW)
Hidrelétricas			
Salto Santiago	Rio Iguaçu (PR)	27.09.2028	1.420,0
Itá *	Rio Uruguai (SC e RS)	16.10.2030	1.126,9
Salto Osório	Rio Iguaçu (PR)	27.09.2028	1.078,0
Cana Brava	Rio Tocantins (GO)	26.08.2033	450,0
Estreito *	Rio Tocantins (TO e MA)	26.11.2037	435,6
Machadinho *	Rio Uruguai (SC e RS)	14.07.2032	403,9
São Salvador	Rio Tocantins (TO)	22.04.2037	243,2
Passo Fundo	Rio Passo Fundo (RS)	27.09.2028	226,0
Ponte de Pedra	Rio Correntes (MT)	30.09.2034	176,1
Total de fonte hidrelétrica			**5.559,7**
Termelétricas			
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda **	Capivari de Baixo (SC)	27.09.2028	857,0
William Arjona	Campo Grande (MS)	28.04.2029	190,0
Charqueadas	Charqueadas (RS)	27.09.2028	72,0
Alegrete***	Alegrete (RS)	27.09.2028	66,0
Total de fonte termelétrica			**1.185,0**
Complementares			
Parque Eólico Guajiru	Trairi (CE)	20.09.2041	30,0
Lages	Lages (SC)	29.10.2032	28,0
Rondonópolis	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	18.12.2032	26,6
Beberibe	Beberibe (CE)	03.08.2033	25,6
Parque Eólico Trairi	Trairi (CE)	29.09.2041	25,4
José Gelazio da Rocha	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	18.12.2032	23,7
Ibitiúva Bioenergética *	Pitangueiras (SP)	04.04.2030	22,9
Areia Branca	Rio Manhuaçu (MG)	02.05.2030	19,8
Pedra do Sal	Parnaíba (PI)	01.10.2032	18,0
Total das fontes complementares (biomassa, eólicas e PCH)			**220,0**
Total			**6.964,7**

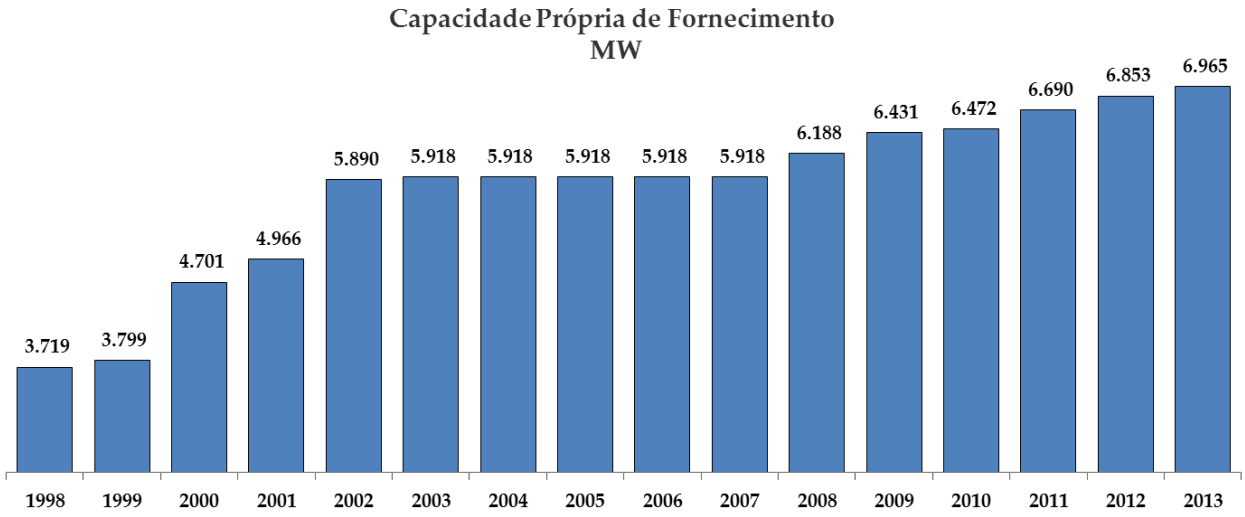
(*) As usinas em consórcio possuem as seguintes capacidades instaladas totais: Itá, 1.450,0 MW; Estreito, 1.087 MW; Machadinho, 1.140 MW; e Ibitiúva, 33 MW. Assim, a capacidade das 24 usinas operadas pela Tractebel Energia soma 8.685,4 MW.

(**) Complexo Termelétrico composto por três usinas.

(***) A Usina Termelétrica Alegrete (UTAL) é uma usina termelétrica movida a óleo combustível construída há cerca de 45 anos. Atualmente, em decorrência do seu alto custo de operação, não tem sido despachada em situações de normalidade de operação do sistema elétrico, uma vez que há usinas mais econômicas para suprir a demanda. Na atual situação, a usina deixou de ser economicamente viável e a Tractebel Energia solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a revogação definitiva da autorização de operação e sua devolução à União.

1.2. Expansão do Parque Gerador

Desde o início das operações no Brasil, a Companhia analisa oportunidades de expansão nas diferentes regiões do País, que sejam sustentáveis dos pontos de vista econômico, social e ambiental. Assim, vem diversificando sua matriz energética e a participação em diferentes mercados regionais, e permanece com o firme propósito de continuar a ampliação do seu parque gerador, prioritariamente por meio de fontes renováveis, como a hidráulica, a eólica, a biomassa e a solar.



Em 21 de março de 2013, entrou em operação a oitava e última unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito – empreendimento no qual a Tractebel Energia participa com 40,07% – na divisa de Tocantins e Maranhão. Além disso, dois, dos quatro parques eólicos em implantação no município de Trairi, Ceará, entraram em operação comercial: a Central Eólica Guajiru, no dia 28 de outubro de 2013, e a Central Eólica Trairí no dia 22 de novembro de 2013. Como evento subsequente, a Central Eólica Fleixeiras I recebeu autorização da Aneel para iniciar suas operações comerciais a partir do dia 28 de janeiro de 2014. Continuam as obras da Central Eólica Mundaú, com previsão de entrada em operação para o primeiro trimestre de 2014. Em conjunto, os quatro parques eólicos totalizam 115,4 MW de capacidade instalada e 58,2 MW médios de capacidade comercial.

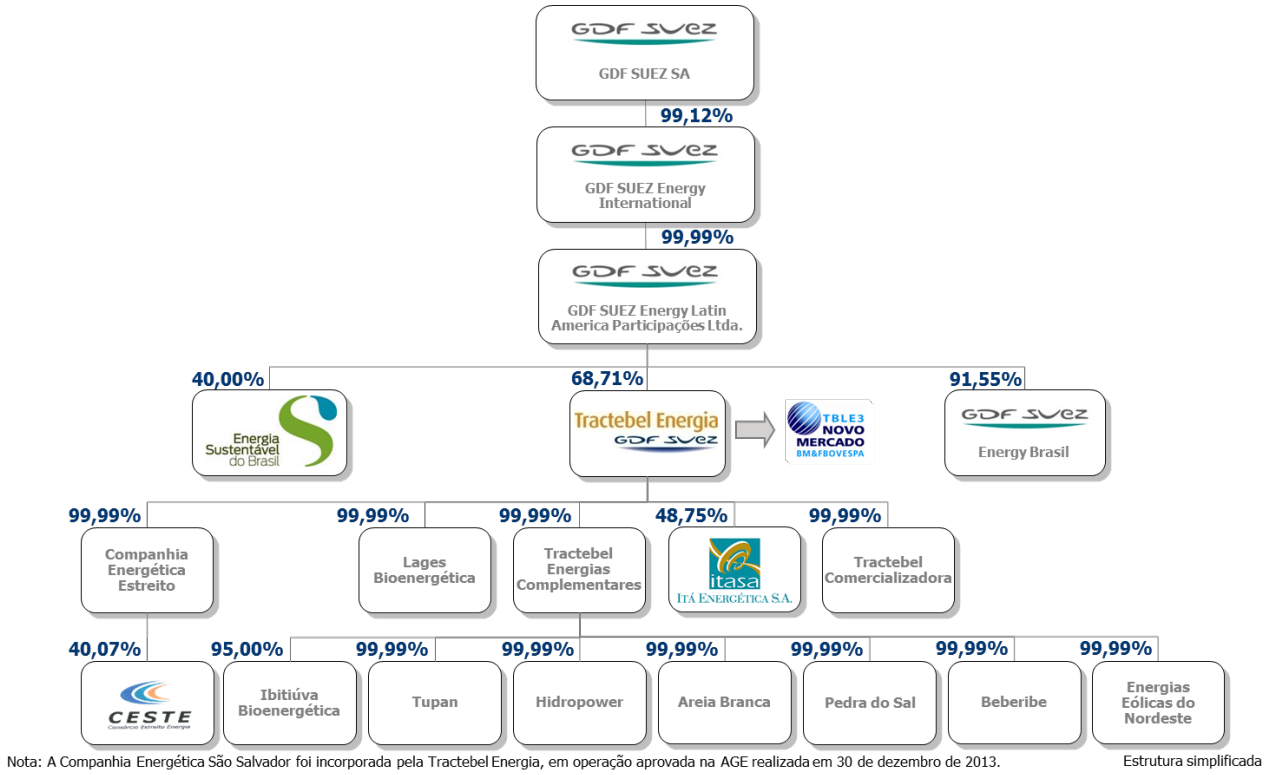
Em 16 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A., detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica Ferrari (UTE Ferrari), um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, com capacidade instalada de 65,5 MW e capacidade comercial de 23,2 MW médios. O investimento será reconhecido contabilmente quando do cumprimento de todas as condições resolutivas estabelecidas no contrato de aquisição, previsto para o primeiro trimestre de 2014.

2. Estrutura Societária

A Tractebel Energia é controladora das seguintes empresas: Companhia Energética Estreito, Lages Bioenergética Ltda., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tractebel Energia Comercializadora Ltda. Esta última é responsável, especificamente, pela intermediação e operação de compras, vendas, importações e exportações de energia elétrica no mercado de livre negociação.

A Companhia possui também as seguintes participações: (i) 19,28% no Consórcio Machadinho, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Machadinho; (ii) 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), por meio da participação detida pela Companhia Energética Estreito, responsável pela exploração da Usina Hidrelétrica Estreito; e (iii) 72,90% no Consórcio Andrade, responsável pela exploração da Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética, por meio da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A., da qual a Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. detém 95,00% do capital social.

Organograma Societário Simplificado em 31/12/2013



Nota: A Companhia Energética São Salvador foi incorporada pela Tractebel Energia, em operação aprovada na AGE realizada em 30 de dezembro de 2013. Estrutura simplificada

Adicionalmente, a Tractebel Energia participa com 48,75% no controle compartilhado da Itá Energética S.A. (Itasa). A Itasa, por sua vez, possui 60,5% do Consórcio Itá, o qual detém a concessão da Usina Hidrelétrica Itá, e, neste, a Tractebel Energia tem participação direta de 39,5%. Somando-se sua participação na Itasa e no Consórcio, a Companhia detém 68,99% da Usina Hidrelétrica Itá. O controle compartilhado da Itasa é regido por acordo de acionistas, e as decisões de interesse comum do Consórcio Itá são tomadas por um comitê gestor, conforme definido no Contrato de Constituição do Consórcio, composto por quatro membros, sendo dois representantes da Tractebel Energia.

Em 20 de fevereiro de 2013, na vigésima oitava Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, foi aprovada a extinção da Maesa mediante a reversão do patrimônio desta para seus acionistas, na proporção de suas respectivas participações, e incorporação de seus ativos pela Companhia.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2013, foi aprovada a operação de incorporação, pela Tractebel Energia, da Companhia Energética São Salvador (CESS), da qual era controladora. A operação promoveu a redução da estrutura organizacional da Companhia, a diminuição de custos, a racionalização e otimização dos investimentos, entre outros benefícios, criando assim valor para os acionistas.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2013, a recuperação da economia mundial manteve-se em ritmo moderado, sendo o crescimento alavancado pelas economias avançadas, principalmente os Estados Unidos e alguns países da zona do euro, além da China.

As economias emergentes, como a brasileira, apresentaram alta volatilidade – um reflexo das incertezas associadas à solidez dessas economias e sua dependência de fatores externos, como o início da redução dos estímulos monetários por parte do *Federal Reserve* dos Estados Unidos.

O temor de que uma maior valorização do dólar influísse negativamente no resultado comercial e que o aumento da taxa de juros nos Estados Unidos atraísse os investimentos até então direcionados para as economias emergentes colaborou para a redução das taxas de crescimento dos países em desenvolvimento.

A balança comercial brasileira encerrou o ano com superávit de US$ 2,6 bilhões, enquanto o real registrou depreciação de 14,6% em relação ao dólar.

A pressão altista de preços permaneceu ao longo do ano e o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) manteve-se próximo ao topo da faixa estabelecida pelo Governo como meta (2,5% a 6,5%) em 5,6%. Para controlar a inflação, a taxa de juros básica da economia (Selic) foi elevada de 7,25% a.a. para 10% a.a. no decorrer de 2013.

Nesse cenário e às vésperas de um ano eleitoral, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 2,3%, superior ao 0,9% obtido em 2012.

4. Consumo de Energia Elétrica

Conforme o relatório publicado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo nacional de energia elétrica fechou 2013 com elevação de 3,5% sobre o ano anterior, alcançado 463,7 mil GWh. O consumo das residências foi o principal responsável pelo aumento, com alta de 6,1%, passando a representar 26,9% do total consumido, com 124,8 mil GWh. A classe residencial encerrou 2013 com 63,9 milhões de consumidores no país, elevação de 3,5%, com um índice de consumo médio de 163 kWh por consumidor.

No segmento de comércio e serviços o consumo evoluiu 5,7%, apresentando a segunda maior elevação do ano. Esse resultado pode ser entendido por meio de indicadores setoriais, em especial os relacionados ao aumento do nível de emprego no setor terciário e à expansão da atividade do comércio varejista.

O consumo industrial apresentou taxa de crescimento bastante modesta ao longo do ano, de 0,6%, totalizando 184,6 GWh. Este resultado refletiu a fraca atividade de setores eletrointensivos, como os de extração mineral e alguns segmentos da metalurgia (nos estados de Minas Gerais, Maranhão e Pará). A região Sul apresentou a maior contribuição para o aumento do consumo industrial brasileiro como resultado do aquecimento das atividades de refino do petróleo e produção de veículos automotores e de máquinas e equipamentos para o setor agrícola.

O restante do consumo, distribuído na segmentação "outros", que envolve principalmente os setores rural e público, apresentou aumento de 4,2% no consumo, somando 70,5 mil GWh.

No ano, todas as regiões do país apresentaram aumento no consumo em relação a 2012, sendo que o Sudeste acumulou alta de 2,0%, o Nordeste de 5,6%, o Norte de 3,8%, o Sul de 4,3% e a maior alta, de 7,0%, na região Centro Oeste.

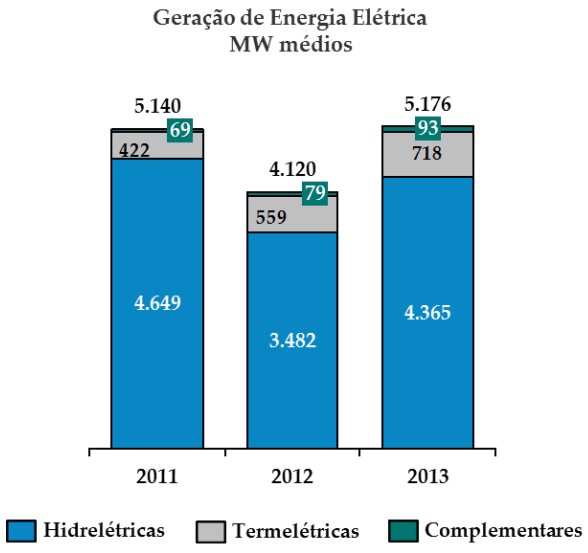
5. Desempenho Operacional

5.1. Disponibilidade

Em 2013, o valor anual acumulado de disponibilidade alcançado pelas usinas operadas pela Tractebel Energia foi de 97,4%, desconsiderando-se as paradas programadas, sendo 98,9% na geração hidrelétrica, 88,0% na termelétrica e 96,3% nas usinas complementares. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2013 foi de 92,3%, sendo 94,3% para as hidrelétricas, 79,6% para as termelétricas e 90,4% para as complementares.

5.2. Produção

No período de 12 meses de 2013, a produção total de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel Energia alcançou 45.344 GWh (5.176 MW médios), um aumento de 25,3% em relação a 2012, configurando um novo recorde anual de geração da Companhia, superando os 45.023 GWh (5.140 MW médios) obtidos em 2011. Do total gerado, as hidrelétricas foram responsáveis por 38.239 GWh (4.365 MW médios), um aumento de 25,0%; as termelétricas por 6.294 GWh (718 MW médios), um aumento de 28,0%; e as usinas complementares por 811 GWh (93 MW médios), um aumento de 16,9%. As variações acima foram calculadas em GWh. Em MW médios, as variações seriam ligeiramente diferentes pelo fato de 2012 ser ano bissexto.



Esses incrementos estão associados, principalmente, à melhoria nas condições hidrológicas com relação ao ano anterior e, ao mesmo tempo, ao maior despacho das usinas termelétricas, que continua acima da média em função da estratégia de aumentar a garantia energética de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

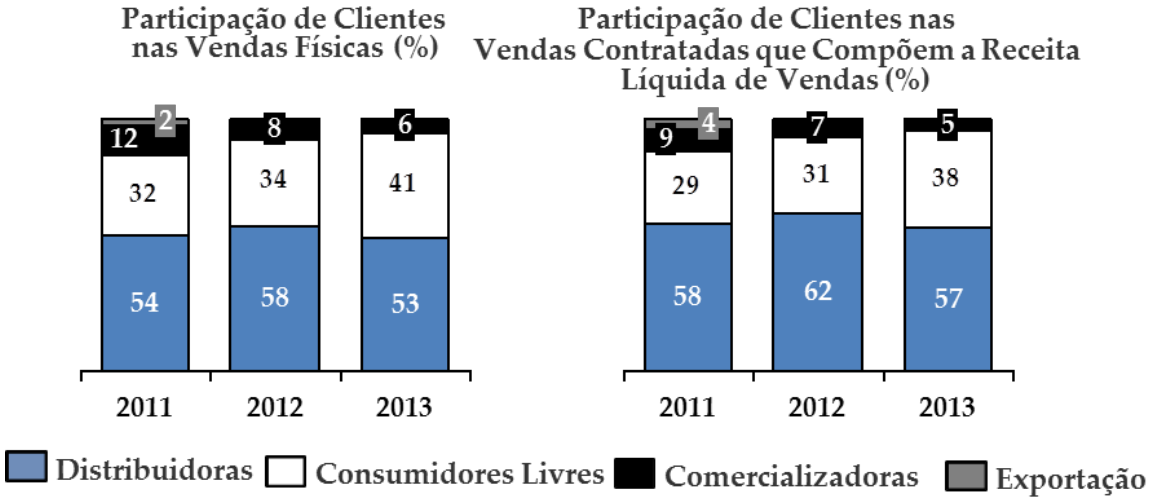
Outros fatores que contribuíram para a elevação da geração foram a operação da Usina Hidrelétrica Estreito, que passou a contar com o total de sua capacidade instalada desde março de 2013, e o início das operações comerciais dos Parques Eólicos Trairí e Guajiru, que elevaram em 55,4 MW a capacidade instalada da Companhia.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Essa característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, desde que mantidas as outras variáveis.

5.3. Clientes

No acumulado dos 12 meses de 2013, a presença de consumidores livres no portfólio também apresentou crescimento, alcançando 41,4% das vendas físicas e 38,0% da receita líquida de vendas. Esses índices representam aumentos de 7,2 p.p. e 7,6 p.p., respectivamente, em comparação a 2012.

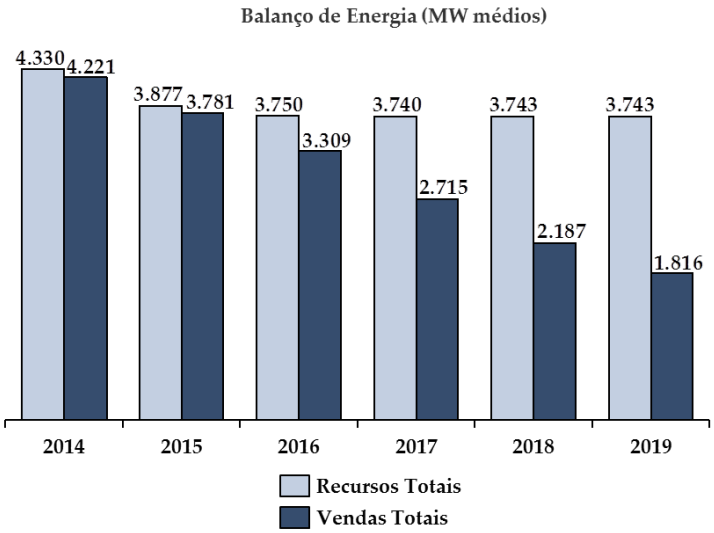


Como nos anos anteriores, a Tractebel Energia sustentou sua posição de principal geradora privada do país. O setor elétrico brasileiro é caracterizado por uma forte presença de companhias com controle estatal, principalmente na atividade de geração de energia elétrica.

Os principais concorrentes da Companhia são Eletrobrás, CESP, Cemig, Petrobras, Copel, AES Tietê, CPFL Energia, Duke Energy Geração Paranapanema, Grupo Neoenergia e Energias do Brasil.

5.4. Balanço de Energia

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor na data de 31 de dezembro de 2013, o balanço de energia da Tractebel Energia mostra que a Companhia está com sua disponibilidade de energia, incluindo aquisições de terceiros, quase totalmente contratada até 2015.



A Companhia comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) – venda para distribuidoras em leilões públicos e comercialização realizada por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) –, e no Ambiente de Contratação Livre (ACL) – venda direta para geradoras, comercializadoras e consumidores livres.

6. Desempenho Econômico-Financeiro

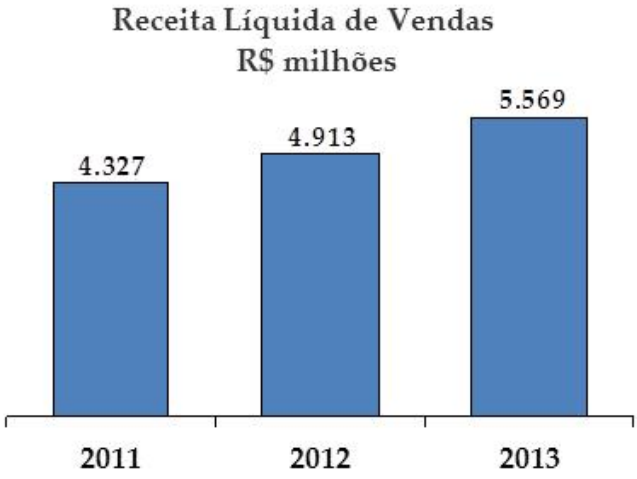
6.1. Indicadores e Informações Financeiras

	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
Informações financeiras (R$ milhões)				
Ativo total	12.028,6	12.310,9*	12.654,4	2,8%
Patrimônio líquido	5.450,3	5.502,3*	5.364,6	-2,5%
Receita líquida de vendas	4.327,0	4.912,5	5.568,7	13,4%
Lucro bruto	2.466,3	2.781,6	2.656,8	-4,5%
Resultado de serviço (EBIT ou LAJIR) (1)	2.408,6	2.539,3*	2.387,2	-6,0%
Lucro operacional	2.034,8	2.086,3*	2.001,7	-4,1%
Lucro líquido	1.448,1	1.490,9*	1.436,7	-3,6%
EBITDA (LAJIDA) (2)	2.909,7	3.100,5*	3.042,6	-1,9%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)				
Dívida total (empréstimos, financiamentos e debêntures)	3.649,2	3.534,5	3.495,4	-1,1%
Caixa e equivalentes de caixa	781,8	1.179,9	1.224,2	3,8%
Dívida líquida	2.867,4	2.354,6	2.271,2	-3,5%
ROCE (3) (%)	22,9*	24,7*	23,1	-1,6 p.p.
Dívida bruta/EBITDA (LAJIDA)	1,3	1,1	1,1	-
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total (%)	54,7	55,3*	57,6	2,3 p.p.
Margem operacional (%)	47,0	42,5*	35,9	-6,5 p.p.
Margem líquida (%)	33,5	30,3*	25,8	-4,5 p.p.
Ações				
Lucro líquido por ação (R$)	2,2185	2,2840*	2,2011	-3,6%
Preço médio da ação (4) – ON (R$)	22,59	30,19	34,67	14,8%
Dividendos por ação (R$)	2,1898	2,3691	2,2584	-4,7%

(1) EBIT (LAJIR) = lucro operacional + resultado financeiro;
(2) EBITDA (LAJIDA) = lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização + provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*);
(3) ROCE (retorno sobre o capital empregado) = resultado do serviço/ativo não circulante; e
(4) Média simples dos preços de fechamento, ajustados a dividendos.
(*) Ajustado em decorrência de mudança de prática contábil (vide considerações nas Demonstrações Contábeis).

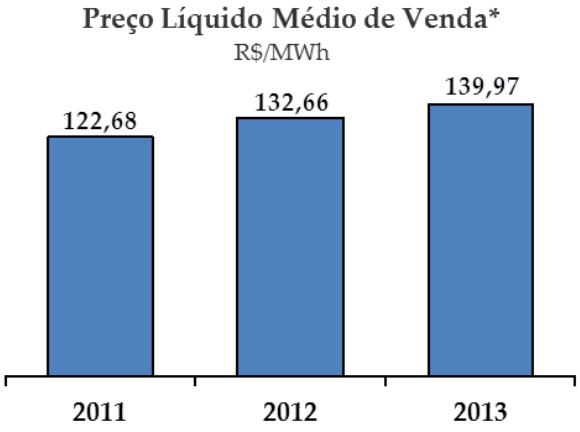
6.2. Receita Líquida de Vendas

Em 2013, houve uma ampliação da receita líquida de vendas de R$ 656,2 milhões, ou 13,4%, passando de R$ 4.912,5 milhões no ano de 2012 para R$ 5.568,7 milhões em 2013. Essa elevação decorreu, essencialmente, da combinação do seguinte: (i) R$ 290,0 milhões – aumento do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 268,1 milhões – acréscimo da receita das transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); (iii) R$ 90,1 milhões – elevação da quantidade de energia vendida; (iv) R$ 14,7 milhões – crescimento das vendas de crédito de carbono e de cinzas; e (v) R$ 8,0 milhões – redução da exportação de energia.



- **Preço médio líquido de venda**

O preço médio de venda de energia, líquido dos impostos sobre a receita, atingiu R$ 139,97/MWh, 5,5% superior ao praticado no ano de 2012, que foi de R$ 132,66/MWh. A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes.

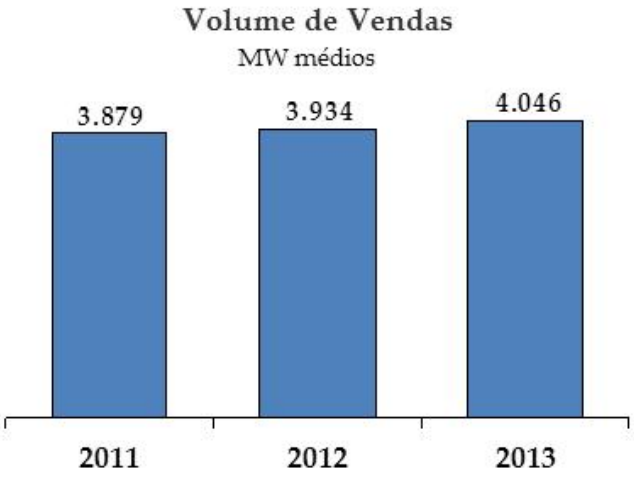


*Líquido de exportações e impostos sobre a venda

- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida em 2013 foi de 35.445 GWh (4.046 MW médios), contra 34.559 GWh (3.934 MW médios) registrados em 2012, um crescimento de 886 GWh (112 MW médios), ou 2,6% em GWh. A variação em MW médios é ligeiramente diferente pelo fato de 2012 ter sido um ano bissexto.

O aumento da quantidade de energia vendida foi reflexo da conjunção do que segue: (i) evolução de 2.864 GWh (330 MW médios) no fornecimento de energia para consumidores livres; (ii) redução de 1.213 GWh (131 MW médios) no suprimento de energia para distribuidoras; (iii) decréscimo de 739 GWh (84 MW médios) na venda de energia para comercializadoras; e (iv) exportação de energia somente em 2012 na quantidade de 26 GWh (3 MW médios).



6.3. Comentários sobre as Variações da Receita Líquida de Vendas, por Natureza de Conta

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de venda a distribuidoras e comercializadoras alcançou, no ano de 2013, R$ 3.074,3 milhões, uma redução de 3,4%, ou R$ 108,5 milhões, em relação ao exercício de 2012 que foi de R$ 3.182,8 milhões. Essa queda é explicada pela associação das seguintes variações: (i) R$ 179,1 milhões – decréscimo de 1.213 GWh (131 MW médios), ou 6,1% em GWh, no volume vendido para distribuidoras; (ii) R$ 141,2 milhões – crescimento de 5,1% no preço médio líquido de venda para distribuidoras; (iii) R$ 85,0 milhões – redução de 739 GWh (84 MW médios), ou 25,8% em GWh, na quantidade de energia vendida para comercializadoras; e (iv) R$ 14,4 milhões – ampliação, em 5,1%, do preço da energia vendida para comercializadoras.

b) Fornecimento de energia elétrica

A receita de venda a consumidores livres aumentou R$ 488,6 milhões, ou 34,9%, entre os anos em análise, passando de R$ 1.398,4 milhões em 2012 para R$ 1.887,0 milhões em 2013. Essa ampliação está relacionada a um acréscimo de 2.864 GWh (330 MW médios), ou 24,3% em GWh, equivalente a R$ 354,2 milhões, na quantidade de venda de energia, bem como um crescimento de 8,6% no preço médio líquido da energia vendida, ou R$ 134,4 milhões.

c) Transações no mercado de curto prazo

Nos 12 meses de 2013, houve um incremento de R$ 268,1 milhões na receita auferida no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, passando de R$ 298,3 milhões em 2012 para R$ 566,4 milhões em 2013. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir, no item "Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE".

6.4. Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram ampliados em R$ 781,0 milhões, ou 36,7% entre os períodos comparados, passando de R$ 2.130,9 milhões no ano de 2012 para R$ 2.911,9 em 2013. Essa variação decorreu, essencialmente, do comportamento dos principais componentes descritos a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento R$ 111,9 milhões no ano de 2013 em relação a 2012, refletindo os reajustes de contratos de longo prazo existentes e os preços dos contratos com vigência iniciada em 2013.

b) **Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE:** os custos com essas transações foram superiores em R$ 584,2 milhões entre os exercícios de 2013 e 2012. Maiores detalhes estão descritos a seguir, em item específico.

c) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão**: queda de R$ 22,4 milhões entre os anos de 2013 e de 2012, reflexo, em sua grande parte, dos efeitos de medidas impostas pelo Governo Federal que resultaram na redução de encargos setoriais sobre as tarifas de transmissão no ano de 2013.

d) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** acréscimo de R$ 30,4 milhões na comparação entre os anos em análise, refletindo a elevação da geração de energia termelétrica, que resultou no incremento de R$ 15,3 milhões no consumo de gás natural na Usina Termelétrica William Arjona (UTWA) e de R$ 15,1 milhões no consumo líquido de biomassa, carvão e óleo diesel.

e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*royalties*):** aumento de R$ 36,3 milhões entre os anos comparados em razão, basicamente, do incremento de geração das unidades hidrelétricas da Companhia.

f) **Pessoal:** aumento de R$ 18,8 milhões em relação a 2012 em função, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e dos benefícios dos empregados.

g) **Depreciação e amortização:** incremento de R$ 24,4 milhões, entre 2012 e 2013, em função, sobretudo, da entrada em operação de novas unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito e dos novos parques eólicos, localizados no estado do Ceará.

6.5. Detalhamento das Operações de Curto Prazo, Inclusive as Transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel Energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo essa a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2013, o resultado líquido decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi negativo em R$ 71,3 milhões, ante o resultado positivo de R$ 244,8 milhões, obtido no mesmo período de 2012, ou seja, uma variação negativa de R$ 316,1 milhões entre os anos comparados.

Essa redução no resultado decorreu, em especial, da conjunção do que segue: (i) compra de energia no curto prazo, a partir do segundo trimestre de 2013, para reduzir a posição devedora na CCEE e, em consequência, mitigar os efeitos da Resolução 03/2013, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE 03); (ii) efeito líquido negativo em decorrência da diferença entre (ii.i) a despesa incorrida em 2013, em função da insuficiência de geração hidrelétrica no SIN em relação à alocação de energia na CCEE pelos agentes, especialmente nos meses de janeiro e fevereiro, e (ii.ii) o ganho auferido em 2012, em razão do excedente de geração hidrelétrica no SIN, preponderantemente nos dois primeiros trimestres do ano; (iii) ampliação da posição credora na CCEE como resultado da estratégia de alocação de energia pela Companhia; (iv) redução da exposição termelétrica em decorrência da elevação do despacho dessas usinas por ordem de mérito; (v) resultado positivo no MRE no ano de 2013 pela maior geração hidrelétrica, essencialmente no segundo semestre, em comparação ao efeito negativo em 2012; e (vi) reconhecimento dos custos estimados relativos a participação dos geradores no rateio dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS), estabelecida pela CNPE 03, apesar de liminar obtida pela associação que representa a Companhia, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), suspendendo os efeitos da referida Resolução.

Caso a decisão judicial seja contrária aos efeitos da CNPE 03, o custo adicional de R$ 54,5 milhões reconhecidos em 2013 será revertido pela Companhia.

Cabe considerar que o expressivo aumento do PLD médio anual dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que passou de R$ 166,77/MWh em 2012 para R$ 258,19/MWh em 2013, contribuiu significativamente para os efeitos positivos nos resultados decorrentes da ampliação da posição credora na CCEE e da energia secundária e, de forma negativa, para os custos relacionados com a exposição termelétrica.

6.6. Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram em 4,5%, ou R$ 8,5 milhões, entre os anos comparados, passando de R$ 188,6 milhões em 2012 para R$ 197,1 milhões em 2013. Essa variação está relacionada, substancialmente, ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

6.7. Constituições e Reversões de Provisões Operacionais, Líquidas

A Companhia, no ano de 2013, registrou receita líquida decorrente da reversão de provisões operacionais de R$ 0,8 milhão, ao passo que no ano anterior reconheceu despesa líquida relativa à constituição de provisões de R$ 37,0 milhões, resultando em impacto positivo de R$ 37,8 milhões entre os anos analisados. As principais provisões registradas no ano de 2012 se referem a provisões cíveis e tributárias no valor de R$ 24,5 milhões e provisão para perda não recorrente de R$ 15,7 milhões, resultante de efeitos de incorporação de ativo.

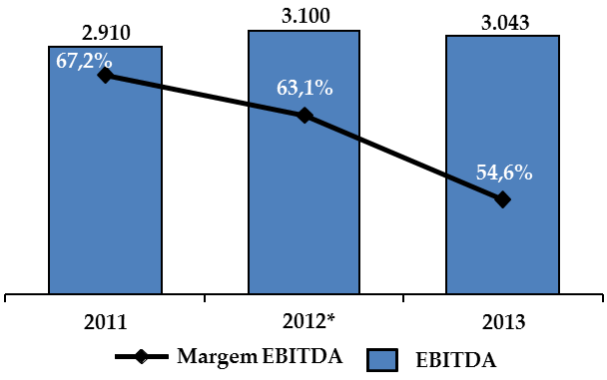
6.8. Provisão para Redução ao Valor Recuperável

No ano de 2013, a Companhia reconheceu uma provisão para redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos, em especial os da Usina Termelétrica Charqueadas, no montante de R$ 66,9 milhões, em razão de normas impostas recentemente pela Aneel, que reduzirão o reembolso do consumo de carvão a partir de janeiro de 2016 e não possibilitarão a recuperação de investimentos adicionais que seriam necessários para atendimento aos novos fatores de eficiência da usina exigidos pelo regulador.

6.9. EBITDA e Margem EBITDA

No período de 12 meses de 2013, o EBITDA reduziu R$ 57,9 milhões, ou 1,9%, passando de R$ 3.100,5 milhões em 2012 para R$ 3.042,6 milhões em 2013. A margem EBITDA, em 2013, atingiu 54,6%, representando uma queda de 8,5 p.p. em comparação a 2012. As reduções dos referidos indicadores decorreram, principalmente, da variação negativa dos resultados nas transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, entre os anos analisados, no valor de R$ 316,1 milhões, montante que contempla os efeitos da CNPE 03, inclusive a provisão de R$ 54,5 milhões decorrente daquela Resolução.

EBITDA [1] (R$ milhões) e Margem EBITDA



*Ajustado em decorrência de mudança de prática contábil

[1]EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização + provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*).

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela a seguir:

(valores em R$ mil)	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
Lucro líquido	1.448.106	1.490.880*	1.436.747	-3,6%
(+) Imposto de renda e contribuição social	586.682	595.417*	564.962	-5,1%
(+) Despesas financeiras, líquidas	373.810	452.990*	385.521	-14,9%
(+) Depreciação e amortização	501.099	561.174	582.486	3,8%
EBITDA	**2.909.697**	**3.100.461**	**2.969.716**	**-4,2%**
(+) Provisão para redução ao valor recuperável (*Impairment*)	-	-	72.837	-
EBITDA Ajustado	**2.909.697**	**3.100.461**	**3.042.553**	**-1,9%**

* Ajustado em decorrência de mudança de prática contábil

6.10. Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no comparativo entre os anos, as receitas financeiras registraram aumento de R$ 94,5 milhões, passando de R$ 88,2 milhões em 2012 para R$ 182,7 milhões em 2013. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) ganho de R$ 49,1 milhões na liquidação antecipada a valor de mercado da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de seu respectivo depósito em garantia; (ii) ganho não recorrente de R$ 29,2 milhões em ação judicial que questionava o montante dos juros e variação monetária sobre vendas de energia recebidas em atraso em anos anteriores; (iii) incremento de R$ 22,2 milhões na receita de aplicações financeiras; e (iv) redução de R$ 6,2 milhões nos juros sobre contas a receber.

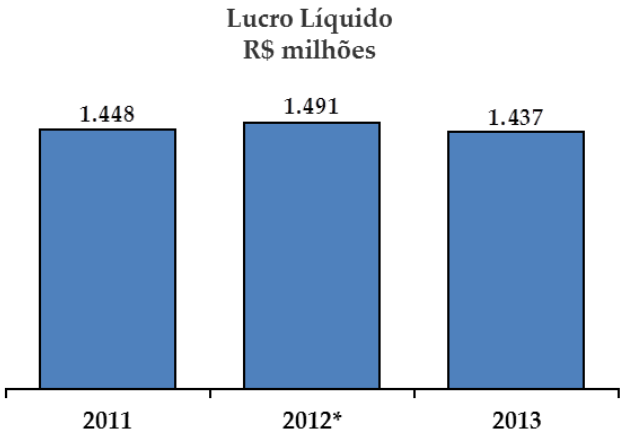
Despesas financeiras: em base anual, as despesas financeiras cresceram de R$ 541,2 milhões para R$ 568,2 milhões, ou seja, R$ 27,0 milhões, resultado da combinação das seguintes variações: (i) incremento de R$ 17,5 milhões na variação cambial de dívida; (ii) redução de R$ 10,9 milhões nos juros e variação monetária sobre dívida; (iii) aumento de R$ 10,5 milhões nos juros e variação monetária sobre as concessões a pagar; (iv) acréscimo de R$ 8,7 milhões da atualização financeira de provisões; e (v) elevação de R$ 4,6 milhões nos juros líquidos sobre passivo atuarial.

6.11. Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL passaram de R$ 595,4 milhões em 2012 para R$ 565,0 milhões em 2013, uma redução de R$ 30,4 milhões. Essa variação é resultado, sobretudo, da redução do lucro antes dos impostos e do crédito dos juros sobre o capital próprio. As alíquotas efetivas dos tributos sobre o lucro nos anos de 2013 e 2012 ficaram em 28,2% e 28,5%, respectivamente.

6.12. Lucro Líquido do Exercício

No período de 12 meses, o lucro líquido passou de R$ 1.490,9 milhões em 2012 para R$ 1.436,7 milhões em 2013, ou seja, uma redução de R$ 54,2 milhões, ou 3,6%. Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes impactos antes mencionados: (i) variação negativa no resultado líquido das transações no mercado de curto prazo, inclusive na CCEE, no valor de R$ 208,6 milhões, montante que contempla os efeitos da CNPE 03, inclusive a provisão de R$ 36,0 milhões decorrente daquela Resolução; (ii) aumento no lucro relativo às demais operações da Companhia no valor de R$ 159,8 milhões; (iii) registro de *impairment* de ativos de geração termelétrica no montante de R$ 49,4 milhões; e (iv) reconhecimento de ganhos não recorrentes de R$ 51,7 milhões decorrentes de liquidação antecipada de dívida e de ação judicial favorável à Companhia relativa a juros e variação monetária sobre venda de energia.

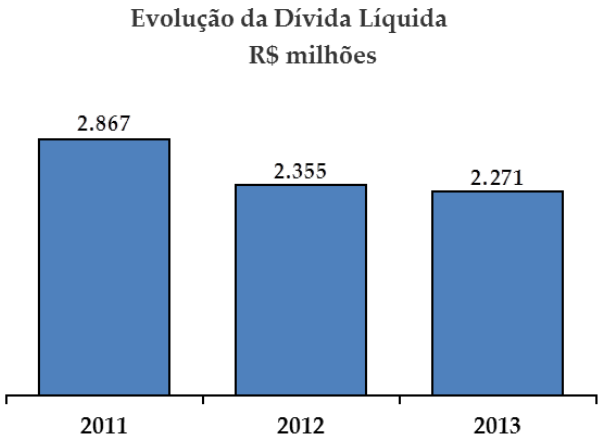


*Ajuste decorrente de mudança de prática contábil

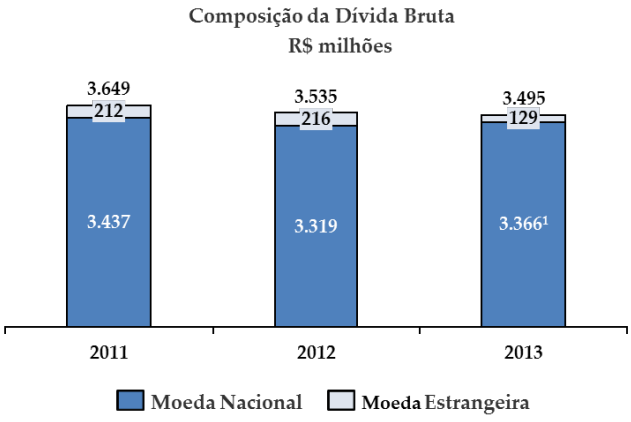
Do lucro líquido apurado no exercício, a Companhia propôs a seus acionistas a distribuição de R$ 1.474,2 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, equivalente a R$ 2,2584046518 por ação ou 100% do lucro líquido distribuível ajustado.

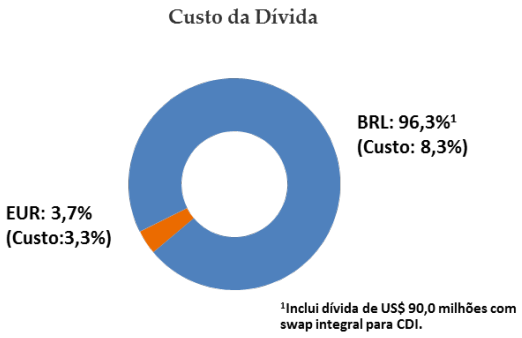
6.13. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R$ 2.271,2 milhões, 3,5% inferior aos R$ 2.354,6 milhões registrados ao final de 2012.

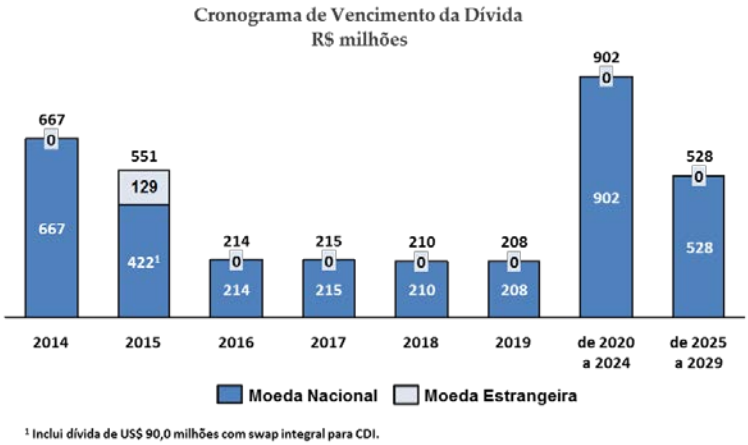


A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizava R$ 3.495,4 milhões ao final de 2013, uma queda de 1,1% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2012. Do total da dívida no final do período, 9,7% estava denominada em moeda estrangeira (6,1% ao final de 2012). Considerando-se, no entanto, a operação de *swap* contratada em 2013, a exposição efetiva a moedas estrangeiras era de 3,7% do total da dívida bruta, ao final do período em análise.





A redução do endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores ocorridos entre 2012 e 2013: (i) saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 170,8 milhões, para suportar os investimentos na UHE Estreito e Complexo Eólico Trairí; (ii) contratação de empréstimo junto ao Nordic Investment Bank (NIB), no montante de R$ 141,8 milhões, correspondentes a US$ 70 milhões; (iii) contratação de empréstimo junto ao HSBC Bank USA no valor de US$ 90,0 milhões (equivalente a R$ 207,3 milhões), sujeito a uma operação de *swap*, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra a alta do dólar norte-americano; (iv) a geração de R$ 303,9 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial; (v) amortização de debêntures no valor de R$ 184,8 milhões; (vi) R$ 629,0 milhões em amortizações de empréstimos e financiamentos; e (vii) ganho de R$ 49,1 milhões decorrente da liquidação antecipada a valor de mercado da dívida junto à STN, conforme anteriormente mencionado no item "Receitas Financeiras".



6.14. Custo de Capital

A formação usual do capital investido pela Tractebel Energia na expansão do seu negócio é de cerca de um terço de capital próprio - para isso, a Companhia, quando necessário, retém parte do lucro gerado – e dois terços de capital de terceiros. Na parcela que possui como fonte o capital de terceiros, a Companhia tem obtido financiamentos por meio de linhas de crédito setoriais, preferencialmente do BNDES, com taxas inferiores às de mercado. A maior parte desses recursos está vinculada à TJLP (73,8% do total do endividamento em moeda nacional em 31 de dezembro de 2013). O restante dos recursos é proveniente de outros empréstimos com taxas variáveis no mercado. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, o custo total da dívida da Companhia com terceiros foi de cerca de 8,1%, considerando moeda nacional (custo de 8,3%) e moedas externas (custo de 3,3%).

O custo do capital próprio é, presumidamente, maior que o custo do capital de terceiros e, no caso da Companhia, leva em conta a taxa livre de risco, a taxa de risco Brasil e o prêmio de risco de mercado, além do beta desalavancado, que varia de acordo com o mercado, a série histórica e a liquidez da ação na bolsa de valores. Considerando a exigência de uma taxa de retorno adequada, a Companhia busca remunerar satisfatoriamente os investimentos feitos com capital próprio.

7. Investimentos

7.1. Manutenção, Revitalização e Ampliação do Parque Gerador

A Tractebel Energia realizou em 2013 investimentos de R$ 443,3 milhões para materializar o seu plano de crescimento, por meio da construção das UHE Estreito e dos Complexos Eólicos Trairí, Campo Largo e Santa Mônica. Adicionalmente, para manter o alto grau de disponibilidade das usinas, R$ 241,2 milhões foram destinados aos seus projetos de manutenção e revitalização.

Dessa forma, em 2013 os investimentos totalizaram R$ 684,5 milhões.

7.2. Pesquisa e Desenvolvimento

Desde 1999, a Tractebel Energia desenvolve um programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) com o objetivo de buscar soluções sustentáveis para agregar valor a suas operações e interagir com instituições e fundações de ensino e pesquisa locais, proporcionando capacitação, inovação tecnológica e desenvolvimento profissional nas regiões em que atua. O programa atende à legislação vigente e às resoluções da Aneel para P&D, que estabelecem um investimento mínimo de 1% da receita operacional líquida anual da Companhia.

O investimento nos projetos do programa de P&D traz melhorias contínuas ao parque gerador da Tractebel Energia e aos serviços oferecidos pela Companhia, além de buscar viabilizar o uso de novas fontes de energia renovável, aprimorar a gestão ambiental, minimizando impactos, e promover o desenvolvimento sustentável.

No ano de 2013, em conformidade com a legislação vigente, a Tractebel Energia investiu R$ 38,7 milhões no programa de P&D. O montante desses recursos teve a seguinte destinação:

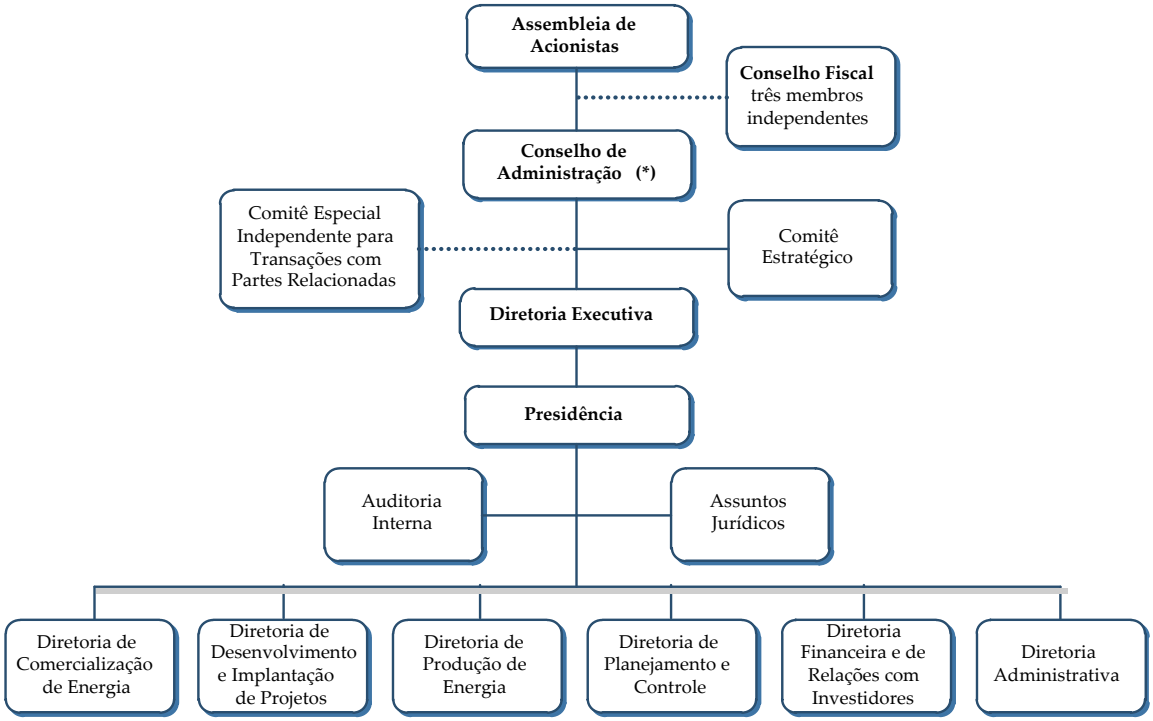
- R$ 19,7 milhões foram investidos nos projetos propostos pela Companhia;
- R$ 6,2 milhões foram repassados ao Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); e
- R$ 12,8 milhões foram para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

8. Governança Corporativa

A governança corporativa, que orienta a gestão dos negócios e a sustentabilidade empresarial da Tractebel Energia, segue as melhores práticas de mercado e se baseia nos pilares de transparência e compromisso permanente com a prestação de contas e a equidade no acesso a informação de todos os seus públicos.

A Companhia faz parte do Novo Mercado – segmento do mais alto nível de práticas de governança da BM&FBovespa, que superam as exigidas pela legislação brasileira – e, pelo nono ano consecutivo, fez parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), também da BM&FBovespa, composto por uma carteira de ações de empresas com boas práticas na gestão para a sustentabilidade.

A seguir é apresentado o organograma da administração da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2013.



(*) Composto por nove membros: Presidente, Vice-presidente e sete conselheiros, sendo quatro da Controladora, dois representantes dos acionistas minoritários e um representante dos empregados.

Além do Comitê Estratégico (composto por membros do Conselho de Administração e representantes da Controladora) e do Comitê Especial Independente para Transações com Partes Relacionadas (não permanente), ambos representados no organograma acima, sete outros, formados por equipes multidisciplinares e com foco em temas estratégicos, dão suporte ao planejamento e à tomada de decisões: os Comitês de Energia, Gerenciamento de Riscos, Gestão Tributária, Sustentabilidade, Ética e Inovação, além do Financeiro.

8.1. Controle Interno

O Sistema de Controles Internos em operação na Tractebel Energia é baseado na lei Sarbanes-Oxley (SOX), que define um padrão mundial de mecanismos de auditoria e segurança para assegurar a veracidade do conteúdo dos relatórios financeiros das companhias de capital aberto. Esse sistema é constantemente aprimorado e passa anualmente por testes e certificação pela Administração, tendo seus resultados e conformidade com a lei verificados por auditores externos.

A Companhia conta com uma estrutura de auditoria interna para atestar a efetividade dos seus processos, normas e práticas de governança, além de um Conselho Fiscal instalado com três membros, sendo um deles representante dos acionistas minoritários. A Companhia não possui Comitê de Auditoria.

8.2. Direitos dos Acionistas

A fim de proteger o interesse de todos os seus acionistas com equidade, a Companhia estabelece, de acordo com a legislação em vigor e as melhores práticas de governança, os seguintes direitos aos detentores de ações da Tractebel Energia:

- votar em Assembleia Geral, ordinária ou extraordinária, e fazer recomendações e orientações ao Conselho de Administração quanto à tomada de decisões;
- receber dividendos e participar da distribuição de lucros ou outras distribuições a acionistas (de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição);
- fiscalizar a administração da Tractebel Energia, conforme o Estatuto Social, e retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações; e
- receber, no mínimo, 100% do preço pago por ação ordinária do bloco de controle, de acordo com o regulamento do Novo Mercado, no caso de oferta pública de ações em decorrência da alienação do controle da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

8.3. Política de Divulgação de Informações

Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com política de divulgação que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa; e informa fatos relevantes, conforme a Instrução nº 358/02 da CVM, que exige a divulgação de dados sobre seus negócios, oferecendo aos investidores tempo hábil para a tomada de decisão em relação a seus investimentos. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destacam-se:

- Informações Trimestrais;
- *Release* e apresentação de resultados;
- Demonstrações Contábeis;
- Comunicados ao Mercado;
- Avisos aos Acionistas;
- Fatos Relevantes; e
- Relatório de Sustentabilidade.

8.4. Ética

A ética é o fio condutor de todas as atividades da Companhia. Esse valor é compartilhado com todos os empregados e demais *stakeholders* por meio do Código de Ética da Tractebel Energia. O documento integra os contratos firmados pela Companhia e é fornecido em versão impressa aos empregados, acompanhado por um folder com o "Guia de Práticas Éticas", que contém orientações quanto à conduta a ser tomada diante de possíveis dilemas relacionados ao tema. O Código também está disponível no website da Tractebel Energia (www.tractebelenergia.com.br).

8.5. Regimento Interno do Conselho de Administração

O Regimento Interno do Conselho de Administração estabelece práticas, princípios e responsabilidades a serem observados pelos Conselheiros da Companhia, para facilitar sua atuação como representantes de todos os acionistas na defesa dos interesses da Tractebel Energia. Assim, o Regimento busca assegurar a eficácia da contribuição de cada conselheiro, alinhado aos valores, visão e missão da Companhia, bem como aos padrões de ética e integridade que se espera que eles observem. O documento está disponível no website da Tractebel Energia.

9. Mercado de Capitais

Desde sua adesão ao Novo Mercado da BM&FBovespa, a Tractebel Energia passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), que reúnem as companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior no caso de alienação do controle. Suas ações integram ainda o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, que reúne empresas com boas práticas na gestão da sustentabilidade, além do Índice de Energia Elétrica (IEE), que é um índice setorial constituído pelas empresas abertas mais significativas do setor elétrico.

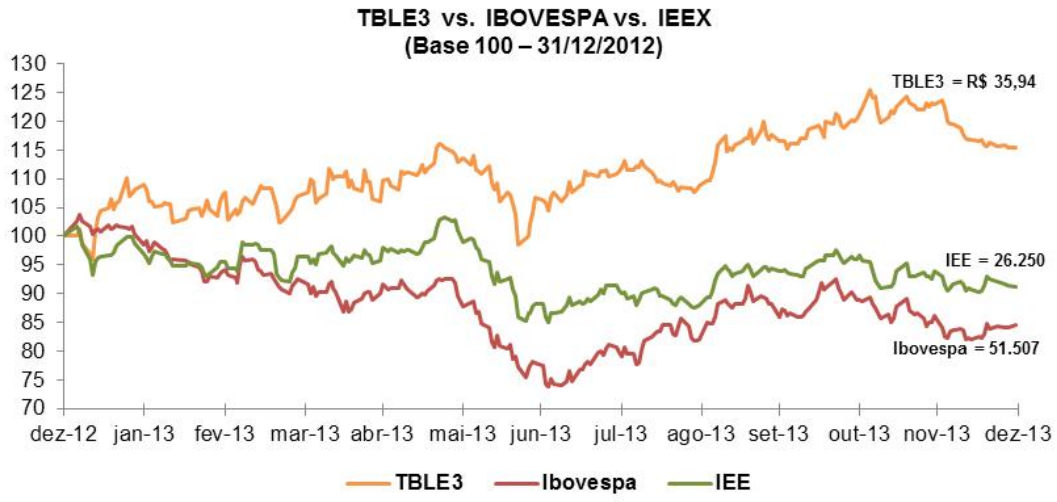
As ações ordinárias da Tractebel Energia são negociadas na BM&FBovespa sob o código TBLE3. Além disso, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob o código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

9.1. Desempenho das Ações

O principal índice da BM&FBovespa encerrou 2013 com o pior desempenho entre os principais índices acionários globais. No ano, a perda do Ibovespa totalizou 15,5%, frente alta de 7,4% em 2012, enquanto o índice norte-americano Dow Jones registrou ganho anual de 26,5%.

Em dólar, o Ibovespa acumulou queda de aproximadamente 26% em 2013.

Ao longo do ano, as ações da Tractebel Energia registraram valorização de 15,5%, resultado positivo se comparado às perdas registradas em 2013 pelo Ibovespa e Índice do Setor Elétrico (IEE), de 15,5% e 8,8%, respectivamente.



Esse resultado garantiu que a Companhia encerrasse mais um ano como a de maior valor de mercado do setor elétrico brasileiro, com R$ 23,5 bilhões. No acumulado de 2013, o volume médio atingiu R$ 22,8 milhões, com ligeira queda de 1,4% frente ao alcançado em 2012.

9.2. Relações com Investidores

A Tractebel Energia busca manter um relacionamento sólido com seus atuais e potenciais investidores, baseado nos princípios de transparência, objetividade e disponibilidade. Para isso, além de publicar constantemente informativos sobre acontecimentos relevantes e seus resultados trimestrais, possui um departamento de relações com investidores e uma seção específica para esse público no website. Essa estratégia possibilita conhecer as demandas e expectativas dos investidores e, assim, atendê-los melhor.

O Departamento de Relações com Investidores é responsável pelo atendimento a acionistas, analistas de mercado, investidores e potenciais investidores, bem como pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia. Para isso, são realizados eventos específicos, como o da Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (Apimec), reuniões, presenciais ou por teleconferência, tanto com investidores institucionais quanto com analistas do mercado e da mídia especializada, além do programa Por Dentro da Tractebel.

O Por Dentro da Tractebel é um programa de visitação de profissionais do mercado de capitais a uma das instalações da Tractebel Energia – geralmente uma usina, em operação ou construção. Em 2013, o encontro ocorreu na sede e no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, contando com a presença de 49 profissionais de 44 instituições.

10. Responsabilidade Socioambiental

A gestão da Tractebel Energia é orientada pela busca da excelência operacional alinhada ao desenvolvimento sustentável. A formação de uma cultura de responsabilidade socioambiental atrelada ao desenvolvimento econômico é preocupação permanente da Companhia, que conta para isso com a atuação conjunta do Comitê de Sustentabilidade e as áreas operacionais. O foco dessa atuação não se restringe ao público interno, estendendo-se a todos os demais *stakeholders* da Tractebel Energia.

11. Certificações e Conformidade Legal

Todas as usinas do parque gerador da Tractebel Energia possuem autorizações e licenças ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

São certificadas conforme os requisitos da NBR ISO 9001:2000 – Sistema de Gestão da Qualidade –, NBR ISO 14001:2004 – Sistemas de Gestão Ambiental – e OHSAS 18001 – Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho – 15 usinas em operação, sendo todas as 24 operadas segundo a Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, que faz parte do Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Companhia.

12. Gestão Ambiental

A Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável garante, como componente fundamental da identidade e dos valores da Tractebel Energia, o respeito ao meio ambiente e que todas as ações da Companhia sejam norteadas pelo seu Código de Meio Ambiente – o qual, assim como a Política, pode ser encontrado no website da Companhia.

Ainda conforme a Política de Gestão Sustentável, a Companhia desenvolve projetos de pesquisa e desenvolvimento e avalia o impacto das suas atividades, buscando a melhoria do seu desempenho na prevenção e controle da poluição, no gerenciamento das situações de emergência e no uso sustentável dos recursos naturais, renováveis e não renováveis. Além disso, busca constantemente minimizar o impacto ambiental de suas ações, priorizando as fontes renováveis de energia e diversificando sua matriz energética.

Todas as usinas operadas pela Tractebel Energia possuem as devidas licenças de operação e funcionamento, e 15 delas são certificadas segundo a norma NBR ISO 14001 – certificação renovada por mais três anos pelo Bureau Veritas Certification (BVC) em 2013. As demais seguem os mesmos padrões de gestão, garantindo a qualidade ambiental.

12.1. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

A Unidade de Cogeração Lages (UCLA), localizada em Santa Catarina, gera energia a partir de resíduos de madeira. Isso permite minimizar o descarte desses resíduos na natureza e as consequentes emissões de metano – gás com Potencial de Aquecimento Global 21 vezes maior que o do dióxido de carbono. Por esse motivo, a UCLA é registrada no Comitê Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas (ONU) sobre Alterações Climáticas como atividade que atende aos requisitos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Assim, a UCLA é habilitada a gerar créditos de carbono, conforme estabelecido pelo Protocolo de Kyoto, para comercialização pela controlada Lages Bioenergética. No ano de 2013, foram emitidas 392.174 Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) decorrentes da inclusão da UCLA no MDL.

13. Gestão Social

13.1. Recursos Humanos

A gestão de Recursos Humanos da Tractebel Energia é fundamentada nos seguintes princípios: (i) reconhecimento e motivação; (ii) desenvolvimento; e (iii) saúde e bem-estar.

A Tractebel Energia valoriza o clima organizacional, buscando criar um ambiente participativo, de confiança mútua, compartilhando suas conquistas e desenvolvendo programas de capacitação e aprimoramento profissional, saúde, lazer e bem estar. Nesse sentido, bienalmente, a Companhia realiza uma pesquisa de clima organizacional, a fim de avaliar o desempenho da gestão de recursos humanos e reforçar a relação de confiança entre empregados e a Companhia. Em 2012, a última pesquisa realizada com os empregados apontou um índice de 70% de favorabilidade e, participando pela primeira vez da avaliação realizada pela Revista Época em parceria com a empresa internacional *Great Place to Work*, a Companhia foi considerada umas das 130 melhores empresas para trabalhar no Brasil.

Ao final de 2013, a Companhia contava com 1.125 empregados próprios, sendo 162 mulheres e 963 homens; 43,11% com graduação universitária e 44,0% com formação técnica. Ao longo do ano, foram registradas 86 admissões e 43 desligamentos.

13.1.1. Desenvolvimento

Em 2013, R$ 6,5 milhões foram investidos em treinamentos, cursos e palestras com a finalidade de desenvolver, atualizar e qualificar o quadro de empregados da Companhia, com média registrada de 64,1 horas de treinamento por empregado.

13.1.2. Relações trabalhistas

O direito de livre associação é plenamente garantido aos empregados da Tractebel Energia. Alinhada à Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Companhia negocia e assina acordos coletivos de trabalho, com os sindicatos representativos dos empregados, que contemplam o reajuste salarial anual, planos de previdência e benefícios, saúde e segurança, entre outros temas.

13.1.3. Saúde e Segurança no Trabalho

Como consta da Política Tractebel Energia de Gestão Sustentável, acessível no website da Companhia, quanto à Saúde e Segurança no Trabalho (SST), a Tractebel Energia prioriza a integridade física e psíquica das pessoas, o profissionalismo, a capacitação e a competência, bem como busca prevenir lesões e doenças por meio da conscientização, monitoramento e controle dos perigos e riscos identificados nos seus processos, equipamentos e ambientes de trabalho, melhorando continuamente a gestão e o desempenho da SST.

Para o aperfeiçoamento da gestão dos processos, equipamentos e ambiente de trabalho, foram investidos, no ano de 2013, R$ 8,0 milhões em programas de segurança, saúde e qualidade de vida. Desde 2010, 15 das 24 usinas da Companhia são certificadas segundo a norma OHSAS 18001, especificação de auditoria internacionalmente reconhecida para sistemas de gestão de saúde ocupacional e segurança. A certificação tem validade de três anos e foi renovada em 2013 pelo Bureau Veritas Certification (BVC).

Em outra frente, a Tractebel Energia promove campanhas em prol da saúde de seus empregados, incluindo ginástica laboral e recomendações para a adoção de hábitos saudáveis, bem como de recuperação para dependentes químicos.

Além disso, a Companhia classifica o perfil de saúde de seus empregados com o propósito de desenvolver ações que promovam a adoção de hábitos saudáveis e o aprimoramento da qualidade de vida de cada um. Anualmente, todos os empregados são convidados a realizar avaliações médicas, e um plano individual de saúde, com metas associadas aos resultados dos exames de avaliação, é consensualmente ajustado com cada empregado.

13.1.4. Remuneração e benefícios

A política de remuneração de empregados adotada pela Tractebel Energia é fundamentada nas melhores práticas do mercado e periodicamente revisada com base em pesquisas salariais, e se baseia em uma parcela fixa e outra variável, em função do cumprimento de metas e dos resultados empresariais anuais. Seu plano de benefícios está entre os mais completos do mercado e os empregados contam também com um plano de previdência privada. É política da Companhia a equidade da remuneração entre gêneros e etnias.

O pagamento de Participações nos Lucros e Resultados (PLR) e bônus gerencial constituem a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais. No exercício de 2013, R$ 25,7 milhões foram distribuídos aos empregados como participação nos resultados do ano anterior.

A contribuição com 50% do Fundo de Aposentadoria Previg – Sociedade de Previdência Complementar – é parte dos benefícios concedidos aos empregados. Em 2013, o número de filiados à Previg alcançou 1.692 empregados e ex-empregados da Tractebel Energia, que no ano de 2013 repassou R$ 25,3 milhões ao Fundo. A Companhia também participa do patrocínio do plano de previdência privado da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), por fazerem parte desse plano alguns dos ex-empregados aposentados. Em 2013, a Tractebel Energia repassou R$ 23,7 milhões à ELOS.

Todos os empregados da Companhia e seus dependentes contam com auxílio à recuperação da saúde, que cobre as áreas médica, odontológica, farmacêutica, psicológica, fonoaudiológica e nutricional. Os benefícios concedidos pela Tractebel Energia incluem:

- plano de saúde;
- seguro de vida em grupo;
- cobertura para incapacidade e invalidez;
- licença maternidade[1] e paternidade;
- auxílio creche às empregadas;
- vale alimentação;
- vale transporte;
- previdência privada; e
- auxílio no atendimento aos portadores de necessidades especiais.

13.2. Responsabilidade Social

A Tractebel Energia busca contribuir de forma permanente e efetiva para a melhoria das condições de vida das comunidades das quais faz parte.

Para isso, a Companhia mantém os Programas Tractebel Energia de Responsabilidade Social Corporativa – três programas desenvolvidos e estruturados com o objetivo de contribuir de modo sustentável, efetivo e proativo para o desenvolvimento da população dos locais onde atua. As ações realizadas com base nesses programas são adicionais às decorrentes de obrigações legais. Os programas são focados no desenvolvimento cultural, na melhoria ambiental e na responsabilidade social – sendo este prioritariamente voltado a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, além de iniciativas para inserção no mercado de trabalho e geração de empregos e renda.

[1] A Companhia aderiu voluntariamente à concessão de licença maternidade estendida para 180 dias.

14. Balanço Social

Tractebel Energia Consolidado	2013	2012

1. BASE DE CÁLCULO	Em milhares de Reais	Em milhares de Reais
Receita Líquida de Vendas	5.568.658	4.912.499
Resultado Operacional	2.001.709	2.086.297
Folha de Pagamento Bruta	141.731	131.716
Valor Adicionado Total (VAT)	3.681.266	3.639.219

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Em milhares de Reais	% sobre a FPB	% sobre a RLV	% sobre a VAT	Em milhares de Reais	% sobre a FPB	% sobre a RLV	% sobre a VAT
Alimentação	13.667	9,64	0,25	0,37	10.420	7,91	0,21	0,29
Encargos Sociais Compulsórios	48.732	34,38	0,88	1,32	44.673	33,92	0,91	1,23
Previdência Privada	34.234	24,15	0,61	0,93	40.427	30,69	0,82	1,11
Saúde	12.440	8,78	0,22	0,34	9.471	6,68	0,17	0,26
Segurança e Saúde no Trabalho	5.745	4,05	0,10	0,16	5.519	3,89	0,10	0,15
Educação	717	0,51	0,01	0,02	481	0,34	0,01	0,01
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	5.767	4,07	0,10	0,16	7.551	5,33	0,14	0,21
Creches ou Auxílio Creche	197	0,14	0,00	0,01	161	0,11	0,00	0,00
Participação nos Resultados / Bônus	38.943	27,48	0,70	1,06	32.073	22,63	0,58	0,88
Transporte	4.112	2,90	0,07	0,11	3.321	2,34	0,06	0,09
Outros Benefícios	1.650	1,16	0,03	0,04	1.224	0,93	0,02	0,03
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**166.204**	**117,27**	**2,98**		**155.321**	**117,92**	**3,16**	

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Em milhares de Reais	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT	Em milhares de Reais	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT
Educação	2.080	0,10	0,04	0,06	2.320	0,11	0,05	0,06
Cultura	13.767	0,69	0,25	0,37	8.797	0,42	0,18	0,24
Esportes	360	0,25	0,02	0,01	675	0,51	0,03	0,02
Outros	76	0,00	0,00	0,00	5.561	0,27	0,11	0,15
Total das contribuições para a sociedade	16.283	0,81	0,29	0,44	17.353	0,83	0,35	0,48
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.163.670	58,13	20,90	31,61	1.146.119	54,94	23,33	31,49
TOTAL DOS INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**1.179.953**	**58,95**	**21,19**	**32,05**	**1.163.472**	**55,77**	**23,68**	**31,97**

4. INDICADORES AMBIENTAIS	Em milhares de Reais	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT	Em milhares de Reais	% sobre a ROp	% sobre a RLV	% sobre a VAT
Contribuição para a sociedade e cidadania	1.624	0,08	0,03	0,04	100	0,00	0,00	0,00
Relacionados com a operação da Empresa	27.953	19,72	1,40	0,76	26.286	19,96	1,26	0,72
Relacionados com projetos em curso	16.697	0,83	0,30	0,45	30.026	1,44	0,61	0,83
TOTAL DOS INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE	**46.274**	**2,31**	**0,83**		**56.312**	**2,70**	**1,15**	

5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	Quantidade	Quantidade
Nº de empregados(as) ao final do período	1.125	1.082
Nº de admissões durante o período	86	61
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	869	827
Nº de estagiários(as)	70	10
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	432	460
Nº de mulheres que trabalham na empresa	162	150
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-	-
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.	Não existe declaração formal por parte dos empregados sobre a raça a que pertencem, o que impossibilita a resposta a esses indicadores.
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	32	23

Continua na próxima página

Continuação

6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	20			Não Definida		
Número total de acidentes de trabalho	Tractebel Energia: 2 Empresas prestadoras de serviços: 3			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção, gerências + Comitê de Sustentabilidade	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(x) apoiará	( ) organizará e incentivará
Nº total de reclamações e críticas dos consumidores	Na empresa Não houve	No Procon Não aplicável	Na justiça Não houve	Na empresa ND	No Procon ND	Na justiça ND
Valor adicionado total a distribuir (em milhares de Reais):	**R$ 3.681.266**			**ND**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	43,95% governo 39,03% acionistas	6,61% colaboradores(as) 10,41% terceiros	0% retido	ND% governo ND% acionistas	ND% colaboradores(as) ND% terceiros	ND% retido

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES	2013	2012
Consumo de água	7.173.223 m3	5.528.889 m3
Consumo de energia elétrica	1.153,8 GWh	937,2 GWh
Quantidade anual de resíduos gerados	1.503.673,8 ton	1.519.488,5 ton
Quantidade anual de resíduos reciclados	1.502.907,4 ton	1.518.749,4 ton

14.1. Informações adicionais

14.1.1. Exploração do trabalho infantil, forçado e compulsório e política de combate à discriminação

A Tractebel Energia não admite, em hipótese alguma, a exploração do trabalho infantil, forçado ou compulsório e reserva-se o direito de não contratar serviços ou ter relacionamento comercial com entidades que adotem essa prática, assumindo ainda o compromisso de denunciar aos órgãos competentes os casos que por ventura vier a ter conhecimento.

A Tractebel Energia tem o respeito como um dos seus princípios éticos fundamentais. No que se refere aos direitos humanos, a Companhia está permanentemente atenta a situações sensíveis que possam comprometer a execução de suas atividades, como, por exemplo, o relacionamento com as populações remanejadas.

Ainda neste contexto, cada empregado da Tractebel Energia deve certificar-se de que não pratica qualquer discriminação por palavras ou atos, particularmente no que se refere à idade, gênero, origens étnicas, sociais ou culturais, religião, opiniões políticas ou sindicais, escolhas de vida pessoais, particularidades ou deficiências físicas.

Todos esses princípios e a conduta esperada de seus empregados, fornecedores e parceiros estão dispostos no Código de Ética da Tractebel Energia, amplamente divulgado a todos os públicos em seu website.

14.1.2. Prática do voluntariado

A Companhia é patrocinadora da *Junior Achievement* e do Instituto Voluntários em ação.

14.1.3. Identificação do responsável pelas informações sociais e forma de contato

O secretário do Comitê de Sustentabilidade é a pessoa responsável pelas informações sociais e o contato pode ser estabelecido por meio do e-mail: comite_de_sustentabilidade@tractebelenergia.com.br

15. Auditores Independentes

De acordo com o Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Tractebel Energia informa que a KPMG Auditores Independentes, auditoria independente da Companhia e de suas controladas, não prestou serviços não relacionados à auditoria independente em 2013.

16. Declaração da Diretoria

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis contidas neste Relatório e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

17. Agradecimento

A Tractebel Energia agradece a contribuição de seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e os demais públicos que contribuem para construir a história exitosa da Companhia.

A Administração

Tractebel Energia
GDF SUEZ

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	949.470	736.317	1.224.276	1.179.976
Contas a receber de clientes	5	372.256	413.001	740.326	622.916
Dividendos a receber de controladas	34	141.342	37.026	-	-
Estoques	6	60.864	42.317	64.785	45.374
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	21.752	9.451
Outros créditos fiscais a recuperar	7	722	305	59.830	55.298
Combustível a reembolsar	8	139.601	47.823	139.601	47.823
Outros ativos circulantes		73.544	61.287	87.888	70.230
		1.737.799	**1.338.076**	**2.338.458**	**2.031.068**
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Contas a receber de clientes	5	31.398	3.356	4.432	7.347
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	8.125	5.766
Outros créditos fiscais a recuperar	7	26.642	13.814	100.222	122.419
Valores a receber pela alienação de ativo	9	86.886	86.886	86.886	86.886
Depósitos vinculados	10	37.084	-	130.857	103.310
Depósitos judiciais	11	105.211	108.616	106.854	110.411
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	-	-	17.575	16.992
Outros ativos não circulantes		9.659	17.382	26.409	34.100
		296.880	**230.054**	**481.360**	**487.231**
Investimentos	12	**2.416.266**	**2.763.992**	**-**	**-**
Imobilizado	13	**5.713.965**	**4.742.243**	**9.708.227**	**9.683.085**
Intangível	14	**10.920**	**10.965**	**126.352**	**109.500**
		8.438.031	**7.747.254**	**10.315.939**	**10.279.816**
TOTAL		**10.175.830**	**9.085.330**	**12.654.397**	**12.310.884**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tractebel Energia
GDF SUEZ

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	15	281.711	173.309	510.346	265.091
Dividendos e juros sobre o capital próprio	27	220.917	247.292	221.276	247.591
Empréstimos e financiamentos	16	343.339	163.006	492.843	357.043
Debêntures	17	174.072	170.042	174.072	170.042
Concessões a pagar	18	47.397	3.129	51.763	48.800
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19	431.587	356.528	434.166	382.782
Outras obrigações fiscais e regulatórias	20	43.799	22.609	62.927	54.149
Provisão para remunerações e encargos	21	63.757	61.400	64.122	61.785
Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	22	48.529	53.243	55.997	56.949
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	23	14.305	28.439	15.136	29.170
Obrigações com benefícios de aposentadoria	24	28.851	32.368	28.851	32.368
Outros passivos circulantes		19.786	14.840	72.205	30.666
		1.718.050	**1.326.205**	**2.183.704**	**1.736.436**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	16	929.553	487.972	2.829.645	2.848.912
Debêntures	17	-	158.548	-	158.548
Concessões a pagar	18	1.504.431	964.758	1.543.406	1.380.126
Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	22	26.416	5.779	27.416	10.535
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	23	177.654	139.004	179.836	145.550
Obrigações com benefícios de aposentadoria	24	189.668	215.598	189.668	215.598
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	141.042	183.673	163.663	199.430
Outros passivos não circulantes		127.643	104.205	172.448	113.498
		3.096.407	**2.259.537**	**5.106.082**	**5.072.197**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	26	2.445.766	2.445.766	2.445.766	2.445.766
Reserva de capital	26	91.695	91.695	91.695	91.695
Ajustes de avaliação patrimonial	26	527.416	582.656	527.416	582.656
Outros resultados abrangentes	26	62.924	48.454	62.924	48.454
Reservas de lucros	26	1.771.784	1.754.588	1.771.784	1.754.588
Dividendos propostos	26	461.788	576.429	461.788	576.429
		5.361.373	**5.499.588**	**5.361.373**	**5.499.588**
Participação de acionista não controlador	26	-	-	3.238	2.663
		5.361.373	**5.499.588**	**5.364.611**	**5.502.251**
TOTAL		**10.175.830**	**9.085.330**	**12.654.397**	**12.310.884**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tractebel Energia
GDF SUEZ

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	28	**3.506.194**	**3.497.685**	**5.568.658**	**4.912.499**
Custos da energia vendida e dos serviços prestados					
Energia elétrica comprada para revenda		(89.992)	(205.682)	(775.517)	(663.591)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(98.458)	(48.002)	(637.744)	(53.470)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(239.508)	(265.678)	(307.593)	(329.949)
Custo de produção de energia elétrica	29	(849.114)	(785.315)	(1.164.789)	(1.057.783)
Custo dos serviços prestados	29	(26.217)	(26.141)	(26.217)	(26.141)
		(1.303.289)	**(1.330.818)**	**(2.911.860)**	**(2.130.934)**
LUCRO BRUTO		**2.202.905**	**2.166.867**	**2.656.798**	**2.781.565**
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	29	(10.611)	(17.105)	(18.637)	(23.368)
Despesas gerais e administrativas	29	(168.592)	(154.278)	(178.466)	(165.246)
Reversão (Constituição) de provisões operacionais	30	3.559	(34.949)	783	(36.960)
Provisão para redução ao valor recuperável	13	(68.698)	-	(72.837)	-
Outras despesas operacionais, líquidas		(1.823)	(13.662)	(411)	(16.704)
		(246.165)	**(219.994)**	**(269.568)**	**(242.278)**
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	166.864	263.541	-	-
Amortização de ágio	12	(4.498)	(3.712)	-	-
		162.366	**259.829**	**-**	**-**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**2.119.106**	**2.206.702**	**2.387.230**	**2.539.287**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	146.369	58.152	182.659	88.185
Despesas financeiras	31	(328.478)	(307.572)	(568.180)	(541.175)
		(182.109)	**(249.420)**	**(385.521)**	**(452.990)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**1.936.997**	**1.957.282**	**2.001.709**	**2.086.297**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	32	(565.757)	(473.600)	(608.767)	(580.551)
Diferido	32	64.872	6.772	43.805	(14.866)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.436.112**	**1.490.454**	**1.436.747**	**1.490.880**
LUCRO ATRIBUÍDO AOS:					
Acionistas da Tractebel Energia		**1.436.112**	**1.490.454**	**1.436.112**	**1.490.454**
Acionista não controlador		**-**	**-**	**635**	**426**
		1.436.112	**1.490.454**	**1.436.747**	**1.490.880**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO - EM REAIS		**2,20**	**2,28**	**2,20**	**2,28**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.436.112**	**1.490.454**	**1.436.747**	**1.490.880**
Outros resultados abrangentes					
Item que não será reclassificado posteriormente para o resultado					
Remensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria	24	21.925	(86.804)	21.925	(86.804)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.455)	29.512	(7.455)	29.512
		14.470	**(57.292)**	**14.470**	**(57.292)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		**1.450.582**	**1.433.162**	**1.451.217**	**1.433.588**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

				Ajustes de avaliação patrimonial		Reservas de lucros							
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Custo atribuído	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Participação de não controlador	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 01.01.2012 (Reapresentado)		**2.445.766**	**91.695**	**648.363**	**105.746**	**489.153**	**26.282**	**1.229.380**	**517.342**	**-**	**5.553.727**	**2.277**	**5.556.004**
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(517.342)	-	**(517.342)**	-	**(517.342)**
Depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos		-	-	(65.707)	-	-	-	-	-	65.707	**-**	-	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.490.454	**1.490.454**	426	**1.490.880**
Destinações propostas à AGO:													
- Reserva de incentivos fiscais	26	-	-	-	-	-	18.816	-	-	(18.816)	**-**	-	**-**
- Dividendos intercalares pagos	27	-	-	-	-	-	-	-	-	(693.759)	**(693.759)**	(40)	**(693.799)**
- Juros sobre o capital próprio	27	-	-	-	-	-	-	-	-	(276.200)	**(276.200)**	-	**(276.200)**
- Dividendos adicionais propostos	27				-				576.429	(576.429)	**-**	-	**-**
Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1)	3	-	-	-	(57.292)	-	-	(9.043)	-	9.043	**(57.292)**	-	**(57.292)**
Saldos em 31.12.2012 (Reapresentado)		**2.445.766**	**91.695**	**582.656**	**48.454**	**489.153**	**45.098**	**1.220.337**	**576.429**	**-**	**5.499.588**	**2.663**	**5.502.251**
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	(576.429)	-	**(576.429)**	-	**(576.429)**
Depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado, líquida de impostos		-	-	(55.240)	-	-	-	-	-	55.240	**-**	-	**-**
Remensuração de obrigações com benefícios de aposentadoria, líquida de impostos		-	-	-	14.470	-	-	-	-	-	**14.470**	-	**14.470**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.436.112	**1.436.112**	635	**1.436.747**
Destinações propostas à AGO:													
- Reserva de incentivos fiscais	26	-	-	-	-	-	17.196	-	-	(17.196)	**-**	-	**-**
- Dividendos intercalares pagos	27	-	-	-	-	-	-	-	-	(767.568)	**(767.568)**	(60)	**(767.628)**
- Juros sobre o capital próprio	27	-	-	-	-	-	-	-	-	(244.800)	**(244.800)**	-	**(244.800)**
- Dividendos adicionais propostos	27				-				461.788	(461.788)	**-**	-	**-**
Saldos em 31.12.2013		**2.445.766**	**91.695**	**527.416**	**62.924**	**489.153**	**62.294**	**1.220.337**	**461.788**	**-**	**5.361.373**	**3.238**	**5.364.611**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tractebel Energia
GDF SUEZ

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos tributos	1.936.997	1.957.282	2.001.709	2.086.297
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos ao caixa gerado nas operações:				
Resultado de participações societárias	(162.366)	(259.829)	-	-
Depreciação e amortização	363.046	373.679	582.486	561.174
Provisão para redução ao valor recuperável	68.698	-	72.837	-
Variação monetária e cambial	113.612	102.250	138.794	124.471
Juros	140.254	174.090	326.762	365.757
(Reversão) Constituição de provisões operacionais	(1.220)	36.870	488	39.439
Outros	2.522	10.479	2.663	10.569
Lucro ajustado	**2.461.543**	**2.394.821**	**3.125.739**	**3.187.707**
Redução (aumento) nos ativos				
Contas a receber de clientes	51.045	(4.925)	(95.508)	(82.404)
Estoques	(17.994)	(3.434)	(19.411)	(2.537)
Outros créditos fiscais a recuperar	(12.175)	18.168	(5.295)	63.998
Combustível a reembolsar	(91.778)	(91)	(91.778)	(91)
Depósitos vinculados e judiciais	8.151	36.735	(3.274)	42.628
Outros ativos	(20.699)	(16.209)	(27.357)	(15.183)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	93.513	4.269	232.356	67.199
Outras obrigações fiscais e regulatórias	(27.040)	(12.830)	(28.691)	(11.754)
Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	12.302	6.747	15.929	9.135
Obrigações com benefícios de aposentadoria	(25.150)	(27.776)	(25.150)	(27.776)
Outros passivos	510	2.064	(8.202)	(32.999)
Caixa gerado pelas operações	**2.432.228**	**2.397.539**	**3.069.358**	**3.197.923**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(432.807)	(426.307)	(507.533)	(529.288)
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(70.931)	(86.900)	(245.888)	(272.638)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**1.928.490**	**1.884.332**	**2.315.937**	**2.395.997**

Continua na próxima página

Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012** (Reapresentado)	**31.12.2013**	**31.12.2012** (Reapresentado)
Atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(44.861)	(141.434)	-	-
Aplicação em investimentos	-	-	(11.461)	-
Aplicação no imobilizado	(213.053)	(67.895)	(533.011)	(306.704)
Aplicação no intangível	(5.146)	(2.516)	(14.431)	(28.284)
Dividendos recebidos de controladas	21.937	159.303	-	-
Disponibilidades de controlada incorporada	150.000	-	-	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(91.123)**	**(52.542)**	**(558.903)**	**(334.988)**
Atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos obtidos	362.486	-	519.937	244.262
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(371.651)	(209.492)	(567.930)	(395.200)
Parcelas de concessões pagas	(2.905)	(2.724)	(51.607)	(49.053)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.612.144)	(1.457.801)	(1.612.144)	(1.457.801)
Outras	-	7.425	(990)	(5.049)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(1.624.214)**	**(1.662.592)**	**(1.712.734)**	**(1.662.841)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**213.153**	**169.198**	**44.300**	**398.168**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	736.317	567.119	1.179.976	781.808
Saldo final	949.470	736.317	1.224.276	1.179.976
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**213.153**	**169.198**	**44.300**	**398.168**

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 38 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	31.12.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receita bruta de vendas	3.881.733	3.863.329	6.202.030	5.489.792
Receita relativa à construção de ativos	-	-	425.163	290.271
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(387)	(2.665)	(2.235)	(2.937)
Outros	(1.823)	(13.662)	(411)	(16.704)
	3.879.523	**3.847.002**	**6.624.547**	**5.760.422**
(-) Insumos				
Energia elétrica comprada para revenda	(89.992)	(205.682)	(775.517)	(663.591)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(98.458)	(48.002)	(637.744)	(53.470)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão	(239.508)	(265.678)	(307.593)	(329.949)
Combustíveis para a produção de energia	(52.942)	(27.143)	(70.058)	(39.659)
Serviços de terceiros	(134.391)	(143.003)	(175.376)	(175.571)
Materiais	(30.820)	(28.124)	(35.525)	(30.903)
Seguros	(10.869)	(10.445)	(14.601)	(13.703)
Provisão para redução ao valor recuperável	(68.698)	-	(72.837)	-
Reversão (Constituição) de provisões operacionais	3.946	(32.284)	3.018	(34.023)
Gastos com a construção de usinas	-	-	(404.102)	(256.430)
Outros	(47.408)	(36.986)	(52.961)	(50.915)
	(769.140)	**(797.347)**	**(2.543.296)**	**(1.648.214)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**3.110.383**	**3.049.655**	**4.081.251**	**4.112.208**
Depreciação e amortização	(363.046)	(373.679)	(582.486)	(561.174)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**2.747.337**	**2.675.976**	**3.498.765**	**3.551.034**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras	146.369	58.152	182.659	88.185
Resultado de participações societárias	162.366	259.829	-	-
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**3.056.072**	**2.993.957**	**3.681.424**	**3.639.219**

Continua na próxima página

Continuação

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2013	%	31.12.2012 (Reapresentado)	%	31.12.2013	%	31.12.2012 (Reapresentado)	%
Remuneração:								
Do trabalho								
Remuneração e encargos	148.899	4,9	135.395	4,5	154.221	4,2	139.508	3,8
Benefícios	53.354	1,7	43.156	1,4	54.140	1,5	43.645	1,2
Participação nos resultados	24.264	0,8	22.841	0,8	24.264	0,7	22.841	0,6
FGTS	10.363	0,3	9.724	0,3	10.657	0,3	10.145	0,3
	236.880	**7,7**	**211.116**	**7,0**	**243.282**	**6,7**	**216.139**	**5,9**
Do governo								
Impostos federais	861.933	28,2	813.315	27,2	1.134.286	30,7	1.089.852	30,0
Impostos estaduais	20.049	0,7	23.288	0,8	65.530	1,8	84.613	2,3
Impostos municipais	1.891	0,1	1.948	0,1	2.072	0,1	2.128	0,1
Encargos setoriais	162.221	5,3	135.609	4,5	198.546	5,4	168.984	4,6
Encargos sobre concessão a pagar	147.307	4,8	142.238	4,8	217.850	5,9	208.512	5,7
	1.193.401	**39,1**	**1.116.398**	**37,4**	**1.618.284**	**43,9**	**1.554.089**	**42,7**
Do capital de terceiros								
Juros e variações monetárias	156.303	5,1	146.531	4,9	321.286	8,7	309.874	8,5
Juros capitalizados	160	-	-	-	20.832	0,6	32.401	0,9
Aluguéis	8.942	0,3	11.555	0,4	11.925	0,3	13.999	0,4
Outras despesas financeiras	24.274	0,8	17.903	0,6	29.068	0,8	21.837	0,6
	189.679	**6,2**	**175.989**	**5,9**	**383.111**	**10,4**	**378.111**	**10,4**
Do capital próprio								
Reserva de incentivos fiscais	17.196	0,6	18.816	0,6	17.196	0,5	18.816	0,5
Reserva de retenção de lucros	-	-	(9.043)	(0,3)	-	-	(9.043)	(0,2)
Depreciação do ajuste a valor justo	(55.240)	(1,8)	(65.707)	(2,2)	(55.240)	(1,5)	(65.707)	(1,8)
Juros sobre o capital próprio	244.800	8,0	276.200	9,2	244.800	6,6	276.200	7,6
Dividendos	1.229.356	40,2	1.270.188	42,4	1.229.356	33,4	1.270.188	34,9
Acionista não controlador	-	-	-	-	635	-	426	-
	1.436.112	**47,0**	**1.490.454**	**49,7**	**1.436.747**	**39,0**	**1.490.880**	**41,0**
	3.056.072	**100,0**	**2.993.957**	**100,0**	**3.681.424**	**100,0**	**3.639.219**	**100,0**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código TBLEY, pela relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, é controlada pela International Power PLC, empresa sediada no Reino Unido, a qual integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,0%[2] da capacidade instalada existente no país ao final de 2013. A capacidade instalada da Companhia, em 31.12.2013, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial da última das oito unidades geradoras da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito) e dos parques eólicos Trairí e Guajiru, é de 6.964,7 MW. Desse total, 79,8% são oriundas de fontes hidrelétricas, 17,0% de termelétricas e 3,2% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 31.12.2013, é de 3.812,5 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, seis termelétricas[3], três PCH, quatro de fontes eólicas e duas com geração à biomassa.

[2] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são examinadas pelos auditores independentes.
[3] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

Os principais eventos relacionados com a atividade da Companhia, ocorridos no ano de 2013, estão sumarizados a seguir:

a) Contratação de financiamento com o Nordic Investment Bank (NIB)

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou um contrato de financiamento, junto ao NIB, no montante de R$ 142.702, equivalente a US$ 70.000 na data da liberação do recurso. As principais condições estabelecidas nesse contrato estão descritas na Nota 16 – Empréstimos e financiamentos.

b) Aquisição dos Projetos Campo Largo e Santa Mônica

Em junho de 2013, a Companhia concluiu o processo de aquisição da CLWP Brasil Ltda. (CLWP), pelo montante de R$ 21.610. A CLWP é detentora do projeto eólico Campo Largo que é composto por sete usinas com potência instalada conjunta e capacidade comercial de 206 MW e 105 MW médios, respectivamente.

Em agosto de 2013, a Companhia finalizou a aquisição do projeto eólico Santa Mônica pelo valor de R$ 6.878. O projeto é composto por duas usinas com capacidade instalada total de 58,8 MW e capacidade comercial de 26,5 MW médios.

Ambos os projetos encontram-se em fase de estudos internos quanto à sua implantação, estando o complexo Santa Mônica em estágio mais avançado. Maiores detalhes estão descritos na Nota 12 – Investimentos.

c) Contratação de empréstimo junto ao HSBC USA

Em agosto de 2013, a Companhia contratou empréstimo junto ao HSBC USA no valor de US$ 90.000 (equivalente a R$ 207.315 na data da liberação dos recursos) e, concomitantemente, firmou uma operação de proteção (*swap)* com a subsidiária brasileira do HSBC, com o intuito de proteger a totalidade dos seus fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte-americano. Informações complementares sobre a operação podem ser encontradas na Nota 16 – Empréstimos e financiamentos.

d) Liquidação antecipada da dívida junto à Secretaria do Tesouro Nacional

Em setembro de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade de seus empréstimos junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no valor de R$ 64.935. A operação resultou em ganho financeiro de R$ 49.126, correspondente à diferença entre o custo amortizado e o valor de mercado de liquidação do empréstimo e dos depósitos em garantia vinculados ao mesmo. A referida quitação reduziu a exposição da Companhia à variação do dólar norte americano.

e) Início da operação comercial dos parques eólicos Trairí e Guajiru

Os parques eólicos Trairí e Guajiru, localizados no estado do Ceará deram início à operação comercial em outubro de 2013, adicionando 55,4 MW de capacidade instalada e 32,1 MW médios de capacidade comercial ao parque gerador da Companhia.

f) Aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. pela TBLP

Em dezembro de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. pelo valor de R$ 171.930. A confirmação do valor e a concretização da aquisição dependem do cumprimento de determinadas condições resolutivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações.

A Ferrari Termoelétrica S.A. é detentora dos ativos da Central Geradora Termelétrica Ferrari, uma usina de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizada no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A usina tem capacidade instalada de 65,5 MW e capacidade comercial de 23,2 MW médios.

O registro do investimento será realizado quando cumpridas todas as condições precedentes e a transferência das ações e da gestão da empresa para a Tractebel Energia, previsto para o primeiro trimestre de 2014.

g) Incorporação da controlada Companhia Energética São Salvador

Em 30.12.2013, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a incorporação da controlada integral Companhia Energética São Salvador (CESS) nos termos do "Protocolo de Incorporação" e do "Instrumento de Justificação". A incorporação teve como principal objetivo a simplificação e racionalização da estrutura administrativa e financeira da Companhia. Maiores detalhes estão descritos na Nota 12 – Investimentos.

h) Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013

A Medida Provisória (MP) 627/13 altera a legislação tributária relativa aos impostos e contribuições sociais federais; revoga o Regime Transitório de Transição (RTT), instituído pela Lei nº 11.941/09; e dá outras providências. Os dispositivos da referida MP entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração, baseada em análises preliminares sobre os possíveis efeitos decorrentes da aplicação da Medida, entende que não haverá elevação de carga tributária em relação à legislação vigente para a Companhia.

A MP recebeu diversas propostas de emendas que ainda serão apreciadas e votadas pelo Congresso Nacional. A decisão da Companhia quanto à sua adoção antecipada depende de análise posterior sobre eventuais alterações que poderão vir a ser aprovadas pelo Congresso.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável.

A Companhia está apresentando um conjunto único contendo as seguintes demonstrações contábeis:

a.1) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como "Consolidado", estão apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas brasileiras incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e, quando aplicável, as regulamentações do órgão regulador do setor elétrico brasileiro, a Aneel.

a.2) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais estão convergentes com as normas IFRS, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas integrais e que, pelas regras brasileiras, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

Não há diferenças entre o patrimônio líquido e os lucros da controladora e do consolidado constantes, respectivamente, das demonstrações contábeis consolidadas e individuais, preparadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente mencionadas.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia. As transações denominadas em moedas estrangeiras foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das demonstrações contábeis.

c) Segmento de negócios

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pelas atividades de geração e comercialização da energia elétrica gerada pelos seus ativos ou adquirida por meio de contratos de médio e longo prazo. Tal segmento concentrou 99,3% das receitas líquidas de vendas consolidadas auferidas em 2013 (99,5% em 2012).

d) Demonstrações dos resultados de operações descontinuadas

Nos exercícios apresentados, a Companhia não teve descontinuidade em suas operações que demandassem a divulgação de resultado de operações descontinuadas.

e) Lucro líquido por ação – básico e diluído

Não há diferença entre o lucro líquido por ação – básico e diluído – em virtude de não ter ocorrido emissão de ações nos exercícios apresentados.

f) Demonstrações dos Valores Adicionados

Este demonstrativo não forma parte das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), sendo apresentada em atendimento às exigências do CPC e em consonância com o previsto na norma.

g) Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, ao seguinte: (i) vida útil do ativo imobilizado, cuja referência é a estabelecida pela Aneel; (ii) provisões para cobrir riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; (iii) definição das taxas de desconto utilizadas para cálculo do valor presente de ativos e passivos; (iv) premissas usadas para definição das taxas de descontos e da tábua de mortalidade para os cálculos das obrigações com benefícios de aposentadoria; (v) cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros; e (vi) apuração do valor recuperável de ativos *(impairment*).

h) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 20.02.2014.

i) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Tractebel Energia e de suas controladas e operação em conjunto, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Tractebel Energia. As empresas consolidadas com a Tractebel Energia são as que seguem:

	Controlada direta	Participação no capital integralizado e votante (%)	
		31.12.2013	31.12.2012
Controladas integrais diretas			
Companhia Energética Estreito (CEE)	TBLE	99,99	99,99
Companhia Energética São Salvador (CESS)[4]	TBLE	-	99,99
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)	TBLE	99,99	99,99
Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)	TBLE	99,99	99,99
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (Pampa Sul)[56]	TBLE	99,99	99,99
Épsilon Participações Ltda.	TBLE	99,99	99,99
Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)[7]	TBLE	99,99	99,99
Controladas integrais indiretas			
Tupan Energia Elétrica Ltda. (Tupan)	TBLP	99,99	99,99
Hidropower Energia S.A. (Hidropower)	TBLP	99,99	99,99
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)	TBLP	99,99	99,99
Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)	TBLP	99,99	99,99
Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)	TBLP	99,99	99,99
Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva)	TBLP	95,00	95,00
Eólica Porto das Barcas S.A. (Porto das Barcas)[8]	TBLP	-	99,99
Central Eólica Cacimbas Ltda. (Cacimbas)[5]	TBLP	99,99	-
Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A.[5]	TBLP	99,99	-
Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE II Ltda.[5]	TBLP	99,99	-
Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)[6]	TBLP	99,99	99,99
Central Eólica Mundaú S.A. (Mundaú)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Guajiru S.A. (Guajiru)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Fleixeiras I S.A. (Fleixeiras I)	EEN	99,99	99,99
Central Eólica Trairí S.A. (Trairí)	EEN	99,99	99,99
CLWP Brasil Ltda. (CLWP) e controladas[5]	TBLP	99,99	-
Operação em conjunto			
Itá Energética S.A. (Itasa)	-	48,75	48,75

[4] Incorporada pela Tractebel Energia em 30.12.2013
[5] Projetos em processo de avaliação quanto à implantação
[6] Denominada anteriormente Delta Energética S.A.
[7] *Holding*
[8] Vendida em 2013

A Companhia concentra a alocação de suas aplicações financeiras em fundo de investimento exclusivo, o Fundo de Investimento Energy Renda Fixa, o qual é consolidado integralmente em suas demonstrações contábeis.

Os ativos, passivos, receitas e despesas da operação em conjunto Itasa são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas proporcionalmente à participação da Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

A participação do acionista não controlador no patrimônio líquido e no lucro líquido da controlada Ibitiúva, consolidada integralmente, está apresentada de forma segregada no balanço patrimonial e na demonstração de resultado consolidado, respectivamente, nas linhas denominadas "Participação de acionista não controlador" e "Lucro atribuído ao acionista não controlador".

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente entre os exercícios sociais apresentados, nas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado.

a) Ativos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor de mercado.

As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa, em função da intenção de resgate no curto prazo, estando registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber

São registradas inicialmente pelo valor da venda e posteriormente pelo custo amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base em análise individual dos clientes inadimplentes e constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis riscos de perda.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. Inicialmente são contabilizados pelo valor depositado e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações do valor justo são reconhecidas no resultado quando auferidas.

a.4) Combustível a reembolsar

São reconhecidos inicialmente de forma concomitante com o registro da obrigação com os fornecedores de combustíveis passíveis de reembolso e posteriormente pelo custo amortizado.

b) Estoques

São compostos por matérias primas para a geração de energia (carvão mineral, óleo combustível e biomassa), materiais de consumo e suprimentos, os quais são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor de realização.

c) Depósitos judiciais

São registrados inicialmente pelo montante depositado acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, que são reconhecidos no resultado financeiro.

d) Investimentos

A Companhia detém investimentos em entidades controladas e uma operação em conjunto na Itasa, entidade com personalidade jurídica própria.

d.1) Investimentos em empresas controladas direta ou indiretamente

Os investimentos permanentes em controladas são aqueles cujas atividades operacionais e financeiras são conduzidas pela Companhia através de seus direitos de voto e quando a Companhia está exposta ou tem direito aos retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, e consolidados integralmente na Tractebel Energia para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

d.2) "Ágio" (direito de concessão) na aquisição de investimentos

Na controladora, a diferença entre os valores pagos nas aquisições de controle e o valor do patrimônio líquido da sociedade investida está apresentada no investimento. O fundamento econômico da referida diferença ("Ágio") corresponde aos direitos sobre as concessões pelo uso do bem público pelas empresas adquiridas.

No consolidado, a Companhia adotou as regras estabelecidas pelo IFRS 3 - *Business combination*, norma consistente com o CPC 15 - Combinação de Negócios. Em decorrência da adoção desses pronunciamentos os ativos líquidos ("patrimônio liquido") da sociedade cujo controle foi adquirido foram reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data da aquisição, não havendo "Ágio" - custo de aquisição superior ao valor justo dos ativos líquidos - pelos conceitos estabelecidos nas regras do CPC.

d.3) Investimentos em negócios em conjunto

Os negócios em conjunto são aqueles nos quais a Companhia e um ou mais investidores mantêm o controle compartilhado das atividades operacionais e financeiras. Podem ser classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais dos investidores.

Nas demonstrações contábeis da controladora, são reconhecidas somente as participações nos ativos, passivos, receitas e despesas de operações em conjunto em entidades sem personalidade jurídica própria (participações em consórcios). Na controladora, o investimento na operação em conjunto com personalidade jurídica própria Itasa é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial, proporcionalmente à participação na entidade. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas da citada operação em conjunto são reconhecidos de forma proporcional à participação no negócio.

e) Imobilizado

e.1) Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. Os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, são computados como custo do respectivo imobilizado. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, em 01.01.2009, passaram a ter o seu valor justo como custo atribuído. Esses custos são deduzidos da depreciação acumulada e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

No consolidado, os ajustes a valor justo referentes ao valor das concessões ou autorizações pelo uso do bem público, alocados nos balanços patrimoniais de aquisição dos investimentos, estão registrados de acordo com o estabelecido nos pronunciamentos relativos à combinação de negócios, os quais permitem o reconhecimento do valor justo da concessão ou autorização e o da unidade de geração como único ativo, intangível ou imobilizado, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente. A Companhia optou por reconhecer os valores justos dessas concessões e autorizações pelo uso do bem público como um único ativo no grupo do ativo imobilizado, os quais estão sendo depreciados na extensão dos respectivos contratos de concessão ou autorização.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas unidades de cadastro que compõem esses empreendimentos. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão ou autorização das usinas. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, levando em consideração a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 13 – Imobilizado.

O método de depreciação adotado durante a fase de implantação das usinas, cujas operações comerciais das unidades geradoras são iniciadas ao longo de muitos meses, é o das "unidades produzidas". Por esse método, os custos com os reservatórios, barragens, casa de força e maquinários incorridos até o início da operação comercial de cada unidade geradora, são depreciados de forma proporcional à energia assegurada que cada unidade geradora agrega à capacidade comercial. Após a entrada em operação da última unidade, o total do custo do ativo em operação passa a ser depreciado pelo método linear, com base nas vidas úteis estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. A Administração da Companhia entende que esse método é o que melhor reflete a relação entre a despesa de depreciação e a geração de receita decorrente da operação dos ativos.

f) Intangível

É registrado ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Os intangíveis da Companhia possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais ou de concessão e autorização.

g) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível - *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados - antes dos impostos - gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

h) Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de dívida e de patrimônio são classificados como passivos financeiros ou patrimônio de acordo com a natureza do acordo contratual e as respectivas definições.

h.1) Passivos financeiros

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

- Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos e mensurados pelos seus valores justos e estão classificados como ativos ou passivos no balanço patrimonial.

As mudanças nos valores justos dos derivativos são registradas como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período. Quando os derivativos forem designados e qualificados como instrumentos efetivos de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido e transferidos para o resultado quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela ineficaz do *hedge* é registrada no resultado do período. A Companhia não possui instrumentos derivativos com esta designação.

- Concessões a pagar

Os valores contratuais estão a preços futuros, logo as parcelas a pagar ao longo do prazo das concessões são registradas inicialmente pelo valor presente e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o desconto a valor presente.

Buscando refletir adequadamente no patrimônio a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação, os valores correspondentes às concessões são registrados no ativo imobilizado em contrapartida do passivo. Durante a construção das usinas a atualização da obrigação, em função da taxa de desconto e da variação monetária, é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

h.2) Instrumento de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos no patrimônio líquido quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de sua emissão.

i) Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para a sua liquidação e que essa obrigação possa ser razoavelmente estimada. A atualização da provisão ao longo do tempo é reconhecida na despesa financeira.

Os passivos contingentes avaliados como de risco de perda possível e remota não são provisionados, mas sim divulgados em nota explicativa, quando necessário.

j) Obrigações com benefícios de aposentadoria

São reconhecidas pelo valor presente dos compromissos estimados decorrentes dos planos de pensão com benefício de aposentadoria definido, líquido do montante dos ativos garantidores do plano.

O valor presente dos compromissos é apurado com base em avaliação atuarial elaborada anualmente por atuários independentes, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação estimada final.

Os efeitos das remensurações das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidos dos ativos dos planos, são reconhecidos na rubrica "Outros resultados abrangentes", nas Demonstrações dos Resultados Abrangentes e das Mutações do Patrimônio Líquido.

k) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados individualmente por entidade do grupo de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

A Companhia adota o Regime Tributário de Transição (RTT) na apuração dos tributos, o qual não considera as alterações na lei societária e nas práticas contábeis para fins de determinação da base tributária. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias geradas pela adoção da nova legislação societária e normas contábeis foram registrados como tributos diferidos.

A subvenção governamental relativa ao benefício fiscal da redução de imposto de renda, concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para a Usina Ponte de Pedra, localizada na região incentivada, é reconhecida como redutora da despesa de imposto de renda e transferida de lucros acumulados para a reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Estes são integralmente apresentados no grupo não circulante, independente da expectativa de realização e exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Os impostos e contribuições sociais correntes e diferidos são apresentados no ativo ou passivo, de forma líquida, quando os tributos correspondem às mesmas entidades tributárias e há a intenção de quitá-los pelo valor líquido.

l) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridas.

m) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) dividendos intercalares - quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; (ii) juros sobre o capital próprio - na data do crédito aos acionistas; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício - quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

O Estatuto Social da Tractebel Energia prevê o pagamento de dividendos de, no mínimo, 30% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da lei. Esses dividendos são provisionados no encerramento do exercício social somente se os dividendos intercalares pagos e os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício forem inferiores ao mínimo obrigatório.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido, uma vez que são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

A Companhia adota como prática contábil a divulgação dos dividendos recebidos de controladas na atividade de investimento na Demonstração do Fluxo de Caixa.

n) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente com base em taxas de juros de mercado na data da transação.

o) Transações entre partes relacionadas

Os contratos de mútuo são atualizados pelos encargos contratados e as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizados em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados.

p) Reconhecimento da receita de venda de energia e serviços

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos e dos eventuais descontos e contribuições incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando: (i) é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para a Companhia; (ii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iii) os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; (v) e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

q) Contratos de arrendamento (*leasing*)

Os arrendamentos da Companhia são avaliados como operacional, onde os valores contratados são reconhecidos no resultado durante a vigência do contrato. Os arrendamentos são classificados como financeiro quando os termos do arrendamento transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. A Companhia, segundo sua avaliação, não possui operações relevantes de arrendamento financeiro.

r) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

As práticas contábeis críticas são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considera como razoáveis e relevantes. Ainda que essas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos.

Os resultados reais podem ser distintos dos estimados em função de variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

r.1) Obrigações com benefícios de aposentadoria

A Companhia reconhece suas obrigações com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) os compromissos futuros decorrentes dos planos de benefício de pensão são descontados ao valor presente com base nas taxas de juros de títulos do Governo Federal com *duration* similares aos esperados para os pagamentos dos compromissos futuros projetados; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado na data do balanço patrimonial.

Nos cálculos atuariais, os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como tábuas de mortalidade e previsão de crescimento salarial, de desligamento, e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas.

r.2) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens - limitadas ao prazo da concessão ou autorização das suas usinas, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando os mesmos são necessários.

r.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de vida longa pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em 31.12.2013 a Companhia, baseada em suas análises, identificou a necessidade de constituir provisão para redução ao valor recuperável de alguns de seus ativos de longa duração. Maiores informações na Nota 13 – Imobilizado.

r.4) Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

s) Pronunciamentos contábeis recentes e reclassificações

s.1) Pronunciamentos aplicáveis à Companhia e reclassificação a partir de 01.01.2013

- CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada – Benefícios a empregados

As práticas contábeis relativas ao reconhecimento e mensuração dos Benefícios a empregados foram alteradas e sua adoção se tornou obrigatória a partir de 01.01.2013.

A nova norma eliminou a abordagem do método do "corredor", que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Desta forma, os ganhos e perdas atuariais avaliados anualmente pelos atuários passaram a ser reconhecidos diretamente na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial – Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido.

Ademais, o cálculo da rentabilidade de ativos do plano passou a ser realizado com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente das obrigações com benefícios de aposentadoria.

Em consequência, a Companhia ajustou retrospectivamente a 01.01.2012 os direitos, obrigações e resultados com benefícios de aposentadoria e os respectivos efeitos no imposto de renda e contribuição social diferidos.

- Reclassificação da conta de combustível a reembolsar

A Companhia, até o exercício findo em 31.12.2012, apresentava os valores dos combustíveis reembolsáveis com os recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) líquidos dos montantes a pagar aos fornecedores de combustíveis. A partir de 2013, estas transações passaram a ser apresentadas segregadas no ativo e passivo da Companhia. De modo a permitir a comparabilidade entre as informações contábeis, os saldos das citadas contas relativas a 31.12.2012 e 01.01.2012 foram reclassificadas.

- Ajustes e reclassificações decorrentes dos procedimentos anteriormente mencionados

Os efeitos nos balanços patrimoniais, nas demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados antes e após os ajustes retrospectivos são os seguintes:

(i) Efeitos nos Balanços Patrimoniais em 01.01.2012 e de 31.12.2012 – Controladora

	Saldos em 31.12.2012			Saldos em 01.01.2012		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	**1.292.313**	**45.763**	**1.338.076**	**1.110.743**	**41.798**	**1.152.541**
Combustível a reembolsar	-	47.823	47.823	-	47.732	47.732
Outros ativos circulantes	63.347	(2.060)	61.287	51.746	(5.934)	45.812
Ativo não circulante	**7.746.549**	**705**	**7.747.254**	**7.860.776**	**412**	**7.861.188**
Outros ativos não circulantes	20.033	705	20.738	38.586	412	38.998
Total do Ativo	**9.038.862**	**46.468**	**9.085.330**	**8.971.519**	**42.210**	**9.013.729**
Passivo circulante	**1.280.442**	**45.763**	**1.326.205**	**1.130.811**	**41.798**	**1.172.609**
Fornecedores	127.546	45.763	173.309	219.640	41.798	261.438
Passivo não circulante	**2.298.243**	**(38.706)**	**2.259.537**	**2.392.727**	**(105.334)**	**2.287.393**
Obrigações com benefícios de aposentadoria	274.607	(59.009)	215.598	300.964	(159.809)	141.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	163.370	20.303	183.673	165.482	54.475	219.957
Patrimônio líquido	**5.460.177**	**39.411**	**5.499.588**	**5.447.981**	**105.746**	**5.553.727**
Reservas	3.014.411	(9.043)	3.005.368	3.002.215	-	3.002.215
Outros resultados abrangentes	-	48.454	48.454	-	105.746	105.746
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**9.038.862**	**46.468**	**9.085.330**	**8.971.519**	**42.210**	**9.013.729**

(ii) Efeitos nos Balanços Patrimoniais em 01.01.2012 e de 31.12.2012 – Consolidado

	Saldos em 31.12.2012			Saldos em 01.01.2012		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Ativo circulante	**1.985.305**	**45.763**	**2.031.068**	**1.526.208**	**41.798**	**1.568.006**
Combustível a reembolsar	-	47.823	47.823	-	47.732	47.732
Outros ativos circulantes	70.981	(2.060)	68.921	56.197	(5.934)	50.263
Ativo não circulante	**10.279.111**	**705**	**10.279.816**	**10.502.355**	**412**	**10.502.767**
Outros ativos não circulantes	40.742	705	41.447	51.433	412	51.845
Total do Ativo	**12.264.416**	**46.468**	**12.310.884**	**12.028.563**	**42.210**	**12.070.773**
Passivo circulante	**1.690.673**	**45.763**	**1.736.436**	**1.472.698**	**41.798**	**1.514.496**
Fornecedores	219.328	45.763	265.091	234.336	41.798	276.134
Passivo não circulante	**5.110.903**	**(38.706)**	**5.072.197**	**5.105.607**	**(105.334)**	**5.000.273**
Obrigações com benefícios de aposentadoria	274.607	(59.009)	215.598	300.964	(159.809)	141.155
Imposto de renda e contribuição social diferidos	179.127	20.303	199.430	166.539	54.475	221.014
Patrimônio líquido	**5.462.840**	**39.411**	**5.502.251**	**5.450.258**	**105.746**	**5.556.004**
Reservas	3.014.411	(9.043)	3.005.368	3.002.215	-	3.002.215
Outros resultados abrangentes	-	48.454	48.454	-	105.746	105.746
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**12.264.416**	**46.468**	**12.310.884**	**12.028.563**	**42.210**	**12.070.773**

(iii) Efeitos nas Demonstrações dos Resultados do exercício findo em 31.12.2012

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	**Ajustes**	**Reapresentado**	**Publicado**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Constituição de despesas operacionais, líquidas	(26.998)	(7.951)	(34.949)	(29.009)	(7.951)	(36.960)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**2.214.653**	**(7.951)**	**2.206.702**	**2.547.238**	**(7.951)**	**2.539.287**
Resultado financeiro	(243.668)	(5.752)	(249.420)	(447.238)	(5.752)	(452.990)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	**1.970.985**	**(13.703)**	**1.957.282**	**2.100.000**	**(13.703)**	**2.086.297**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(471.488)	4.660	(466.828)	(600.077)	4.660	(595.417)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.499.497**	**(9.043)**	**1.490.454**	**1.499.923**	**(9.043)**	**1.490.880**
Lucro Líquido por ação – básico e diluído – R$	**2,30**		**2,28**	**2,30**		**2,28**

(iv) Efeitos nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31.12.2012

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	**Ajustes**	**Reapresentado**	**Publicado**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Lucro antes dos tributos	1.970.985	(13.703)	1.957.282	2.100.000	(13.703)	2.086.297
Ajustes para conciliar o lucro antes dos tributos ao caixa gerado nas operações:						
Juros	168.338	5.752	174.090	360.005	5.752	365.757
Constituição de provisões operacionais	28.530	7.951	36.481	31.099	7.951	39.050

(v) Efeitos nas Demonstrações dos Valores Adicionados do exercício findo em 31.12.2012

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	**Ajustes**	**Reapresentado**	**Publicado**	**Ajustes**	**Reapresentado**
(-) Insumos						
Reversão de provisões operacionais	(24.333)	(7.951)	(32.284)	(26.072)	(7.951)	(34.023)
	(789.396)	**(7.951)**	**(797.347)**	**(1.640.263)**	**(7.951)**	**(1.648.214)**
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**3.001.908**	**(7.951)**	**2.993.957**	**3.647.170**	**(7.951)**	**3.639.219**
Remuneração:						
Do governo	**1.121.058**	**(4.660)**	**1.116.398**	**1.557.309**	**(4.660)**	**1.552.649**
Do capital de terceiros	**170.237**	**5.752**	**175.989**	**373.799**	**5.752**	**379.551**
Do capital próprio	**1.499.497**	**(9.043)**	**1.490.454**	**1.499.923**	**(9.043)**	**1.490.880**
	3.001.908	**(7.951)**	**2.993.957**	**3.647.170**	**(7.951)**	**3.639.219**

- CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

O pronunciamento estabelece que nas relações entre entidades caracterizadas como "Operações em conjunto" (*Joint Operation)*, o operador em conjunto deve reconhecer os ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas à sua participação na operação em conjunto. As características e essência econômica da participação da Companhia nos negócios e nas operações da investida Itá Energética S.A. (Itasa) caracterizam uma operação em conjunto.

As participações nos ativos, passivos, receitas e despesas correspondentes às operações em conjunto em entidades sem personalidade jurídica própria (participação em consórcios) são reconhecidas nas demonstrações contábeis individuais das empresas que mantém a operação em conjunto e, consequentemente, no consolidado.

A adoção da referida norma não resultou em nenhuma alteração em relação ao método utilizado para a elaboração do balanço patrimonial e resultado da controladora e consolidado da Companhia relativos ao exercício findo em 31.12.2012.

s.2) Pronunciamentos que se tornarão efetivos a partir de 01.01.2014

- Revisão da IAS 32 – Instrumentos financeiros

Esta alteração é parte integrante do projeto de "compensação entre ativos e passivos" do IASB, o qual clarifica que o direito legal de compensação, para ser efetivo, tem de ser atual e imputável a todas as partes no decurso normal do negócio, e clarifica em que circunstâncias alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) satisfazem os requisitos de compensação exigidos pela IAS 32. A Companhia está verificando se a alteração da norma resultará em efeitos nas suas demonstrações contábeis.

- Revisão da IAS 36 – Divulgações de valor recuperável para ativos não financeiros

A norma modifica o requerimento de divulgação quanto à mensuração do valor recuperável do ativo, quando este é determinado com base no valor justo menos os custos estimados para vender o ativo. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação da referida revisão.

- Revisão do IAS 39 – Novação de derivativos e continuação de *Hedge Accounting*

A alteração tem como objetivo permitir uma exceção na descontinuidade da contabilidade de hedge (*hedge accounting)* quando a novação de um derivativo designado como um instrumento de *hedge* atinge determinados critérios. As modificações da referida norma não impactarão as demonstrações contábeis da Companhia.

- IFRIC 21 – Taxas do Governo

A interpretação tem o propósito de determinar quando reconhecer uma obrigação de pagar um tributo que está sob o escopo da norma IAS 37 – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos decorrentes da aplicação da referida interpretação.

s.3) Pronunciamentos que se tornarão efetivos a partir de 01.01.2015

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A norma substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. A principal mudança diz respeito à parcela da variação do valor justo de passivos financeiros decorrente de mudança no valor justo resultante de alteração do risco de crédito da própria entidade que passa a ser registrada em outros resultados abrangentes e não no resultado, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 01.01.2015. A Companhia está avaliando a aplicação da norma, mas não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IFRS 14 – Contas regulatórias diferidas

A norma aborda as regras para reconhecimento e divulgação de contas regulatórias diferidas em entidades que conduzem atividades com tarifas reguladas e que reconheciam ativos e passivos regulatórios nas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis anteriores. A adoção da norma é obrigatória a partir de 01.01.2016 e a Companhia entende que a referida norma não impactará suas demonstrações contábeis.

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e depósitos bancários à vista	**940**	**3.207**	**7.445**	**13.832**
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais				
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	79.471	-	99.978	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	869.059	728.976	1.093.309	1.126.254
	948.530	**728.976**	**1.193.287**	**1.126.254**
- Instituições Financeiras[9]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	4.134	1.256	12.744
Operações lastreadas em debêntures	-	-	22.288	27.146
	-	**4.134**	**23.544**	**39.890**
Total das aplicações financeiras	**948.530**	**733.110**	**1.216.831**	**1.166.144**
	949.470	**736.317**	**1.224.276**	**1.179.976**

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo e estão estruturadas, substancialmente, através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa (FIE), o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

As operações compromissadas realizadas no âmbito do FIE referem-se a transações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2013 e 2012 foi de 101,4% e 100,5% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

Os CDB e as operações lastreadas em debêntures podem ser negociados a qualquer época sem comprometimento dos rendimentos.

[9] Bancos: Safra, Itaú Unibanco, Itaú BBA, Banco do Brasil, Votorantim e Bradesco.

5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Circulante				
Suprimento de energia elétrica				
Distribuidoras de energia elétrica	245.616	253.084	372.589	369.657
Comercializadoras de energia elétrica	84.824	135.532	24.953	64.279
Fornecimento de energia elétrica				
Consumidores livres	20.957	20.972	248.655	185.741
Transações no mercado de energia de curto prazo				
Correntes	27.039	9.456	100.581	9.691
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.961	122.574	122.961	122.574
	504.062	**544.283**	**872.404**	**754.607**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.806)	(131.282)	(132.078)	(131.691)
	372.256	**413.001**	**740.326**	**622.916**
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	31.398	3.356	6.280	7.347
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.848)	-
	31.398	**3.356**	**4.432**	**7.347**
	403.654	**416.357**	**744.758**	**630.263**

Os valores a receber apresentados no grupo não circulante da controladora referem-se substancialmente a contratos de compra de energia firmados com a controlada Companhia Energética Estreito.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Vencidas até 30 dias	9.913	9.252	23.337	9.401
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-	15	-
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.806	131.282	133.926	131.691
- Sem provisão constituída	1.038	1.143	1.179	1.160
	132.844	**132.425**	**135.105**	**132.851**
	142.757	**141.677**	**158.457**	**142.252**

A Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos até 90 dias nem para os vencidos a mais de 90 dias acima identificados, em razão da expectativa de recebimento de tais valores.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.961	122.574	122.961	122.574
Comercializadora	6.180	6.043	6.452	6.452
RTE	2.665	2.665	2.665	2.665
Distribuidora	-	-	1.848	-
	131.806	**131.282**	**133.926**	**131.691**

A provisão sobre os saldo da conta "Agentes com ações judiciais ou inadimplentes", no montante de R$ 122.961, é composta pelos seguintes valores:

(i) R$ 110.885 - corresponde a créditos oriundos de transações realizadas no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), atualmente CCEE, no período de setembro de 2000 a setembro de 2002, que não foram recebidas em função de determinados agentes devedores terem ingressado com ações judiciais por discordarem da interpretação adotada por aquele órgão, relativamente às disposições do Acordo Geral do Setor Elétrico. A provisão foi constituída em virtude das dúvidas quanto ao recebimento dos valores relativos às referidas transações.

(ii) R$ 12.076 - refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na primeira liquidação financeira feita pelo MAE, em 30.12.2002, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais a longa data. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, independentemente das ações aplicáveis ao caso.

6 – ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Insumos para produção de energia	20.813	6.211	23.028	6.917
Almoxarifado	38.819	31.927	40.411	34.041
Adiantamentos a fornecedores	619	623	722	623
Outros	613	3.556	624	3.793
	60.864	**42.317**	**64.785**	**45.374**

7 – OUTROS CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Circulante				
PIS[10] e Cofins[11]	-	-	59.086	54.799
INSS[12]	722	305	722	305
Outros	-	-	22	194
	722	**305**	**59.830**	**55.298**
Não circulante				
PIS e Cofins	8.832	1.131	81.972	106.831
ICMS[13]	17.810	12.683	18.244	15.581
INSS	-	-	6	7
	26.642	**13.814**	**100.222**	**122.419**

Os saldos de PIS e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

Os créditos relativos às aquisições de máquinas e equipamentos são compensados no próprio mês de sua constituição e os oriundos de gastos com construções de edificações vêm sendo compensados mensalmente na proporção de 1/24.

[10] Programa de Integração Social
[11] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
[12] Instituto Nacional do Seguro Social
[13] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

8 – COMBUSTÍVEL A REEMBOLSAR

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012
Eletrobras	**139.601**	**47.823**

Nesta rubrica estão classificados os valores a receber da Eletrobras, decorrentes do reembolso do combustível comprado para consumo nas usinas termelétricas da Companhia, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que tem como uma de suas finalidades garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes movidas à carvão mineral nacional.

O reembolso normalmente é realizado após a apresentação dos comprovantes de pagamento aos fornecedores de combustível. Em 31.12.2013 estavam pendentes de recebimento os valores de competência de novembro e dezembro de 2013.

9 – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspendido os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre os valores a receber.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação. O valor da avaliação dos bens penhorados, em novembro de 2011, foi de R$ 116.492.

A Companhia ainda aguarda o deferimento, pelo Juiz, do pedido da transferência de propriedade dos bens penhorados e já avaliados para que possa definir quais serão alienados e quais permanecerão com a empresa.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. Assim que a Companhia tomou conhecimento deste pedido, solicitou a impugnação do mesmo, sendo este julgado improcedente. Dessa decisão a ELEJA recorreu por meio de Agravo de Instrumento para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que negou provimento ao recurso em fevereiro de 2014. Como consequência, será peticionado ao Juízo para requerer a adjudicação dos bens penhorados.

O valor nominal, em 31.12.2013, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), totaliza R$ 133.565 (R$ 126.576 em 31.12.2012). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora, o qual ainda aguarda decisão judicial.

A Companhia, de forma prudente, não pretende reconhecer o ajuste desse "Contas a receber" ao valor de mercado dos ativos, anteriormente mencionado, até que se tenha o desfecho do trâmite judicial da ação.

10 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora	Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2013	31.12.2012
Não circulante			
Fundos de investimentos	31.617	120.065	101.431
CDB	5.467	10.792	1.879
	37.084	**130.857**	**103.310**

Os depósitos vinculados destinam-se principalmente a garantir o pagamento dos serviços da dívida, sendo contratados com os bancos financiadores.

A rentabilidade média dos depósitos vinculados nos anos de 2013 e 2012 foi de 99,2% e 98,1% do CDI, respectivamente.

11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Fiscais	92.724	90.488	93.485	90.952
Cíveis	8.259	14.490	8.817	15.506
Trabalhistas	4.228	3.638	4.552	3.953
	105.211	**108.616**	**106.854**	**110.411**

Do montante total dos depósitos de natureza fiscal registrados em 31.12.2013, R$ 49.192, na controladora e no consolidado (R$ 45.571 em 31.12.2012), correspondem ao processo transitado em julgado em favor da Companhia em junho de 2012, contra as exigências previstas na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 468/2004 (IN 468/2004), revogada em 04.07.2006 pela IN 658/2006 para que as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31.10.2003 fossem submetidas à tributação não cumulativa de PIS e Cofins a partir da primeira alteração de preço, descaracterizando assim, o conceito do "preço predeterminado", previsto no artigo 10 da Lei nº 10.833/2003.

Em relação ao montante depositado em juízo, referente aos depósitos judiciais efetivados de julho a outubro de 2006, foi publicado, em 12.07.2012, o deferimento do pedido de levantamento efetuado pela Companhia autorizando a expedição de alvará para liberação de tais depósitos, em razão do STJ ter concluído que a concessão da ordem pelo TRF, abranger também o período regido pela IN 658/2006.

Porém, em 10.08.2012 a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para levantamento dos referidos depósitos judiciais, para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. Intimada a se manifestar a Companhia requereu o indeferimento do pedido da União Federal, bem como o pagamento de multa, em razão de litigância de má fé.

A nova autorização para liberação dos alvarás relativos aos depósitos foi publicada em dezembro de 2012.

Contra a decisão que manteve esta ordem, a União Federal interpôs um recurso jurídico denominado "Agravo de Instrumento", no qual obteve liminar, sendo que a questão será examinada no julgamento do recurso após o pleno contraditório das contrarrazões.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial.

Os demais valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas judiciais e administrativas. Do montante registrado em 31.12.2013, R$ 38.703 (R$ 39.368 em 31.12.2012) estão diretamente relacionados a provisões de risco provável reconhecidas no passivo da Companhia.

b) Mutação

	Controladora				Consolidado			
	Fiscais	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**	**Fiscais**	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldos em 01.01.2012	**91.202**	**9.727**	**3.130**	**104.059**	**91.652**	**10.725**	**3.455**	**105.832**
Adições	-	5.652	779	6.431	-	13.669	808	14.477
Atualizações	7.751	-	181	7.932	7.765	315	181	8.261
Baixas e resgates	(8.465)	(889)	(452)	(9.806)	(8.465)	(9.203)	(491)	(18.159)
Saldos em 31.12.2012	**90.488**	**14.490**	**3.638**	**108.616**	**90.952**	**15.506**	**3.953**	**110.411**
Adições	180	1.354	635	**2.169**	442	1.604	649	**2.695**
Atualizações	7.163	1.830	195	**9.188**	7.199	1.932	192	**9.323**
Baixas e resgates	(5.107)	(9.796)	(240)	**(15.143)**	(5.108)	(10.225)	(242)	**(15.575)**
Incorporação CESS	-	381	-	**381**	-	-	-	**-**
Saldos em 31.12.2013	**92.724**	**8.259**	**4.228**	**105.211**	**93.485**	**8.817**	**4.552**	**106.854**

12 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	31.12.2013	**31.12.2012**
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.336.073	2.649.730
"Ágio" (Direito de concessão)	80.193	114.262
	2.416.266	**2.763.992**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Mutação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2012	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Transferência	Incorporação CESS	Saldos em 31.12.2013
Itasa[14]	**329.803**	-	9.854	(16.528)	-	-	**323.129**
CEE[15]	**983.367**	-	24.430	(5.208)	-	-	**1.002.589**
CESS[16]	**376.380**	-	21.421	-	-	(397.801)	**-**
Lages[17]	**59.198**	-	6.154	(6.154)	-	-	**59.198**
TBLC[18]	**168.562**	-	62.100	(100.000)	-	-	**130.662**
TBLP[19]	**732.419**	44.016	42.909	-	-	-	**819.344**
Outros	**1**	845	(4)	-	309	-	**1.151**
Total	**2.649.730**	**44.861**	**166.864**	**(127.890)**	**309**	**(397.801)**	**2.336.073**

	Saldos em 01.01.2012	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31.12.2012
Itasa	**311.281**	-	32.631	(14.109)	**329.803**
CEE	**915.408**	46.999	41.319	(20.359)	**983.367**
CESS	**360.775**	-	17.241	(1.636)	**376.380**
Lages	**59.198**	-	7.280	(7.280)	**59.198**
TBLC	**168.254**	-	145.307	(144.999)	**168.562**
TBLP	**618.221**	94.435	19.763	-	**732.419**
Outros	**1**	-	-	-	**1**
Total	**2.433.138**	**141.434**	**263.541**	**(188.383)**	**2.649.730**

Informações adicionais sobre as controladas diretas relativas ao exercício findo em 31.12.2013

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido	Participação no capital total e votante (%)
Itasa	510.136	703.192	40.363	662.829	153.530	20.209	48,75
CEE	918.003	2.656.884	1.654.295	1.002.589	349.596	24.430	99,99
CESS	-	-	-	-	221.957	21.421	99,99
Lages	30.530	77.553	18.355	59.198	49.280	6.154	99,99
TBLC	4.200	492.426	361.764	130.662	2.203.690	62.100	99,99
TBLP	778.779	1.501.358	678.776	822.582	132.455	43.544	99,99

Os efeitos no ativo consolidado da Companhia decorrentes do valor justo da concessão onerosa adquirida na combinação de negócios da CEE são de R$ 80.193.

A participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro líquido da TBLP acima apresentado é de R$ 3.238 e R$ 635, respectivamente.

[14] Itá Energética S.A., operação em conjunto.
[15] Companhia Energética Estreito
[16] Companhia Energética São Salvador, incorporada em 30.12.2013
[17] Lages Bioenergética Ltda.
[18] Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
[19] Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

b.2) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Mutação

	CEE	CESS	Total
Saldos em 01.01.2012	**85.872**	**32.102**	**117.974**
Amortização	(2.446)	(1.266)	(3.712)
Saldos em 31.12.2012	**83.426**	**30.836**	**114.262**
Amortização	(3.233)	(1.265)	(4.498)
Incorporação CESS[20]	-	(29.571)	(29.571)
Saldos em 31.12.2013	**80.193**	**-**	**80.193**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direitos de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

b.3) Informações sobre as controladas diretas

- Itá Energética S.A. (Itasa) - operação em conjunto

A Itasa e a Tractebel Energia são as detentoras dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica Itá (UHE Itá), localizada no Rio Uruguai (SC/RS), através de consórcio, do qual a Itasa participa com 60,5% e a Tractebel Energia com 39,5%. Nos termos do Contrato de Consórcio, a Itasa tem direito à quantidade de energia equivalente a 60,5% de 668 MW médios da energia assegurada da Usina, que totaliza 720 MW médios. Os demais 52 MW médios (720 MW médios – 668 MW médios) da energia assegurada do empreendimento são detidos diretamente pela Tractebel Energia.

A Tractebel Energia e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mantém uma operação em conjunto da Itasa, ambas com participação equivalente a 48,75% do capital votante e integralizado da sociedade. Os principais grupos do ativo, passivo e resultado da Itasa, conforme demonstrados a seguir, são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas da Tractebel Energia na proporção de sua participação no capital da empresa, posto que a referida sociedade possui personalidade jurídica própria.

[20] Incorporação da controlada Companhia Energética São Salvador em 30.12.2013 conforme descrito a seguir em item específico.

BALANÇO PATRIMONIAL	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO		
Ativo circulante	65.893	90.730
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	34.029	38.412
Imobilizado	603.262	640.842
Intangível	8	8
TOTAL DO ATIVO	**703.192**	**769.992**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	38.492	87.660
Passivo não circulante	1.871	5.809
Patrimônio líquido	662.829	676.523
TOTAL DO PASSIVO	**703.192**	**769.992**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.12.2013	31.12.2012
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**153.530**	**217.497**
CUSTOS DA ENERGIA VENDIDA	**(116.726)**	**(109.821)**
LUCRO BRUTO	**36.804**	**107.676**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(4.265)	(5.177)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(3.331)	143
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	**29.208**	**102.642**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**1.266**	**(1.746)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**30.474**	**100.896**
Imposto de renda e contribuição social	(10.265)	(33.961)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**20.209**	**66.935**

- Companhia Energética Estreito (CEE)

A CEE é detentora de participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da UHE Estreito, localizada no Rio Tocantins (TO/MA). As demais consorciadas são: a Companhia Vale do Rio Doce, a Estreito Energia S.A. (Grupo Alcoa) e a Intercement Brasil S.A. (Grupo Camargo Corrêa), com participações de 30,00%, 25,49% e 4,44%, respectivamente. A liderança do consórcio cabe à CEE.

Em março de 2013, a Aneel autorizou o início da operação comercial da 8° unidade geradora de energia da UHE Estreito, adicionando 135,8 MW de potência à usina. Com essa nova unidade em operação a UHE Estreito atingiu 100% do total de sua capacidade instalada, o equivalente a 1.087 MW, sendo 435,6 MW pertencente à CEE.

- Companhia Energética São Salvador (CESS) na Tractebel Energia S.A.

A CESS detém a totalidade dos direitos de concessão da Usina Hidrelétrica São Salvador, localizada no Rio Tocantins (TO), com potência mínima instalada de 243,2 MW e energia assegurada de 148,5 MW médios.

Em 30.12.2013, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas aprovou, por unanimidade, a incorporação da Companhia Energética São Salvador (CESS) na Tractebel Energia mediante versão do acervo líquido da empresa na data base de 30.12.2013. A Assembleia aprovou ainda o Laudo de Avaliação do acervo líquido incorporado, avaliado a valor contábil. O acervo líquido da CESS incorporado pela Tractebel Energia foi o seguinte:

	Valor de livros	Valor justo
Ativo circulante	187.593	187.593
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo	33.236	33.236
Imobilizado	1.122.094	1.151.665
Custo	819.584	819.584
Concessão do Uso do Bem Público (UBP)	302.510	332.081
Intangível	404	404
Passivo circulante	104.693	104.693
Passivo não circulante	840.833	840.833
Acervo líquido	**397.801**	**427.372**

- Lages Bioenergética Ltda. (Lages)

A Lages é uma termelétrica, localizada no Município de Lages (SC), que utiliza um turbogerador a vapor de 28 MW que consome resíduos de madeira como combustível. A Usina detém o registro no Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Organização das Nações Unidas (ONU) para negociar créditos de carbono, por utilizar resíduos de madeira na cogeração de energia elétrica.

- Tractebel Energia Comercializadora Ltda. (TBLC)

A TBLC tem como objeto social a comercialização de energia elétrica nos ambientes de contratação livre e regulada, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica, bem como a intermediação de qualquer dessas operações, a prática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. As vendas no ambiente de comercialização livre da Companhia normalmente são realizadas através da TBLC.

- Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. (TBLP)

A TBLP é uma *holding* que tem por objeto social participar no capital de outras sociedades e concentrar os investimentos em projetos referentes a energias complementares da Companhia. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2013 das controladas da TBLP.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (Prejuízo)	Participação no capital total e votante (%)
Tupan	80.379	101.590	21.211	80.379	18.614	12.244	99,99
Hidropower	33.392	77.352	21.257	56.095	17.202	10.592	99,99
Areia Branca	84.160	132.968	51.393	81.575	15.590	722	99,99
Beberibe	60.230	147.329	87.467	59.862	25.425	8.514	99,99
Pedra do Sal	33.133	100.440	62.483	37.957	18.288	6.151	99,99
Ibitiúva	36.576	128.004	63.249	64.755	24.599	12.707	95,00
EEN	178.513	573.177	392.983	180.194	12.737	3.387	99,99
CLWP	2.308	2.157	15	2.142	-	(166)	99,99
Cacimbas	323	39	3	36	-	(33)	99,99
Santa Mônica	1.269	1.188	3	1.185	-	(9)	99,99
Santa Mônica II	620	619	-	619	-	(1)	99,99

Os efeitos no ativo consolidado da TBLP decorrentes do valor justo das autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios são de R$ 231.477.

- Energias Eólicas do Nordeste S.A. (EEN)

A EEN é uma *holding* constituída para controlar as empresas adquiridas para a construção dos parques eólicos do Projeto Trairí, no Estado do Ceará. A seguir algumas informações financeiras relativas ao exercício findo em 31.12.2013 das controladas da EEN.

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (Prejuízo)	Participação no capital total e votante (%)
Trairí	34.184	122.256	86.548	35.708	5.235	1.997	99,99
Guajiru	40.068	143.426	101.903	41.523	6.152	2.124	99,99
Fleixeiras	41.512	154.848	114.106	40.742	1.350	(158)	99,99
Mundaú	48.878	138.010	90.282	47.728	-	(618)	99,99

Os efeitos no ativo consolidado da EEN decorrentes do valor justo das autorizações e demais direitos adquiridos em combinações de negócios são de R$ 12.669.

Enquanto os parques eólicos Trairí e Guajiru deram início à operação comercial em outubro de 2013, o parque eólico Fleixeiras iniciou suas operações em teste em dezembro de 2013 com a efetivação da operação comercial em janeiro de 2014. Já o parque eólico Mundaú encontra-se em estágio avançado de construção com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2014. A energia a ser gerada pelos parques eólicos do Projeto Trairí tem sido vendida no Ambiente de Comercialização Livre (ACL), em contratos de médio e longo prazo, através da controlada TBLC.

Aquisição de novos projetos

- Projeto Cacimbas

Em fevereiro de 2013, a Companhia, através de sua controlada integral TBLP, adquiriu o projeto eólico Cacimbas, anteriormente denominado Flecheiras, localizado próximo aos parques eólicos do Projeto Trairí, no Ceará, pelo valor de R$ 850. A capacidade instalada e comercial prevista para o projeto é de 18,9 MW e 8,9 MW médios, respectivamente. A implantação do projeto se encontra em avaliação pela Companhia.

- Projeto Campo Largo

Em junho de 2013, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição da CLWP Brasil Ltda. pelo montante de R$ 21.610, após o cumprimento de determinadas condições previstas em contrato firmado em janeiro de 2013, dos quais R$ 12.523 referem-se a parcelas vincendas, atualizadas pela variação do IPCA e de juros de 1,5% a.a.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP é detentora de 7 SPE, cada qual responsável pelo desenvolvimento de um projeto de geração eólica, nos municípios de Umburanas e Sento Sé, a 420 km de Salvador, com potência instalada conjunta de 206 MW e capacidade comercial de 105 MW médios.

A Companhia está em processo de realização de estudos internos quanto à implantação do projeto.

Os controladores anteriores da CLWP também estão desenvolvendo outros projetos eólicos, de mais 150 MW de capacidade instalada, na mesma região, sobre os quais a Companhia tem preferência de compra, pelo valor de R$ 16.500, condicionada à obtenção de licenciamento ambiental, já em fase adiantada de aprovação.

- Projeto Santa Mônica

Em agosto de 2013, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição das empresas Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A. e Usina Geradora Eólica Santa Mônica II SPE Ltda. pelo valor de R$ 6.878, após o atendimento das condições contratuais precedentes ao fechamento do negócio, dos quais R$ 3.891 referem-se a parcelas vincendas, atualizadas pela variação do IPCA. O projeto eólico, localizado no Estado do Ceará, é composto por duas usinas com capacidade instalada total de 58,8 MW e capacidade comercial de 26,5 MW médios. O referido projeto se encontra em fase adiantada de estudos internos de avaliação quanto à sua implantação.

- Ferrari Termoelétrica S.A.

Em dezembro de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A., através da controlada TBLP, pelo valor de R$ 171.930, desde que satisfeitas determinadas condições resolutivas estabelecidas no contrato de compra e venda de ações.

A Ferrari Termoelétrica S.A. é uma sociedade de propósito específico detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari (UTE Ferrari), um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizado no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A UTE Ferrari conta com uma capacidade instalada de 65,5 MW e capacidade comercial de 23,2 MW médios, dos quais 18,0 MW médios foram contratados em Leilões de Energia Elétrica destinados ao Ambiente de Contratação Regulada.

A SPE pretende realizar investimentos da ordem de R$ 85.000, direcionados à modernização e ampliação da UTE, a fim de ampliar sua capacidade instalada para 80,5 MW. Com isso, é esperada a elevação da sua capacidade comercial para 35,6 MW médios.

O registro do investimento será realizado quando cumpridas todas as condições precedentes e a transferência das ações e da gestão da empresa para a Tractebel Energia.

13 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora				
		31.12.2013				31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	*Impairment*[21]	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7	5.070.519	(2.458.911)	-	2.611.608	2.159.451
Edificações e benfeitorias	3,0	1.494.618	(797.727)	(14.659)	682.232	543.628
Máquinas e equipamentos	4,1	6.113.994	(3.818.266)	(54.039)	2.241.689	2.001.942
Móveis e utensílios	6,3	9.112	(4.211)	-	4.901	4.737
Veículos	14,3	1.901	(1.441)	-	460	424
Obrigações especiais		(13.087)	-	-	(13.087)	(13.275)
		12.677.057	**(7.080.556)**	**(68.698)**	**5.527.803**	**4.696.907**
Em curso						
Edificações e benfeitorias		6.411	-	-	6.411	16.501
Máquinas e equipamentos		95.518	-	-	95.518	20.452
Adiantamento a fornecedores		77.452	-	-	77.452	7.242
Aquisições a ratear		6.781	-	-	6.781	1.141
		186.162	**-**	**-**	**186.162**	**45.336**
		12.863.219	**(7.080.556)**	**(68.698)**	**5.713.965**	**4.742.243**

[21] Provisão para redução ao valor recuperável

		Consolidado				
		31.12.2013				31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Reservatórios, barragens e adutoras	3,0	7.101.928	(2.688.647)	-	4.413.281	4.358.878
Edificações e benfeitorias	3,2	1.770.506	(861.560)	(17.259)	891.687	939.975
Máquinas e equipamentos	4,1	8.283.424	(4.132.243)	(55.578)	4.095.603	3.692.815
Móveis e utensílios	6,3	9.918	(4.594)	-	5.324	5.348
Veículos	14,3	2.976	(1.857)	-	1.119	472
Obrigações especiais		(13.212)	-	-	(13.212)	(13.400)
		17.155.540	**(7.688.901)**	**(72.837)**	**9.393.802**	**8.984.088**
Em curso						
Reservatórios, barragens e adutoras		7.935	-	-	7.935	13.517
Edificações e benfeitorias		12.095	-	-	12.095	43.852
Máquinas e equipamentos		131.781	-	-	131.781	123.189
Adiantamento a fornecedores		148.140	-	-	148.140	132.630
Aquisições a ratear		14.474	-	-	14.474	385.809
		314.425	**-**	**-**	**314.425**	**698.997**
		17.469.965	**(7.688.901)**	**(72.837)**	**9.708.227**	**9.683.085**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 01.01.2012	**2.283.077**	**580.294**	**2.111.418**	**5.043**	**81.885**	**(13.535)**	**5.048.182**
Ingressos	-	-	-	-	70.556	260	70.816
Transferências	(6.419)	(941)	113.769	696	(107.105)	-	-
Baixas	(235)	-	(10.211)	(33)	-	-	(10.479)
Depreciação	(116.972)	(35.725)	(213.034)	(545)	-	-	(366.276)
Saldos em 31.12.2012	**2.159.451**	**543.628**	**2.001.942**	**5.161**	**45.336**	**(13.275)**	**4.742.243**
Ingressos	-	-	-	-	231.862	188	232.050
Juros capitalizados	-	-	-	-	160	-	160
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115	-	16.501
Incorporação CESS	561.248	185.685	400.033	224	4.475	-	1.151.665
Impairment	-	(14.659)	(54.039)	-	-	-	(68.698)
Transferências	756	1.012	93.487	531	(95.786)	-	-
Baixas	-	-	(2.501)	(4)	-	-	(2.505)
Depreciação	(116.966)	(34.971)	(204.961)	(553)	-	-	(357.451)
Saldos em 31.12.2013	**2.611.608**	**682.232**	**2.241.689**	**5.361**	**186.162**	**(13.087)**	**5.713.965**

	Consolidado						
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Total
Saldos em 01.01.2012	**4.550.425**	**991.768**	**3.720.407**	**6.108**	**630.103**	**(13.660)**	**9.885.151**
Ingressos	-	-	-	-	320.267	260	320.527
Juros capitalizados	-	-	-	-	33.841	-	33.841
Transferências	9.981	1.622	273.249	362	(285.214)	-	-
Baixas	(235)	-	(10.301)	(33)	-	-	(10.569)
Depreciação	(201.293)	(53.415)	(290.540)	(617)	-	-	(545.865)
Saldos em 31.12.2012	**4.358.878**	**939.975**	**3.692.815**	**5.820**	**698.997**	**(13.400)**	**9.683.085**
Ingressos	-	-	-	-	623.267	188	623.455
Juros capitalizados	-	-	-	-	21.061	-	21.061
Incorporação Maesa	7.119	1.537	7.728	2	115		16.501
Impairment	-	(17.259)	(55.578)	-	-	-	(72.837)
Transferências	259.931	20.362	749.973	1.349	(1.029.015)	-	2.600
Baixas	-	-	(2.640)	(6)	-	-	(2.646)
Depreciação	(212.647)	(52.928)	(296.695)	(722)	-	-	(562.992)
Saldos em 31.12.2013	**4.413.281**	**891.687**	**4.095.603**	**6.443**	**314.425**	**(13.212)**	**9.708.227**

c) Composição do imobilizado em serviço, por grupo de usinas

		Controladora				
		31.12.2013				31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Hidrelétricas	2,5	9.890.799	(4.889.920)	-	5.000.879	4.025.716
Termelétricas	5,0	2.786.258	(2.190.636)	(68.698)	526.924	671.191
		12.677.057	**(7.080.556)**	**(68.698)**	**5.527.803**	**4.696.907**

		Consolidado				
		31.12.2013				31.12.2012
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	*Impairment*	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Hidrelétricas	3,2	13.291.465	(5.319.975)	-	7.971.490	7.743.133
Termelétricas	5,1	2.786.258	(2.190.636)	(68.698)	526.924	671.191
Biomassa	5,3	177.148	(53.534)	(4.139)	119.475	135.966
PCH	4,3	300.727	(65.276)	-	235.451	248.229
Eólicas	4,6	599.942	(59.480)	-	540.462	185.569
		17.155.540	**(7.688.901)**	**(72.837)**	**9.393.802**	**8.984.088**

d) Depreciação

As vidas úteis estabelecidas pela Aneel, que correspondem à vida útil estimada dos bens, para os principais grupos de ativos que compõem os parques geradores da Companhia são as seguintes:

	Depreciação (% a.a.)	Vida útil média (anos)
Reservatórios e barragens	2,0	50
Edificações e benfeitorias	4,0	25
Geradores	3,3	30
Caldeiras	4,0	25
Turbinas hidráulicas	3,3	30
Casas de força	2,0	50
Turbinas eólicas (aerogeradores)	5,0	20
Equipamentos gerais	6,3	16

No início de 2012, a Aneel emitiu Resolução Normativa estabelecendo novas taxas anuais de depreciação para determinados ativos vinculados à concessão e autorização para a geração de energia elétrica, aplicáveis a partir de 01.01.2012. A adoção das novas taxas não resultou em efeitos significativos na despesa de depreciação dos ativos da Companhia.

O total dos itens totalmente depreciados em 31.12.2013 e 31.12.2012 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Reservatórios, barragens e adutoras	73.857	73.857	73.857	73.857
Edificações e benfeitorias	105.209	105.209	105.209	105.209
Máquinas e equipamentos	703.886	704.200	704.069	704.369
Móveis e utensílios	1.126	1.156	1.139	1.169
Veículos	596	610	883	896
	884.674	**885.032**	**885.157**	**885.500**

Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Companhia, a partir de 01.01.2007, passou a depreciar esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações, logo estes ativos estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

e) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação sobre o referido ajuste não resulta em efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 31.12.2013 e 31.12.2012, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R$ 799.114 e R$ 882.811, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos exercícios findos em 31.12.2013 e 31.12.2012 foi de R$ 83.697 e R$ 90.515, respectivamente.

f) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 31.12.2013 e 31.12.2012, é de R$ 762.724 e R$ 451.214, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.046.106 e R$ 1.094.647, respectivamente, no consolidado.

g) Apropriação dos encargos financeiros

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos e às concessões a pagar são reconhecidos no ativo imobilizado em curso durante o período de construção das usinas. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado consolidado, nos exercícios de 2013 e 2012, foram de R$ 21.061 e R$ 33.841, respectivamente.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis.

No ano de 2013, a Companhia reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no valor de R$ 68.698, na controladora, e de R$ 72.837, no consolidado, principalmente dos ativos da Usina Termelétrica Charqueadas em razão de normas impostas recentemente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que reduzirão o reembolso do consumo de carvão, a partir de janeiro de 2016, dependendo do padrão de eficiência da usina, e não possibilitarão a recuperação de investimentos adicionais que seriam necessários para o atingimento de novos fatores de eficiência exigidos pelo regulador. O valor de recuperação corresponde ao valor de venda dos ativos, líquidos dos custos necessários à venda, definido com base em dados de mercado observáveis (Nivel 2) e considerando o seu melhor uso possível.

i) Concessões e autorizações do Órgão Regulador

i.1) Concessões para a geração de energia hidrelétrica

Concessões	Detentor (a) da concessão	Capacidade instalada MW	Data do ato	Vencimento
UHE Salto Santiago	Tractebel Energia	1.420	28.09.1998	27.09.2028
UHE Salto Osório	Tractebel Energia	1.078	28.09.1998	27.09.2028
UHE Passo Fundo	Tractebel Energia	226	28.09.1998	27.09.2028
UHE Itá	Tractebel Energia/Itasa	1.450	28.12.1995	16.10.2030
UHE Machadinho	Tractebel Energia	1.140	15.07.1997	14.07.2032
UHE Cana Brava	Tractebel Energia	450	27.08.1998	26.08.2033
UHE Ponte de Pedra	Tractebel Energia	176	01.10.1999	30.09.2034
UHE São Salvador	Tractebel Energia	243	23.04.2002	22.04.2037
UHE Estreito	CEE	1.087	26.11.2002	26.11.2037

A Companhia possui, direta e indiretamente, nas usinas Itá, Machadinho e Estreito, o equivalente a 1.126,9 MW, 403,9 MW e 435,6 MW, respectivamente, das capacidades instaladas das usinas, que correspondem às suas participações acionárias e/ou em consórcio.

i.2) Autorizações para geração termelétrica, eólica e pequenas centrais hidrelétricas

Autorizações	Detentor (a) da autorização	Capacidade instalada (MW)	Data do ato	Vencimento
Usinas termelétricas (UTE)				
Complexo Termelétrico Jorge Lacerda	Tractebel Energia	857	28.09.1998	27.09.2028
UTE Charqueadas	Tractebel Energia	72	28.09.1998	27.09.2028
UTE Alegrete[22]	Tractebel Energia	66	28.09.1998	27.09.2028
UTE William Arjona	Tractebel Energia	190	02.06.2000	28.04.2029
Unidade de Cogeração Lages	Lages	28	30.10.2002	29.10.2032
UTE Ibitiúva Bioenergética	Consórcio Andrade[23]	33	05.04.2000	04.04.2030
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
PCH Rondonópolis	Tupan	27	19.12.2002	18.12.2032
PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha	Hidropower	24	19.12.2002	18.12.2032
PCH Areia Branca	Areia Branca	20	03.05.2000	02.05.2030
Usinas eólicas (EOL) em operação				
EOL Beberibe	Beberibe	26	04.08.2003	03.08.2033
EOL Pedra do Sal	Pedra do Sal	18	02.10.2002	01.10.2032
EOL Trairí	Trairí	25	20.09.2011	27.08.2041
EOL Guajiru	Guajiru	30	20.09.2011	27.08.2041
EOL Fleixeiras I	Fleixeiras I	30	20.09.2011	27.08.2041
Usinas eólicas (EOL) em construção				
EOL Mundaú	Mundaú	30	20.09.2011	27.08.2041

A Companhia possui 22,9 MW da capacidade instalada da Usina Ibitiúva Bioenergética, que correspondem às suas participações acionárias e no consórcio.

j) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Aneel nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

[22] A UTE Alegrete está com a operação temporariamente suspensa.
[23] As consorciadas são a controlada indireta Ibitiúva Bioenergética S.A. (72,90%) e Andrade Açúcar e Álcool (27,10%).

k) Bens da União Federal utilizados pela Companhia

A Companhia exerce a posse e opera a UTE Alegrete, composta de duas unidades geradoras com capacidade total de 66 MW e uma vila residencial com 15 casas, localizada no Município de Alegrete (RS), de titularidade da União Federal e cedida em regime especial de utilização.

No ano de 2013, o lastro comercial e a operação da usina foram temporariamente suspensos. Dessa forma, a Companhia solicitou a ANEEL a revogação definitiva da autorização da Usina e sua devolução à União, constituindo uma provisão para redução ao valor recuperável do ativo, no montante de R$ 1.848.

14 – INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		31.12.2013			31.12.2012
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	33.685	(22.765)	**10.920**	**10.246**
Outros	-	-	-	**-**	**719**
		33.685	**(22.765)**	**10.920**	**10.965**

		Consolidado			
		31.12.2013			31.12.2012
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2037	40.887	(23.130)	17.757	16.996
Direito de compra de energia	Até 2023	64.561	(6.015)	58.546	64.561
Condicionantes de licença de operação	Até 2014	22.243	(15.354)	6.889	14.556
Direitos do Projeto Trairí	Até 2041	12.668	-	12.668	12.668
Direitos do Projeto Campo Largo	-	21.670	-	21.670	-
Direitos do Projeto Santa Mônica	-	5.715	-	5.715	-
Gastos com desenvolvimento	-	3.107	-	3.107	-
Outros	-	-	-	-	719
		170.851	**(44.499)**	**126.352**	**109.500**

b) Descrição dos principais ativos intangíveis

Os direitos de uso decorrem, substancialmente, dos gastos com os direitos de passagem de linhas de transmissão e das licenças de softwares.

O direito de compra de energia refere-se a aquisição dos direitos sobre contratos de compra de energia.

Os direitos sobre as licenças de operação correspondem aos custos com as condicionantes socioambientais necessários para a obtenção e manutenção de licença de operação.

Os direitos do Projeto Trairí, Campo Largo e Santa Mônica decorreram do valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos adquiridos na combinação de negócios.

A amortização desses direitos é iniciada após a entrada em operação comercial e reconhecida de forma linear no prazo de autorização ou início da vigência das respectivas licenças e contratos. Outros detalhes sobre projetos adquiridos estão descritos na Nota 12 – Investimentos.

c) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01.01.2012	**15.852**	**96.549**
Ingresso	2.516	28.284
Transferência para o ativo imobilizado	-	(24)
Amortização	(7.403)	(15.309)
Saldos em 31.12.2012	**10.965**	**109.500**
Ingresso	5.146	7.604
Aquisição em combinações de negócios	-	31.342
Transferência para ativo imobilizado	-	(2.600)
Incorporação CESS	404	-
Amortização	(5.595)	(19.494)
Saldos em 31.12.2013	**10.920**	**126.352**

d) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do seu valor recuperável.

15 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Circulante				
Energia elétrica comprada	9.017	17.277	179.048	62.984
Transações no âmbito da CCEE	111.097	29.678	119.228	32.974
Encargos de uso da rede elétrica	29.484	36.423	36.032	44.413
Materiais e serviços	30.827	29.768	43.787	39.166
Combustíveis fósseis e biomassa	84.630	55.342	86.366	55.342
Fornecedores de imobilizado e intangível	16.656	4.821	45.885	30.212
	281.711	**173.309**	**510.346**	**265.091**

A Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços, relacionados com a sua atividade operacional.

16 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Passivo:						
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	-	286.667	143.333	286.667	430.000
Nordic Investment Bank	-	149.990	149.990	-	-	-
BNDES	16.003	141.363	157.366	-	-	-
Bancos (Repasse BNDES)	32.317	298.811	331.128	-	-	-
Encargos	7.635	-	7.635	5.372	-	5.372
	342.622	**590.164**	**932.786**	**148.705**	**286.667**	**435.372**
Moeda estrangeira sem *hedge*						
STN[24]	-	-	-	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	129.060	129.060	-	107.613	107.613
Encargos	367	-	367	5.425	-	5.425
	367	**129.060**	**129.427**	**14.301**	**201.305**	**215.606**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	210.329	210.329	-	-	-
Encargos	350	-	350	-	-	-
	350	**210.329**	**210.679**	**-**	**-**	**-**
	343.339	**929.553**	**1.272.892**	**163.006**	**487.972**	**650.978**
Ativo não circulante:						
Mensurado ao valor justo - *hedge*						
HSBC Brasil – *swap*[25]		1.115	1.115	-	-	-
	-	**1.115**	**1.115**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**343.339**	**928.438**	**1.271.777**	**163.006**	**487.972**	**650.978**

[24] Secretaria do Tesouro Nacional

[25] Registrado na rubrica "Outros ativos não circulantes"

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Passivo:						
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	286.667	-	286.667	143.333	286.667	430.000
Nordic Investment Bank	-	149.990	149.990	-	-	-
BNDES	119.369	1.498.097	1.617.466	103.047	1.459.830	1.562.877
Bancos (Repasse BNDES)	68.392	830.932	899.324	79.165	885.907	965.072
Banco do Brasil	3.966	11.237	15.203	3.966	15.203	19.169
Encargos	13.732	-	13.732	13.231	-	13.231
	492.126	**2.490.256**	**2.982.382**	**342.742**	**2.647.607**	**2.990.349**
Moeda estrangeira sem hedge						
STN	-	-	-	8.876	93.692	102.568
BNP Paribas (Floating Rate Note)	-	129.060	129.060	-	107.613	107.613
Encargos	367	-	367	5.425	-	5.425
	367	**129.060**	**129.427**	**14.301**	**201.305**	**215.606**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	210.329	210.329	-	-	-
Encargos	350	-	350	-	-	-
	350	**210.329**	**210.679**	**-**	**-**	**-**
	492.843	**2.829.645**	**3.322.488**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**
Ativo não circulante:						
Mensurado ao valor justo - *hedge*						
HSBC Brasil – *swap*	-	1.115	1.115	-	-	-
	-	**1.115**	**1.115**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**492.843**	**2.828.530**	**3.321.373**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2012	**41.364**	**629.681**	**671.045**	**233.924**	**2.923.882**	**3.157.806**
Ingressos	-	-	-	-	244.262	244.262
Juros no resultado	49.043	-	49.043	211.730	312	212.042
Juros capitalizados	-	-	-	-	32.401	32.401
Variações cambiais	1.427	20.044	21.471	1.427	20.044	21.471
Remuneração de garantia	-	(4.992)	(4.992)	-	(4.992)	(4.992)
Transferências	156.761	(156.761)	-	366.997	(366.997)	-
Amortização de principal	(32.706)	-	(32.706)	(218.414)	-	(218.414)
Amortização de juros	(52.883)	-	(52.883)	(238.621)	-	(238.621)
Saldos em 31.12.2012	**163.006**	**487.972**	**650.978**	**357.043**	**2.848.912**	**3.205.955**
Ingressos	-	362.486	362.486	-	519.937	519.937
Incorporação CESS	49.858	426.828	476.686	-	-	-
Juros no resultado	45.418	-	45.418	209.836	-	209.836
Juros capitalizados	-	160	160	-	20.832	20.832
Variações monetárias	-	7.818	7.818	-	7.818	7.818
Variações cambiais	2.449	36.520	38.969	2.449	36.520	38.969
Remuneração de garantia	-	(3.809)	(3.809)	-	(3.809)	(3.809)
Ajuste a valor justo de dívida liquidada antecipadamente	(49.126)	-	(49.126)	(49.126)	-	(49.126)
Ajuste a valor justo de empréstimo e *swap*	-	(33)	(33)	-	(33)	(33)
Transferências	389.504	(389.504)	-	601.647	(601.647)	-
Amortização de principal	(209.375)	-	(209.375)	(405.654)	-	(405.654)
Amortização de juros	(48.395)	-	(48.395)	(223.352)	-	(223.352)
Saldos em 31.12.2013	**343.339**	**928.438**	**1.271.777**	**492.843**	**2.828.530**	**3.321.373**

c) Principais transações realizadas em 2013

c.1) Contratação de empréstimo junto ao NIB

Em janeiro de 2013, a Companhia assinou contrato de empréstimo junto ao Nordic Investment Bank (NIB), no montante de R$ 142.702, correspondentes a US$ 70.000. O recebimento ocorreu no dia 22.01.2013, no valor de R$ 141.825, líquido dos custos de captação de R$ 877. Os recursos foram utilizados em novos investimentos da Companhia.

c.2) Liberação de recursos para a UHE Estreito

No ano de 2013, o BNDES liberou para a Companhia Energética Estreito (CEE), controlada da Companhia, o montante de R$ 5.220, referente ao subcrédito social para aplicação no Investimento Social Estreito (ISE). Ainda está pendente de liberação o valor de R$ 2.902.

c.3) Contratação de empréstimo junto ao HSBC USA

Em agosto de 2013, a Companhia contratou um empréstimo junto ao HSBC USA no valor de US$ 90.000 (equivalente a R$ 207.315 na data da liberação dos recursos). A amortização do principal ocorrerá em parcela única ao final do contrato, em agosto de 2015, e os juros, amortizados trimestralmente, de novembro de 2013 até agosto de 2015. Os encargos financeiros sobre o valor do financiamento são de 1,3882% a.a. fixos.

A Política de Investimentos e Derivativos da Companhia estabelece que a utilização de instrumentos financeiros derivativos fica restrita à proteção de riscos (*hedge*) e deve ser mantida correlação estreita quanto ao perfil da dívida, volumes e prazos.

Desta forma, a Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R$ 207.315, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 1,3882% a.a. e uma posição passiva equivalente a 99,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do *swap* ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Assim, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros.

Estes recursos foram aplicados no refinanciamento de uma das parcelas do empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch e em novos investimentos.

Maiores detalhes sobre a operação podem ser encontrados na Nota 33 – Gerenciamento de Risco e Instrumentos Financeiros.

c.4) Liberação de recursos para a construção do Complexo Eólico Trairí

No ano de 2013, as liberações do BNDES para financiamento da construção das usinas da Central Eólica Fleixeiras I S.A., Central Eólica Guajiru S.A., Central Eólica Mundaú S.A. e Central Eólica Trairí S.A., controladas indiretas da Companhia, somaram o montante de R$ 125.230. Do montante total financiado, ainda se encontram pendentes de liberação R$ 850.

c.5) Liquidação antecipada da dívida, junto à Secretaria do Tesouro Nacional

Em setembro de 2013, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade das suas dívidas contratadas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no valor de R$ 64.935. A operação gerou um ganho financeiro de R$ 49.126, no resultado, decorrente da liquidação a valor de mercado da dívida e das garantias financeiras atreladas à mesma.

d) Composição por tipo de moeda estrangeira e indexadores nacionais

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2013	%	31.12.2012	%	31.12.2013	%	31.12.2012	%
Moeda nacional								
CDI	291.674	22,8	435.372	66,9	291.674	8,8	435.372	13,6
IPCA	151.017	11,9	-	-	151.017	4,5	-	-
TJLP	476.686	37,5	-	-	2.485.334	74,9	2.505.785	78,1
Não indexado	13.409	1,1	-	-	54.357	1,6	49.192	1,5
	932.786	**73,3**	**435.372**	**66,9**	**2.982.382**	**89,8**	**2.990.349**	**93,2**
Moeda estrangeira sem *hedge*								
Dólar norte americano	-	-	104.260	16,0	-	-	104.260	3,3
Euro	129.427	10,2	111.346	17,1	129.427	3,9	111.346	3,5
	129.427	**10,2**	**215.606**	**33,1**	**129.427**	**3,9**	**215.606**	**6,8**
Moeda estrangeira com *hedge*								
CDI	209.564	16,5	-	-	209.564	6,3	-	-
	209.564	**16,5**	**-**	**-**	**209.564**	**6,3**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**1.271.777**	**100,0**	**650.978**	**100,0**	**3.321.373**	**100,0**	**3.205.955**	**100,0**

O empréstimo em dólar norte americano para o qual a Companhia contratou uma troca de indexador (*swap*) para o CDI, foi considerado como uma dívida atrelada ao CDI.

e) Taxas de juros e variação das moedas estrangeiras

	2013	2012
CDI	8,1%	8,4%
TJLP[26]	5,0%	5,8%
Dólar norte americano	14,6%	8,9%
Euro	19,7%	10,7%

f) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante, líquidos do *swap*

	Controladora				Consolidado			
		Moeda estrangeira				Moeda estrangeira		
	Moeda nacional	sem *hedge*	com *hedge*	Total	Moeda nacional	sem *hedge*	com *hedge*	Total
2015	68.555	129.060	209.214	406.829	213.059	129.060	209.214	551.333
2016	68.847	-	-	68.847	214.211	-	-	214.211
2017	68.847	-	-	68.847	214.478	-	-	214.478
2018	68.847	-	-	68.847	209.707	-	-	209.707
2019	68.847	-	-	68.847	208.321	-	-	208.321
2020 a 2024	246.221	-	-	246.221	902.341	-	-	902.341
2025 a 2029	-	-	-	-	528.139	-	-	528.139
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**590.164**	**129.060**	**209.214**	**928.438**	**2.490.256**	**129.060**	**209.214**	**2.828.530**

[26] A TJLP foi reduzida de 6% para 5,5% a partir de julho de 2012 e para 5% a partir de janeiro de 2013.

g) Condições contratadas

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2013
		Vencimento	Principal e juros	
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2013, 01.2014 e 07.2014 Juros: trimestrais	291.674
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: trimestral, a partir de 10.2015 Juros: trimestrais	151.017
Bancos (Repasse Finame)	2,5% a.a.	01.2023	Principal: mensal a partir de 02.2015 Juros: trimestrais até 02.2015 e mensais a partir desta data	13.409
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	157.853
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	318.833
Controladas				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	838.671
BNDES – Crédito Social (e)	TJLP	06.2018	Mensais	22.257
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	570.011
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. (c)	10.2017	Mensais	15.300
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	85.624
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	58.019
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	49.862
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	25.402
BNDES (Subcrédito B) (d)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	25.647
Projeto Trairí (BNDES) (f)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais	358.803
Moeda estrangeira				
BNP Paribas (Floating Rate Note)	*Euribor* + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	129.427
HSBC USA (g)	1,3882% a.a.	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	210.679

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

(d) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

(e) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

(f) Para financiamento do Projeto Trairí que compõe as seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

(g) O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se tornou passiva em uma taxa equivalente a 99,9% do CDI.

h) Garantias

h.1) Controladora

Bank of America Merrill Lynch: nota promissória, no valor de US$ 273.537, correspondentes a R$ 640.788, em 31.12.2013, em favor do Bank of America N.A.

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- Financiamento da UHE São Salvador (incorporada pela Companhia em 30.12.2013): (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.

Devido à incorporação, estas garantias serão substituídas por fiança bancária para a parcela do BNDES e para os bancos repassadores não haverá garantia bancária, apenas será mantida a conta centralizadora de recebíveis.

h.2) Controladas

BNDES e Bancos (Repasse BNDES)

- Financiamento de empreendimentos hidrelétricos: (a) penhor de direitos emergentes da concessão; (b) penhor de direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica; (c) conta reserva em montante equivalente a três meses do serviço da dívida ou fiança bancária; (d) conta reserva em valor correspondente a três meses das despesas contratuais de operação e manutenção, aplicável às usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades; e (e) caução da totalidade das ações.
Além dessas garantias, no contrato com a CEE, há a garantia do penhor dos dividendos a serem pagos pela Tractebel Energia à sua controladora, GSELA.

- **Financiamento de Projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Biomassa e Eólicos**: (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do capital social das controladas; (c) recebíveis e conta reserva; e (d) fiança corporativa da Tractebel Energia.

- Banco do Brasil: (a) totalidade das ações representativas do capital social; (b) recebíveis e conta reserva; e (c) fiança corporativa da Tractebel Energia.

i) Compromissos contratuais (*covenants*)

A Companhia possui os seguintes compromissos contratuais estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos:

Dívida	*Covenants*
Controladora	
Bank of America Merrill Lynch	EBITDA[27] /despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 3,5
Nordic Investment Bank	Controladora: Dívida total / EBITDA ≤ 3,5 Consolidado: Dívida Total / EBITDA ≤ 4,5 Consolidado: EBITDA / despesas financeiras ≥ 2,0
HSBC USA	EBITDA/despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 Dívida consolidada/EBITDA ≤ 4,5
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) – UHE São Salvador	Dívida consolidada/EBITDA ≤ 4,5
Controladas	
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - CEE e Areia Branca	Índice de cobertura do serviço da dívida[28] ≥ 1,2
BNDES e Bancos (Repasse BNDES) - Beberibe e Pedra do Sal	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
BNDES - Ibitiúva	Índice de endividamento geral ≤ 0,80 Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3
BNDES – Energias Eólicas do Nordeste (*holding*) das empresas Central Eólica Trairí, Central Eólica Guajiru, Central Eólica Fleixeiras e Central Eólica Mundaú	Índice de cobertura do serviço da dívida ≥ 1,3

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

[27] EBITDA: Lucro operacional - resultado financeiro - depreciação e amortização.
[28] Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida

17 – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado			
	31.12.2013	31.12.2012		
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
2ª Emissão – série única	166.706	156.825	158.548	315.373
Juros	7.366	13.217	-	13.217
	174.072	**170.042**	**158.548**	**328.590**

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01.01.2012	**183.540**	**307.854**	**491.394**
Juros no resultado	28.705	126	28.831
Variação monetária	7.691	11.477	19.168
Transferências	160.909	(160.909)	-
Amortização de principal	(176.786)	-	(176.786)
Pagamento de juros	(34.017)	-	(34.017)
Saldos em 31.12.2012	**170.042**	**158.548**	**328.590**
Juros no resultado	16.658	22	16.680
Variação monetária	8.574	5.040	13.614
Transferências	163.610	(163.610)	-
Amortização de principal	(162.276)	-	(162.276)
Pagamento de juros	(22.536)	-	(22.536)
Saldos em 31.12.2013	**174.072**	**-**	**174.072**

- Pagamento da segunda parcela das debêntures da 2ª emissão

Em maio de 2013, a Companhia pagou a segunda parcela das debêntures no valor de R$ 184.812, sendo R$ 162.276 referentes à amortização de principal e R$ 22.536 relativos ao pagamento de juros.

c) Condições contratadas

			Condições de Pagamento		
	Quantidade	Remuneração	Juros/variação monetária	Principal	Garantia
2ª Emissão - série única	35.000	IPCA[29] + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 05.2012/13/14	Sem garantia

[29] Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Nos anos de 2013 e 2012 o IPCA variou 5,9% e 5,8%, respectivamente. Os *covenants* das debêntures - EBITDA / despesas financeiras consolidadas ≥ 2,0 e Dívida consolidada / EBITDA ≤ 3,5 - estão sendo cumpridos pela Companhia.

18 – CONCESSÕES A PAGAR

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Usina Hidrelétrica Cana Brava	587.992	508.629	587.992	508.629
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	524.297	459.258	524.297	459.258
Usina Hidrelétrica São Salvador	439.539	-	439.539	419.712
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	43.341	41.327
	1.551.828	**967.887**	**1.595.169**	**1.428.926**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	47.397	3.129	51.763	48.800
Passivo não circulante	1.504.431	964.758	1.543.406	1.380.126
	1.551.828	**967.887**	**1.595.169**	**1.428.926**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,3% a.a.

Durante a construção das usinas a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária é capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

b) Valores originais contratados

Os valores originais, atualizados pela variação anual do IGP-M (Cana Brava e Ponte de Pedra) e do IPCA (Estreito e São Salvador), a seguir indicados, são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais abaixo informados.

	Valor original		Valor atualizado	
Usinas e anos de pagamento	**Pagamento Anual**	**Pagamento Total**	**Pagamento Anual**	**Pagamento Total**
Usina Hidrelétrica Cana Brava				
Até 31.07.2023	680	6.517	2.778	23.951
De 01.08.2023 a 31.07.2033	61.280	612.800	222.298	2.222.980
		619.317		**2.246.931**
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra				
Até 30.09.2019	200	1.150	631	3.674
De 01.10.2019 a 30.09.2020	16.200	16.200	51.890	51.890
De 01.10.2020 a 30.09.2034	31.109	435.531	99.646	1.395.050
		452.881		**1.450.614**
Usina Hidrelétrica São Salvador				
Até 30.04.2037	20.000	**488.333**	46.457	**1.104.687**
Usina Hidrelétrica Estreito				
Até 31.12.2037	1.960	**47.358**	4.596	**111.130**

c) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldos em 01.01.2012	**2.643**	**825.730**	**828.373**	**45.688**	**1.220.264**	**1.265.952**
Ingresso	-	-	-	-	3.515	3.515
Juros capitalizados	-	-	-	-	1.440	1.440
Juros no resultado	-	78.822	78.822	-	121.237	121.237
Variações monetárias	-	63.416	63.416	-	85.835	85.835
Transferências	3.210	(3.210)	-	52.165	(52.165)	-
Amortizações	(2.724)	-	(2.724)	(49.053)	-	(49.053)
Saldos em 31.12.2012	**3.129**	**964.758**	**967.887**	**48.800**	**1.380.126**	**1.428.926**
Juros capitalizados	-	-	-	229	-	229
Juros no resultado	-	90.976	90.976	-	136.282	136.282
Variações monetárias	-	56.331	56.331	-	81.339	81.339
Incorporação CESS	44.135	395.404	439.539	-	-	-
Transferências	3.038	(3.038)	-	54.341	(54.341)	-
Amortizações	(2.905)	-	(2.905)	(51.607)	-	(51.607)
Saldos em 31.12.2013	**47.397**	**1.504.431**	**1.551.828**	**51.763**	**1.543.406**	**1.595.169**

d) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
2015	43.478	47.465
2016	39.524	43.148
2017	35.938	39.232
2018	32.678	35.673
2019	37.715	40.438
2020 a 2024	460.022	470.336
2025 a 2029	544.649	551.053
2030 a 2034	296.729	300.705
2035 a 2037	13.698	15.356
	1.504.431	**1.543.406**

19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Imposto de renda	334.442	315.369	336.524	338.678
Contribuição social	103.412	94.455	104.553	98.303
	437.854	**409.824**	**441.077**	**436.981**
(-) Tributos federais a compensar	(6.267)	(53.296)	(6.911)	(54.199)
	431.587	**356.528**	**434.166**	**382.782**

As obrigações fiscais correntes são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

Em 2013, a Companhia utilizou crédito de PIS e Cofins decorrente de decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia.

20 – OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Tributos federais				
PIS e Cofins	11.765	18.648	12.581	22.661
INSS	3.184	3.597	3.955	4.277
Outros	1.807	1.431	1.850	1.471
	16.756	**23.676**	**18.386**	**28.409**
(-) Tributos federais a compensar	(5.077)	(22.245)	(5.390)	(22.232)
	11.679	**1.431**	**12.996**	**6.177**
Tributos estaduais				
ICMS a pagar	3.655	6.110	16.256	27.457
(-) Tributos estaduais a compensar	(1.988)	(1.717)	(1.989)	(1.724)
	1.667	**4.393**	**14.267**	**25.733**
Tributos municipais				
ISSQN[30]	654	623	1.701	1.384
Obrigações regulatórias				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	28.896	15.231	32.894	19.727
Taxa de fiscalização	903	931	1.069	1.128
	29.799	**16.162**	**33.963**	**20.855**
	43.799	**22.609**	**62.927**	**54.149**

As obrigações fiscais correntes são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

Em 2013, a Companhia utilizou crédito de PIS e Cofins decorrente de decisão judicial transitada em julgado favorável à Companhia.

[30] Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

21 – PROVISÃO PARA REMUNERAÇÕES E ENCARGOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Passivo circulante				
Provisão para participação nos resultados e bônus	40.267	35.311	40.267	35.311
Provisão para férias	20.464	18.606	20.829	18.991
Provisão para gastos com demissão voluntária	2.408	7.069	2.408	7.069
Outras	618	414	618	414
	63.757	**61.400**	**64.122**	**61.785**

Provisão para participação nos resultados e bônus gerencial

Em complemento ao pagamento de salário fixo, a Companhia mantém um sistema de remuneração variável, de periodicidade anual, que consiste em dois programas: (i) Programa de Participação nos Lucros ou Resultados - aplicável a todos os empregados da Companhia e atrelado aos resultados auferidos; e (ii) Programa de Bônus Gerencial - aplicável a todos os empregados enquadrados na carreira gerencial e vinculados aos resultados das suas áreas e ao seu desempenho individual.

22 – OBRIGAÇÕES COM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Passivo circulante				
FNDCT	484	1.058	741	1.300
MME	241	529	369	650
Projetos	47.804	51.656	54.887	54.999
	48.529	**53.243**	**55.997**	**56.949**
Passivo não circulante				
Projetos	**26.416**	**5.779**	**27.416**	**10.535**

A Tractebel Energia, na condição de empresa geradora de energia elétrica, autorizada à produção independente, está obrigada a aplicar anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 40% a projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 20% ao Ministério das Minas e Energia (MME) a fim de custear, principalmente, os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético brasileiro.

Em 31.12.2013 a Companhia e suas controladas tinham saldo de R$ 82.303 para investimentos em projetos próprios, dos quais R$ 56.812 já estão comprometidos com projetos em andamento e o montante remanescente ainda não está vinculado a projetos a serem submetidos à avaliação pela Aneel.

Parte substancial do valor já comprometido refere-se aos projetos de implementação de uma usina solar fotovoltaica (FV) de 3MWp[31] e do desenvolvimento e certificação de um aerogerador com tecnologia nacional e potência nominal de 3,3 MW.

23 – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Riscos prováveis:	**31.12.2013**	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Fiscais				
INSS	16.904	16.195	16.904	16.195
Outros	3.901	4.767	4.491	6.533
	20.805	**20.962**	**21.395**	**22.728**
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	79.745	65.085	79.745	65.085
Contratos com fornecedores	26.661	25.549	26.661	25.549
Benefícios de aposentadoria	12.072	10.894	12.072	10.894
Ambientais	9.117	7.873	9.117	7.873
Doença ocupacional e acidente do trabalho	2.352	4.785	2.352	4.785
Desapropriações	20.991	15.298	20.991	15.298
Ações diversas	10.570	7.203	12.725	11.275
	161.508	**136.687**	**163.663**	**140.759**
Trabalhistas	**9.646**	**9.794**	**9.914**	**11.233**
Total	**191.959**	**167.443**	**194.972**	**174.720**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	14.305	28.439	15.136	29.170
Passivo não circulante	177.654	139.004	179.836	145.550
	191.959	**167.443**	**194.972**	**174.720**

[31] Watt-pico (Wp): medida de potência energética associada à geração fotovoltaica.

a.1) Riscos fiscais prováveis

- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 31.12.2013 é de R$ 14.801 (R$ 14.151 em 31.12.2012), na controladora e no consolidado.

a.2) Riscos cíveis prováveis

- Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No terceiro trimestre de 2013, foi proferida sentença de mérito julgando a ação parcialmente procedente, porém a Aneel e alguns agentes apelaram da decisão para o Tribunal de Justiça.

- Contratos com fornecedores – Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

A Tractebel Energia apresentou contestação em março de 2002, sendo que em setembro de 2006 foi decidido que a Aneel deveria ingressar no processo como ré, o que deslocaria a competência da Justiça Comum para a Justiça Federal.

Após longa tramitação foi fixada a competência da Justiça Comum para julgar o processo. Em novembro de 2012 foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A mesma se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 31.12.2013 é de R$ 23.665 (R$ 21.658 em 31.12.2012), na controladora e no consolidado.

- Benefício de aposentadoria

Refere-se, substancialmente, à ação ajuizada contra a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (Eletrosul), por meio da qual os participantes da fundação, autores na ação, requerem a declaração de nulidade ou, alternativamente, que sejam declaradas ineficazes as opções por eles exercidas no sentido de limitar as contribuições para a fundação aos seus salários de contribuição, que resultou na redução dos seus benefícios de aposentadoria.

A decisão de primeiro grau, confirmada pelo TJSC, é contrária aos interesses da Eletrosul e ELOS. Em 2011 a Companhia firmou um acordo com a maior parte dos reclamantes. O montante estimado para cobrir os riscos relativos à ação dos reclamantes que não aderiam ao acordo é de R$ 11.689 em 31.12.2013 (R$ 10.545 em 31.12.2012), na controladora e no consolidado.

- Ambientais

A Companhia responde atualmente a treze ações civis públicas ambientais. Os objetos dessas ações estão divididos da seguinte forma: (i) três ações requerem a implantação de reflorestamento e constituição de Área de Preservação Permanente (APP) de 100 metros no entorno dos reservatórios das usinas hidrelétricas Salto Osório e Salto Santiago; (ii) uma ação relativa aos supostos danos causados pelo enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Cana Brava; e (iii) uma ação decorrente do despejo de cinzas da Usina Termelétrica Charqueadas. Essas ações estão seguindo seus trâmites normais na Justiça.

- Doença ocupacional e acidente do trabalho

Correspondem a ações ajuizadas por ex-empregados, cujo objeto versa, principalmente, sobre lesão por esforço repetitivo e eventual dano da capacidade auditiva. As previsões iniciais de condenação não se confirmaram e o resultado dessas ações tem sido amplamente favorável à Companhia. A provisão é constituída para cada causa considerando o provável desembolso futuro que a Companhia espera ter para encerrar a ação por acordo ou condenação.

- Desapropriações

Referiam-se, substancialmente, a ações impetradas por pessoas físicas e jurídicas cujo objeto versa sobre indenizações relativas a desapropriações das áreas atingidas pelo reservatório das usinas hidrelétricas Cana Brava, Ponte de Pedra e São Salvador.

- Ações diversas

Decorrem, principalmente, de ações requerendo reassentamento rural ou emissão de carta de crédito e ações indenizatórias ajuizadas por pessoas físicas e jurídicas que alegam terem sido atingidas pelas áreas alagadas dos reservatórios das usinas da Companhia.

a.3) Riscos trabalhistas prováveis

Referem-se a ações trabalhistas em andamento movidas por ex-empregados, sindicatos ou por trabalhadores de empresas terceirizadas, cujos objetos correspondem, principalmente, a pedidos de vínculo empregatício, FGTS, horas extraordinárias, complementação de benefício na Previdência Complementar e indenizações diversas.

b) Mutação das provisões para riscos prováveis

	Controladora			
	Fiscais	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldos em 01.01.2012	**17.869**	**102.898**	**10.996**	**131.763**
Adições	2.348	23.193	745	26.286
Atualizações	789	12.886	776	14.451
Pagamentos	-	(733)	(1.203)	(1.936)
Reversões	(44)	(1.557)	(1.520)	(3.121)
Saldos em 31.12.2012	**20.962**	**136.687**	**9.794**	**167.443**
Adições	1.694	19.080	1.882	22.656
Atualizações	745	21.286	950	22.981
Pagamentos	-	(4.682)	-	(4.682)
Reversões por realização	(95)	(3.516)	(160)	(3.771)
Reversões por ajuste	(2.608)	(7.488)	(2.820)	(12.916)
Incorporação CESS	107	141	-	248
Saldos em 31.12.2013	**20.805**	**161.508**	**9.646**	**191.959**

	Consolidado			
	Fiscais	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldos em 01.12.2012	**17.869**	**112.341**	**10.996**	**141.206**
Adições	4.112	24.093	2.184	30.389
Atualizações	791	14.041	776	15.608
Pagamentos	-	(7.334)	(1.203)	(8.537)
Reversões	(44)	(2.382)	(1.520)	(3.946)
Saldos em 31.12.2012	**22.728**	**140.759**	**11.233**	**174.720**
Adições	1.815	17.343	2.037	21.195
Atualizações	759	21.677	950	23.386
Pagamentos	-	(4.683)	-	(4.683)
Reversões por realização	(95)	(3.706)	(347)	(4.148)
Reversões por ajuste	(3.812)	(7.727)	(3.959)	(15.498)
Saldos em 31.12.2013	**21.395**	**163.663**	**9.914**	**194.972**

c) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	227.760	271.796	499.556	115.740	554.796	670.536
Cíveis	16.409	455	16.864	15.143	412	15.555
Trabalhistas	8.098	23.932	32.030	6.774	27.829	34.603
	252.267	**296.183**	**548.450**	**137.657**	**583.037**	**720.694**

	Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	290.421	285.120	575.541	163.999	557.582	721.581
Cíveis	42.550	607	43.157	38.696	1.456	40.152
Trabalhistas	10.103	23.932	34.035	6.824	30.200	37.024
	343.074	**309.659**	**652.733**	**209.519**	**589.238**	**798.757**

c.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

- Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 31.12.2013 é de R$ 57.927 (R$ 55.502 em 31.12.2012) na controladora e no consolidado.

- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir disponibilização do consumo medido pela distribuidora é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão, a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para ambos foi negado provimento ao pedido, bem como indeferido o Recurso. Em relação aos processos cujos recursos na esfera administrativa não foram admitidos, a TBLC aguarda o processo de execução por parte da Secretaria da Fazenda para apresentar embargos à execução na esfera judicial.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 31.12.2013 é de R$ 16.389 (R$ 13.995 em 31.12.2012), na controladora, e de R$ 63.230 (R$ 52.902 em 31.12.2012), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 31.12.2013 é de R$ 30.736 (R$ 29.688 em 31.12.2012), na controladora e no consolidado.

- Recuperação de PIS e Cofins – CCC/CDE

Conforme exposto adiante no rol de processos classificados como riscos remotos, sob este mesmo título, em que o mérito está relacionado à não caracterização do registro contábil como receita, em 22.01.2014, a Companhia foi comunicada, por intimação, de que o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou 11 dos 16 processos, que se encontram naquele órgão, referentes a PIS e Cofins compensados com outros tributos federais, relativamente a valores recolhidos indevidamente sobre rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção CCC", destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC), no período de fevereiro de 2004 a dezembro de 2005. Por esta razão, o valor de R$ 23.599, na controladora e no consolidado, relativo aos 16 processos, foi reclassificado de risco remoto para risco possível. Em razão das decisões desfavoráveis nos processos mencionados anteriormente, foi adicionado ao risco possível o montante de R$ 72.328, na controladora e no consolidado, referente aos processos que se encontram pendentes de decisão na Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis.

c.2) Riscos fiscais remotos

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco remoto são os que seguem:

- Recuperação de PIS e Cofins

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do PIS e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, em 01.09.2006, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o PIS, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

O principal valor computado na base de cálculo do PIS e da Cofins, objeto de questionamento, referia-se à rubrica contábil denominada "Receita de Subvenção CCC", destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC)" (Subvenção CCC).

Os combustíveis fósseis para geração de energia termoelétrica são adquiridos com recursos da CCC, sob a administração da Eletrobras, não representando, portanto, ônus para as geradoras.

A sistemática de contabilização prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definia que o consumo de tais combustíveis fosse reconhecido como custo de operação em contrapartida de receita de Subvenção CCC.

Ao constatar que a forma de contabilização não era adequada, porquanto, o combustível não constituía ônus das geradoras, não sendo apropriado seu reconhecimento como custo e, concomitantemente, receita, a ANEEL procedeu à alteração do Manual de Contabilidade para, a partir do exercício social de 2006, refletir a contrapartida em conta retificadora dos custos de operação e não mais como receita. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em razão do reconhecimento, pela ANEEL, de que o procedimento contábil até então adotado estava inadequado e, consequentemente, a base de cálculo do PIS e da Cofins continha valores que não possuíam natureza de receita, a Companhia compensou, também, os valores recolhidos a maior relativamente ao período de 2004 a 2005.

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, já incluídos os juros e multas, alegando que a Subvenção CCC representa faturamento, sendo obrigatória a sua inclusão na base de cálculo do PIS e da Cofins no período mencionado e que, portanto, era indevida a compensação efetuada.

A impugnação referente a esse auto de infração encontra-se aguardando julgamento da Delegacia da Receita Federal em Julgamento de Florianópolis (DRJ). O montante atualizado em 31.12.2013 é de R$ 157.891 (R$ 150.437 em 31.12.2012), na controladora e no consolidado.

Em relação ao período compreendido entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005, a RFB expediu 31 autos de infração, cujo montante, em 31.12.2013, é de R$ 95.927, que corresponde a uma parte do valor compensado, sob a alegação de que, não obstante a alteração introduzida no Manual de Contabilidade pela ANEEL, o consumo de combustível fóssil de responsabilidade da CCC tem natureza de receita. A companhia apresentou manifestação de inconformidade em relação a todos os processos.

Dos 31 processos, 16 encontram-se Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que já julgou 11 processos, no montante de R$ 6.748, pela manutenção do lançamento do fisco. Os 5 processos pendentes de julgamento no CARF totalizam R$ 16.851. Considerando que o CARF consignou entendimento em desacordo com o princípio da verdade material, negando a análise de documentos acostados aos autos que comprovariam a regularidade das informações prestadas ao Fisco Federal e a inexistência de receita nos lançamentos contábeis, em dissonância com entendimento jurisprudencial pacífico firmado naquela corte, a Companhia ingressou com Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Os 15 processos remanescentes, no montante de R$ 72.328, aguardam decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (DRJ).

Na avaliação da administração e dos consultores jurídicos da Companhia, os argumentos da Receita Federal do Brasil não procedem, porquanto o conceito atribuído à sistemática da Subvenção da CCC, para fins de contabilização de combustíveis fósseis consumidos pelos agentes geradores de energia elétrica não era compatível com a natureza jurídica de receita.

Dessa forma, em relação ao primeiro período retro comentado, cujo mérito está associado à não caracterização da contrapartida do lançamento contábil referente ao consumo de combustíveis fósseis de responsabilidade da CCC como faturamento, a administração e os consultores jurídicos da Companhia consideram que o risco de perda é remoto.

Contudo, no que concerne ao segundo período, em que o mérito está associado à não caracterização do lançamento contábil como receita, em razão do julgamento desfavorável à Companhia em 11 processos, cuja intimação foi recebida em 22.01.2014, o risco foi reclassificado de remoto para possível.

- Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)

Em 30.12.2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, sob a alegação de que a Companhia efetuou nos anos-calendários de 2005, 2006 e 2007, exclusões não autorizadas na apuração de imposto de renda e contribuição social, referentes a valores de RIC.

Em 02.09.2013, a Fazenda Nacional formalizou sua ciência do Acórdão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, onde seus membros, depois da análise de mérito da questão, julgaram, por unanimidade, procedente a impugnação, bem como da ausência de interesse na interposição de recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais, ocorrendo, assim, o trânsito em julgado da questão com desfecho favorável à Companhia. Desta forma, a Companhia deixou de apresentar a ação que vinha sendo classificada como de risco remoto.

24 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG. As principais características dos planos administrados pela Companhia são as seguintes:

a) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora e a contribuição da Companhia corresponde a duas vezes a contribuição de seus empregados. Os benefícios previstos no plano BD são os seguintes:

- Complementação de aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez e por idade;
- Complementação de aposentadoria especial e de ex-combatente;
- Complementação de pensão;
- Complementação de auxílio reclusão;
- Abono anual; e
- Auxílio funeral.

Atualmente, na PREVIG, esse plano possui 71 participantes (81 em 31.12.2012), dos quais 23 estão no plano BD e 48 no plano BSPS (a seguir especificado). Já na ELOS, esse plano possui 4 participantes em 31.12.2013 e 31.12.2012.

Em 31.12.2013, a PREVIG tinha 468 (456 em 31.12.2012) aposentados e pensionistas em gozo de benefícios e a ELOS 2.200 (2.185 em 31.12.2012).

As despesas administrativas da ELOS são rateadas proporcionalmente a cada patrocinadora de acordo com o patrimônio dos seus participantes. No ano de 2013, 46,8% das despesas administrativas foram pagas pela Tractebel Energia (48,1% em 2012) e o restante pela Eletrosul. O valor de responsabilidade da Companhia em 2013 foi de R$ 2.411 (R$ 2.466 em 2012).

A Companhia é responsável, também, por 100% do valor das despesas administrativas da PREVIG vinculadas ao plano BD, as quais são limitadas em 15% do total das respectivas receitas previdenciárias. O valor dessas despesas no exercício de 2013 foi de R$ 1.693 (R$ 1.877 em 2012).

b) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS)

A Companhia mantém ainda um plano de contribuição definida (CD) na PREVIG, denominado "Prevflex" que tem sido oferecido a todos os novos contratados desde 2005. Aos empregados da Tractebel Energia foi permitido escolher entre permanecer no plano de benefícios definidos (BD) ou ser transferido para o "Prevflex" (CD).

Entretanto, para os participantes que atendessem a algumas pré-condições estabelecidas quando da criação do Prevflex, houve a opção de manter as reservas existentes naquela data no plano BD e, daí em diante, efetuar as contribuições diretamente no plano CD. Porém, caso optassem por transferir suas reservas diretamente para o plano CD, teriam direito a uma contribuição especial, o que foi aceito por 94% dos participantes. A opção pelo "BSPS" foi fechada para novas adesões.

c) Premissas atuariais

As premissas atuariais e hipóteses econômicas utilizadas na avaliação dos benefícios pós-emprego foram as seguintes:

Premissas	31.12.2013	31.12.2012
Taxa de desconto e de retorno implícito (a.a.)		
- Planos de benefícios BD (ELOS) e BD (PREVIG)	12,2%	9,0%
- Planos de benefícios BSPS	12,2%	8,0%
Inflação	5,4%	5,2%
Crescimento salarial futuro dos participantes ativos e auto patrocinados (a.a.)	5,4%	5,2%
Crescimento dos benefícios do plano patrocinado pela Companhia (a.a.)	5,4%	5,2%
Fator de capacidade (Salários e Benefícios)	100,0%	100,0%

Hipóteses	31.12.2013 e 31.12.2012
Tábua de Mortalidade (ativos)	AT 2000 (por sexo)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 *Disabled*
Tábua de Entrada em Invalidez	Watson Wyatt 1985 *Disability Class 1*
Tábua de Rotatividade	T-1 *Service Table*
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	90
Idade de Aposentadoria	Primeira data em que completam todas as carências
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que os maridos
Fator de conversão do SB-40	140%
Participantes com direito à conversão de aposentadoria especial em tempo de serviço (SB-40), que optaram pela conversão	100%

d) Demonstrativo dos benefícios pós-emprego por plano, líquidos

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total	Classificação no balanço patrimonial: Circulante	Classificação no balanço patrimonial: Não circulante
31.12.2012							
Valor presente das obrigações	1.300.358	311.843	66.181	2.661	1.681.043		
Valor justo dos ativos	(1.065.255)	(320.477)	(55.979)	-	(1.441.711)		
Avaliação Atuarial	**235.103**	**(8.634)**	**10.202**	**2.661**	**239.332**		
Superávit não reconhecido	-	7.929	-	-	7.929		
Passivo (Ativo) registrado em 31.12.2012	**235.103**	**(705)**	**10.202**	**2.661**	**247.261**	**32.368**	**214.893**[32]
31.12.2013							
Valor presente das obrigações	1.059.918	247.199	43.740	2.646	1.353.503		
Valor justo dos ativos	(849.892)	(241.352)	(47.147)	-	(1.138.391)		
Avaliação Atuarial	**210.026**	**5.847**	**(3.407)**	**2.646**	**215.112**		
Superávit não reconhecido	-	-	3.407	-	3.407		
Passivo (Ativo) registrado em 31.12.2013	**210.026**	**5.847**	**-**	**2.646**	**218.519**	**28.851**	**189.668**

Os superávits apresentados pelos planos não foram registrados em função das incertezas quanto à sua recuperação (efeito limitador ao reconhecimento do ativo).

A análise de sensibilidade preparada pelos atuários, contemplando os efeitos da elevação ou redução da taxa de desconto no valor presente das obrigações dos planos, é apresentada a seguir:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC
Efeito no valor presente das obrigações				
0,1% de aumento	(9.564)	(2.532)	(497)	(9)
0,1% de redução	9.712	2.576	507	10

[32] R$ 215.598 apresentado no passivo não circulante e R$ 705 no ativo não circulante.

Até 31.12.2012, a Companhia vinha adotando o método do "corredor" para o reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no seu resultado. De acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19 – Benefícios a empregados a partir de 01.01.2013 as remensurações anuais realizadas pelos atuários das obrigações com benefícios de aposentadoria, líquidas dos ativos dos planos, passaram a ser reconhecidas na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial – Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, eliminando assim a abordagem do "corredor" que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais no resultado. Além disso, a rentabilidade dos ativos dos planos passou a ser calculada com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente das obrigações com benefícios de aposentadoria e apresentada de forma líquida no resultado financeiro.

Para efeitos comparativos, a norma revisada foi aplicada retrospectivamente a 01.01.2012. Os efeitos no balanço patrimonial, resultado e fluxo de caixa de 31.12.2012, decorrentes da alteração dessa norma estão apresentados no quadro demonstrativo da Nota 3 – Sumário das práticas contábeis.

e) Composição das obrigações com benefícios de aposentadoria

	Controladora e Consolidado					
	31.12.2013			31.12.2012 (Reapresentado)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	21.535	55.548	77.083	19.838	72.621	92.459
Déficit não contratado						
Contribuições correntes e Cobertura de custos	872	-	872	1.385	517	1.902
Déficit não contratado	6.444	134.120	140.564	11.145	141.755	152.900
Avaliação atuarial	**28.851**	**189.668**	**218.519**	**32.368**	**214.893**	**247.261**
Passivo atuarial registrado	**28.851**	**189.668**	**218.519**	**32.368**	**215.598**	**247.966**
Ativo atuarial registrado	**-**	**-**	**-**	**-**	**705**	**705**

As obrigações com benefícios de aposentadoria reconhecidas no balanço patrimonial estão parcialmente cobertas por obrigações contratadas e/ou reconhecidas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de liquidação dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
2015	2.394	1.913	4.307
2016	2.538	2.027	4.565
2017	2.690	2.149	4.839
2018	2.852	2.278	5.130
2019	3.023	2.415	5.438
2020 a 2024	14.948	8.241	23.189
2025 a 2029	5.570	-	5.570
2030 a 2032	2.510	-	2.510
	36.525	**19.023**	**55.548**

f) Mutação

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo (Ativo) ajustado em 01.01.2012	**174.380**	**(412)**	**604**	**2.217**	**176.789**
Custo do serviço corrente	-	43	-	65	108
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	16.872	(876)	(120)	189	16.065
Contribuições	-	(1.927)	(4.338)	(67)	(6.332)
Pagamentos de obrigações contratadas	(22.553)	(3.272)	(348)	-	(26.173)
Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido decorrentes de:					
- Ajuste pela experiência	259.777	70.791	18.692	257	349.517
- Retorno sobre os ativos dos planos superior à taxa de desconto	(193.373)	(67.572)	(4.288)	-	(265.233)
- Mudanças no efeito limitador ao teto do ativo	-	2.520	-	-	2.520
	66.404	**5.739**	**14.404**	**257**	**86.804**
Passivo (Ativo) ajustado em 31.12.2012	**235.103**	**(705)**	**10.202**	**2.661**	**247.261**
Custo do serviço corrente	-	113	-	84	197
Juros líquidos sobre passivo/ativo atuarial líquido	20.092	(248)	619	184	20.647
Contribuições	-	(1.689)	(145)	(307)	(2.141)
Pagamentos de obrigações contratadas	(21.669)	(3.482)	(369)	-	(25.520)
Perdas (Ganhos) na remensuração do passivo líquido decorrentes de:					
- Ajuste pela experiência	78.059	18.681	997	419	98.156
- Mudanças nas premissas financeiras	(336.531)	(90.620)	(25.760)	(395)	(453.306)
- Retorno sobre os ativos dos planos inferior à taxa de desconto	234.972	92.503	11.049	-	338.524
- Mudanças no efeito limitador ao teto do ativo	-	(8.706)	3.407	-	(5.299)
	(23.500)	**11.858**	**(10.307)**	**24**	**(21.925)**
Passivo registrado em 31.12.2013	**210.026**	**5.847**	**-**	**2.646**	**218.519**

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado ao longo do ano de 2014, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	Plano ELOS BD	Plano PREVIG BD	Plano PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	36	-	81	117
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	24.350	394	(32)	262	24.974
Despesa líquida	**24.350**	**430**	**(32)**	**343**	**25.091**

A composição dos ativos dos planos por natureza de investimentos, em 31.12.2013, é a seguinte:

	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS
Renda fixa	84,1%	93,0%	94,1%
Renda variável	9,1%	4,9%	5,9%
Empréstimos	1,7%	1,8%	-
Imóveis	2,4%	-	-
Outros	2,7%	0,3%	-
	100,0%	**100,0%**	**100,0%**
Rentabilidade de 2013 - variações do valor de mercado dos ativos	7,7%	9,2%	0,9%

Os ativos de renda fixa são compostos, predominantemente, por Títulos Públicos Federais, substancialmente, as Notas do Tesouro Nacional (NTN).

A partir de 01.01.2013, de acordo com as novas regras contábeis, a rentabilidade prevista não será mais calculada pela rentabilidade dos ativos dos planos, e sim com base na taxa de desconto utilizada para fins de avaliação do valor presente das obrigações com benefícios de aposentadoria, passando também a ser apresentada líquida no resultado financeiro da Companhia.

g) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

h) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados.

As despesas administrativas de responsabilidade da Companhia no exercício de 2013 foram de R$ 2.065 (R$ 2.022 em 2012).

25 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

a) Composição

Natureza dos créditos	Controladora				
	31.12.2013				31.12.2012
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	847.233	211.808	76.251	288.059	316.050
Ganho não realizado em operações de *swap*	141.399	35.350	12.726	48.076	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	45.756	11.439	4.118	15.557	16.306
Depreciação acelerada incentivada	47.141	11.785	4.243	16.028	-
Subtotal		**297.246**	**107.009**	**404.255**	**411.715**
Ativo:					
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	123.711	30.928	-	30.928	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	114.409	28.602	10.297	38.899	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.806	32.952	11.863	44.815	44.636
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	183.693	45.923	16.532	62.455	56.144
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	46.354	11.589	4.172	15.761	-
Provisão para redução ao valor recuperável	68.698	17.175	6.183	23.358	-
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	90.077	22.519	8.107	30.626	28.814
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.939
Outros	34.273	8.568	3.085	11.653	15.384
Subtotal		**201.725**	**61.488**	**263.213**	**228.042**
Total líquido		**95.521**	**45.521**	**141.042**	**183.673**

Natureza dos créditos	Consolidado				
	31.12.2013				31.12.2012
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	847.233	211.808	76.251	288.059	316.050
Ganho não realizado em operações de *swap*	141.399	35.350	12.726	48.076	42.824
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	45.756	11.439	4.118	15.557	16.306
Depreciação acelerada incentivada	123.661	30.915	11.129	42.044	37.166
Subtotal		**316.376**	**113.895**	**430.271**	**448.881**
Ativo:					
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	123.711	30.928	-	30.928	34.566
Obrigações com benefícios de aposentadoria	114.409	28.602	10.297	38.899	43.559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.926	33.482	12.053	45.535	44.774
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	186.265	46.566	16.764	63.330	56.830
Provisão para redução ao valor recuperável	68.698	17.175	6.183	23.358	-
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	54.152	13.538	4.874	18.412	-
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	90.077	22.519	8.107	30.626	28.814
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	44.025	11.006	3.962	14.968	15.935
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	5.080
Prejuízo fiscal e base negativa de contrib. social	-	-	-	-	19.777
Outros	39.438	9.860	3.549	13.409	17.108
Subtotal		**217.145**	**67.038**	**284.183**	**266.443**
Total líquido		**99.231**	**46.857**	**146.088**	**182.438**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		**112.155**	**51.508**	**163.663**	**199.430**
Ativo		**(12.924)**	**(4.651)**	**(17.575)**	**(16.992)**
Total		**99.231**	**46.857**	**146.088**	**182.438**

b) Apresentação dos tributos diferidos

No exercício de 2012, a Companhia passou a apresentar os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses corresponderem às mesmas entidades tributárias e houver o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

c) Mutação dos impostos diferidos, líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldos em 01.01.2012	**219.957**	**197.064**
IR/CS[33] diferidos no resultado de 31.12.2012	(6.772)	14.886
Remensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria em contrapartida de ORA[34]	(29.512)	(29.512)
Saldos em 31.12.2012	**183.673**	**182.438**
Incorporação CESS	14.786	-
IR/CS diferidos no resultado de 31.12.2013	(64.872)	(43.805)
Remensuração das obrigações com benefícios de aposentadoria em contrapartida de ORA	7.455	7.455
Saldos em 31.12.2013	**141.042**	**146.088**

d) Expectativa de realização

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
2014	20.304	70.209	22.870	70.209
2015	55.539	21.187	57.673	21.187
2016	23.848	19.782	25.162	19.782
2017	12.254	19.770	13.234	19.770
2018	71.592	18.226	75.194	18.226
2019 a 2021	28.792	104.331	31.626	104.331
2022 a 2024	14.137	63.794	16.975	68.672
2025 em diante	36.747	86.956	41.449	108.094
	263.213	**404.255**	**284.183**	**430.271**

[33] Imposto de Renda e Contribuição Social
[34] Outros Resultados Abrangentes

26 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

A Companhia não possui ações em tesouraria e não efetuou transação envolvendo compra e venda de ações de sua emissão nos exercícios de 2013 e 2012.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2013 e 31.12.2012, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 31.12.2013, é de R$ 8,21 (R$ 8,43 por ação em 31.12.2012).

O quadro societário da Companhia em 31.12.2013 e 31.12.2012 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 31.12.2013 e 31.12.2012, a quantidade de ações da Companhia em poder de seus administradores era de 309.632 e 364.340 ações, respectivamente.

c) Reserva de Capital

Refere-se, substancialmente, à remuneração do capital próprio aplicado em imobilizações em curso, calculada à taxa de 10% a.a. durante os anos de 1986 a 1998, conforme legislação específica do setor elétrico. Esta reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem as reservas de lucros, e para incorporação ao capital social.

d) Reservas de lucros

- Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

- Reservas de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Esse benefício corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pela Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra.

- Reserva de retenção de lucros

A reserva foi constituída em exercícios anteriores, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a implantação de novas usinas, a manutenção do parque produtivo e a possível aquisição de participação na Usina Hidrelétrica Jirau. Em decorrência da alteração da metodologia de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, retrospectivamente à 01.01.2012, conforme mencionado na Nota 24 – Obrigações com benefícios de aposentadoria, somente para fins de apresentação, o impacto devedor no resultado do exercício de 2012, no valor de R$ 9.043, foi deduzido da reserva de lucros.

e) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme previsto no IAS 16 e CPC 27 - Ativo imobilizado e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10 - Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPC, em 01.01.2009. A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferido, foi reconhecida na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A realização desta reserva é registrada em contrapartida da conta "Lucros acumulados", na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

f) Participação de acionista não controlador

Refere-se à participação de 5% do acionista não controlador da controlada indireta Ibitiúva Bioenergética.

27 – DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Cálculo

	31.12.2013	31.12.2012
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	1.436.112	1.499.497 (*)
Reserva de incentivos fiscais	(17.196)	(18.816)
Lucros acumulados - realização dos ajustes de avaliação patrimonial	55.240	65.707
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**1.474.156**	**1.546.388**
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre	767.568	693.759
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	209.236	236.534
Dividendos adicionais propostos	461.788	576.429
Subtotal	**1.438.592**	**1.506.722**
IRRF dos juros sobre o capital próprio	35.564	39.666
Total dos dividendos anuais	**1.474.156**	**1.546.388**
Percentual do lucro líquido ajustado	**100%**	**100%**
Dividendos e juros sobre o capital próprio, antes da retenção do imposto de renda, por ação ordinária (em reais):	**2,2584046518**	**2,3690660667**

(*) Anterior à aplicação retrospectiva do CPC33 (R1).

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Tractebel Energia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76, bem como estabelece a intenção de pagar em cada ano-calendário, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado, em distribuições semestrais.

c) Distribuições realizadas e proposta relativa ao lucro líquido do exercício de 2013

c.1) Dividendos intercalares relativos ao primeiro semestre

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 30.07.2013, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2013, no valor de R$ 767.568, correspondente a R$ 1,1759130707 por ação. O início dos pagamentos dos referidos dividendos ocorreu em 23.09.2013.

c.2) Créditos de juros sobre o capital próprio

Em 25.10.2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre o capital próprio relativo ao período de 01.01.2013 a 31.12.2013, no valor bruto de R$ 244.800, correspondente a R$ 0,3750332107 por ação.

O crédito dos juros sobre o capital próprio da Companhia foi registrado contabilmente na data de 31.12.2013, com base na posição acionária do dia 25.11.2013. As ações da Companhia foram negociadas ex-juros sobre o capital próprio a partir de 26.11.2013.

Os juros, líquidos do imposto de renda na fonte, foram imputados aos dividendos obrigatórios e serão pagos em data a ser posteriormente definida pela Diretoria Executiva.

c.3) Dividendos adicionais propostos

A Companhia está propondo para aprovação do Conselho de Administração, na reunião de 20.02.2014, a proposta de pagamento de dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício de 2013, no valor de R$ 461.788 (R$ 0,7074583705 por ação).

De acordo com as práticas contábeis o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em lei ou outro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral ou pelo órgão competente, deve ser apresentado e destacado no patrimônio líquido. Esses dividendos excedem o mínimo obrigatório e, portanto, foram apresentados na conta do patrimônio líquido, denominada "Dividendos adicionais propostos", até a sua aprovação pela AGO.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2013 será ratificada pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

28 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controlada		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Suprimento de energia elétrica				
- Distribuidoras de energia elétrica	1.915.763	2.043.924	3.096.458	3.135.311
- Comercializadoras de energia elétrica	1.153.243	1.396.786	280.402	355.885
Fornecimento de energia elétrica (Consumidores livres)	211.983	198.752	2.149.963	1.632.605
Transações no mercado de curto prazo	538.999	170.909	624.690	325.300
Outras receitas	61.745	52.958	50.517	40.691
	3.881.733	**3.863.329**	**6.202.030**	**5.489.792**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
PIS e Cofins	(322.770)	(311.005)	(529.818)	(455.675)
ICMS	(19.216)	(22.331)	(64.546)	(82.775)
ISS	(1.424)	(1.313)	(1.424)	(1.313)
Pesquisa e desenvolvimento	(32.129)	(30.995)	(37.584)	(37.530)
	(375.539)	**(365.644)**	**(633.372)**	**(577.293)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**3.506.194**	**3.497.685**	**5.568.658**	**4.912.499**

Em 31.12.2013 os clientes que participavam com percentual superior a 5% da receita líquida consolidada da Companhia eram os seguintes: Celesc, CPFL Energia e Rio Grande Energia S.A. (RGE).

29 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

a) Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora				Consolidado			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	162.528	145.979	19.805	18.212	166.491	149.306	19.805	18.212
Serviço de terceiro	89.063	96.584	4.096	5.478	121.627	122.826	4.096	5.478
Material	27.638	24.878	1.002	925	32.329	27.646	1.002	925
Combustível para geração	52.942	27.143	-	-	70.058	39.659	-	-
Royalties[35]	119.729	89.223	-	-	148.139	111.838	-	-
Depreciação e amortização	355.073	362.619	-	-	574.487	550.086	-	-
Seguros	10.194	9.600	338	423	13.706	12.828	338	423
Taxa de fiscalização	10.363	11.167	-	-	12.823	13.525	-	-
Outros	21.584	18.122	976	1.103	25.129	30.069	976	1.103
	849.114	**785.315**	**26.217**	**26.141**	**1.164.789**	**1.057.783**	**26.217**	**26.141**

- Custos com pessoal

Os custos com pessoal incluem, além dos salários e encargos sociais, os benefícios de auxílio à recuperação da saúde, seguro de vida em grupo, auxílio creche às empregadas, vale alimentação e transporte, previdência privada, cursos e treinamentos, entre outros.

- Pagamento baseado em ações

A Tractebel Energia não tem nenhum programa específico de pagamento baseado em suas ações. Entretanto, a sua controladora indireta GDF SUEZ, sediada na França, mantém os seguintes programas de ações para determinados executivos e empregados: (i) opção de compra de ações na Bolsa de Valores de Paris (França), estabelecido com base nas principais responsabilidades desenvolvidas pelos beneficiários; e (ii) prêmio em ações por desempenho ou bonificação. Adicionalmente há o programa de cessão de ações gratuitas que abrange todos os empregados.

Os programas de opções de compras de ações e de prêmio em ações por desempenho tem vigência de quatro ou cinco anos e seus valores estão vinculados ao atingimento de determinados índices financeiros da GDF SUEZ. Por conta da conjuntura econômica mundial, tem-se verificado ao longo dos anos uma redução nos valores de mercado dessas opções de compra e das ações por desempenho, o que possivelmente influenciará o exercício das opções e a obtenção do benefício das ações por desempenho nos seus vencimentos.

Os custos envolvidos nesses programas são irrelevantes e integralmente pagos pela GDF SUEZ, não cabendo à Tractebel Energia nenhum desembolso relativo aos mesmos.

[35] Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

b) Despesas com vendas, gerais e administrativas:

	Controladora				Consolidado			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Pessoal	5.646	10.405	67.822	52.885	5.646	10.405	69.313	54.819
Administradores	-	-	17.925	17.130	-	-	19.942	17.984
Serviço de terceiro	704	1.602	40.528	39.339	6.486	5.692	43.167	41.575
Material	21	65	2.159	2.256	21	68	2.173	2.264
Depreciação e amortização	-	-	7.973	11.060	-	-	7.999	11.088
Aluguéis	217	227	4.902	3.552	217	239	5.694	4.108
Propaganda e publicidade	-	-	3.787	5.244	-	-	3.787	5.246
Indenizações	-	-	4.173	3.094	-	-	4.358	3.094
Contribuição PREVIG	-	-	3.062	8.414	-	-	3.062	8.414
Contribuições e doações	4.023	4.224	4.429	3.661	6.153	6.091	5.856	4.026
Outros	-	582	11.832	7.643	114	873	13.115	12.628
	10.611	**17.105**	**168.592**	**154.278**	**18.637**	**23.368**	**178.466**	**165.246**

30 – REVERSÃO (CONSTITUIÇÃO) DE PROVISÕES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Benefícios de aposentadoria	2.314	4.620	2.314	4.620
Fiscais	1.009	(2.304)	2.092	(4.068)
Cíveis	(577)	(20.903)	(247)	(20.427)
Trabalhistas	1.098	1.978	1.130	1.756
Devedores duvidosos	(387)	(2.665)	(2.235)	(2.937)
Perda em investimento	102	(15.662)	(71)	(15.662)
Outras	-	(13)	(2.200)	(242)
	3.559	**(34.949)**	**783**	**(36.960)**

31 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados	47.416	32.925	83.534	61.440
Juros sobre valores a receber	9.342	14.372	9.152	15.364
Variação monetária sobre depósitos judiciais	9.188	7.932	9.323	8.261
Variação monetária decorrente de ação judicial	29.256	-	29.256	-
Ganho na liquidação antecipada de dívida	49.126	-	49.126	-
Outras receitas financeiras	2.041	2.923	2.268	3.120
	146.369	**58.152**	**182.659**	**88.185**
Despesas financeiras				
Juros				
Empréstimos e financiamentos	41.609	44.051	206.027	207.050
Debêntures	16.680	28.831	16.680	28.831
Concessões a pagar	90.976	78.822	136.282	121.237
Obrigações com benefícios de aposentadoria	20.647	16.065	20.647	16.065
Provisões	16.913	8.325	17.053	8.459
Variação Monetária				
Empréstimos e financiamentos	7.818	-	7.818	-
Debêntures	13.614	19.168	13.614	19.168
Concessões a pagar	56.331	63.416	81.339	85.835
Provisões	6.068	6.127	6.333	6.258
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	38.969	21.471	38.969	21.471
Outras despesas financeiras	18.853	21.296	23.418	26.801
	328.478	**307.572**	**568.180**	**541.175**
Despesas financeiras, líquidas	**182.109**	**249.420**	**385.521**	**452.990**

32 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**1.936.997**	**1.936.997**	**1.957.282**	**1.957.282**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(484.249)**	**(174.330)**	**(489.321)**	**(176.155)**
Tributos sobre diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	41.716	15.018	65.885	23.719
Juros sobre o capital próprio	61.200	22.032	69.050	24.858
Incentivos fiscais	19.200	-	20.341	-
Outros	(1.445)	(27)	(4.447)	(758)
	(363.578)	**(137.307)**	**(338.492)**	**(128.336)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(410.315)	(155.442)	(342.510)	(131.090)
Diferido	46.737	18.135	4.018	2.754
	(363.578)	**(137.307)**	**(338.492)**	**(128.336)**
Alíquota efetiva	**18,8%**	**7,1%**	**17,3%**	**6,6%**

	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos tributos	**2.001.709**	**2.001.709**	**2.086.297**	**2.086.297**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(500.427)**	**(180.154)**	**(521.574)**	**(187.767)**
Tributos sobre diferenças permanentes:				
Juros sobre o capital próprio	61.200	22.032	69.050	24.858
Incentivos fiscais	21.577	-	20.341	-
Outros	7.982	2.828	(495)	170
	(409.668)	**(155.294)**	**(432.678)**	**(162.739)**
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(440.915)	(167.852)	(420.785)	(159.766)
Diferido	31.247	12.558	(11.893)	(2.973)
	(409.668)	**(155.294)**	**(432.678)**	**(162.739)**
Alíquota efetiva	**20,5%**	**7,8%**	**20,7%**	**7,8%**

33 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no ano de 2013.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são os seguintes:

- Risco relacionado às dívidas com taxa de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia e suas controladas estão expostas à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP, taxa DI, *Euribor*, IGP-M e IPCA.

No que diz respeito ao risco de taxas de juros flutuantes, a maior parte das dívidas da Companhia está vinculada à TJLP, e essa taxa, apesar de ser considerada uma taxa "flutuante", vinha sendo mantida no patamar de 6% a.a. há vários anos, o que a caracterizava como uma taxa de caráter *quasi*-fixo. Em janeiro de 2013 essa taxa foi reduzida para 5% a.a. com vistas a estimular os investimentos produtivos e o crescimento da atividade econômica do País.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IGP-M ou IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI.

- Risco relacionado às dívidas denominadas em moeda estrangeira

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e o saldo dos passivos indexados à moeda estrangeira. A política de proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus passivos designados em moeda estrangeira, a qual é permanentemente monitorada pelo Comitê Financeiro da Companhia.

Os níveis de exposição cambial da Companhia têm se mantido em níveis muito baixos em relação ao seu endividamento total. Avaliações internas de riscos e benefícios levaram a Companhia a optar por não fazer nenhuma operação de proteção cambial (*hedge*) para a dívida com o BNP Paribas, cujo saldo em 31.12.2012 é de R$ 129.427.

O empréstimo contratado com o Bank of America Merrill Lynch, denominado em dólar norte americano, está totalmente protegido através de uma operação de *swap* com o mesmo Banco sediado no Brasil, eliminando qualquer exposição da Companhia à variação da moeda estrangeira em relação ao Real. De acordo com os termos contratados, a matriz do Banco garante o pagamento de todos os fluxos de caixa decorrentes da operação de *swap* caso a sua subsidiária brasileira eventualmente não honre com as obrigações contratadas, e a Tractebel Energia dispõe do direito de liquidar o principal e os encargos financeiros das transações em base líquida, motivo pelo qual os referidos instrumentos financeiros foram considerados como um único instrumento e estão sendo apresentados em base líquida no balanço patrimonial e no resultado da Companhia.

Conforme mencionado na Nota 16 – Empréstimos e Financiamentos, em agosto de 2013, concomitantemente à contratação do empréstimo obtido junto ao HSBC USA, a Companhia contratou uma operação de *swap* com a subsidiária brasileira do HSBC (HSBC Brasil) para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, inclusive o imposto de renda incidente sobre os seus pagamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. As liquidações de ambos os instrumentos ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Desta forma, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano. Em 31.12.2013 os valores dos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são os seguintes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Juros	Custo Amortizado	Ajuste a valor Justo	Saldo Contábil
Empréstimos					
HSBC USA	US$ 90.000	1,18% a.a. + 15% (IR) = 1,3882% a.a.	211.184	(504)	210.680
Swap					
Posição ativa	US$ 90.000	1,3882% a.a.	(211.184)	504	(210.680)
Posição passiva	R$ 207.315	99,9% do CDI	209.598	(33)	209.565
Resultado do *swap*			**(1.586)**	**471**	**(1.115)**

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08 e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para o ano de 2014 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação 2013	Cenário Provável	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25% (*)	Δ + 50% (*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,00%	5,00%	-	1,25 p.p.	2,50 p.p.
- CDI	9,77%	10,50%	+ 0,73 p.p.	2,79 p.p.	5,65 p.p.
- IPCA	5,91%	5,98%	+ 0,07 p.p.	1,50 p.p.	2,99 p.p.
- IGP-M	5,51%	6,01%	+ 0,50 p.p.	1,50 p.p.	3,01 p.p.
Variação de moeda:					
- Euro	3,23	3,37	+ 4,58%	4,22	5,06

(*) Variações sobre o cenário provável.

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação dos índices observados em 2013 e os previstos no cenário provável de 2014. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais que poderão ser causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso tais cenários se materializem, são os seguintes.

	Saldos em 31.12.2013	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.485.333	-	(27.199)	(57.246)
- CDI	291.674	(514)	(1.941)	(3.893)
- IPCA	151.017	(107)	(2.308)	(4.616)
		(621)	**(31.448)**	**(65.755)**
Empréstimo com *hedge*				
- CDI	209.565	(1.371)	(5.174)	(10.376)
Debêntures				
- IPCA	174.072	(45)	(963)	(1.917)
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.112.289	(5.782)	(17.367)	(34.734)
- IPCA	482.880	(330)	(7.004)	(14.008)
		(6.112)	**(24.371)**	**(48.742)**
Total		**(8.149)**	**(61.956)**	**(126.790)**

A variação anual da taxa flutuante *Euribor*, em 31.12.2013, foi de 0,52 p.p. e o saldo do passivo financeiro indexado a esta taxa de juros na mesma data é de R$ 129.427. Eventuais variações dessa taxa não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente demonstrada.

- Risco na variação cambial:

	Saldo em 31.12.2013	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- Euro	**129.427**	**(6.107)**	**(34.838)**	**(69.666)**

Não foi calculada sensibilidade para a variação cambial do empréstimo em dólar norte americano com o HSBC, pois se encontra integralmente coberto por operação de *hedge*.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e do equivalente de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social, as reservas e os lucros acumulados incorporados às reservas de lucros.

A Tractebel Energia e suas controladas detêm dívidas que estipulam limites máximos de endividamento bruto, calculado com base no EBITDA, sendo a mais restritiva atualmente a que limita em 3,5 vezes o EBITDA. A Administração da Companhia, através da Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, acompanha permanentemente o nível de endividamento da Companhia, o qual deve se situar em torno de 2 vezes o EBITDA, podendo, porém, variar para mais ou para menos dada a política de aquisição e construção de novas usinas pela Companhia.

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2013 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As operações de *swap*, mencionadas na Nota 16 – Empréstimos e financiamentos, foram realizadas com a mesma contraparte dos respectivos empréstimos e com o objetivo exclusivo de proteção contra o risco cambial e de fluxo de caixa dos empréstimos.

- Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

O demonstrativo a seguir apresenta os passivos financeiros por período previsto de liquidação. Os valores foram determinados de acordo com os fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e de pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Controladora				
	Até 1 ano	**De 2 a 3 anos**	**De 4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	281.711	-	-	-	281.711
Instrumentos a taxas de juros:					
- pós-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	412.528	548.079	190.605	368.213	1.519.425
Debêntures	178.422	-	-	-	178.422
- pré-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	353	3.730	3.800	7.363	15.246
Concessões a pagar	49.866	100.629	100.629	4.551.109	4.802.233
	922.880	**652.438**	**295.034**	**4.926.685**	**6.797.037**

	Consolidado				
	Até 1 ano	**De 2 a 3 anos**	**De 4 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores	510.346	-	-	-	510.346
Instrumentos a taxas de juros:					
- pós-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	688.155	1.073.564	678.073	2.182.687	4.622.479
Debêntures	178.422	-	-	-	178.422
- pré-fixadas					
Empréstimos e financiamentos	10.632	22.810	16.462	12.051	61.955
Concessões a pagar	54.462	109.859	109.859	4.639.183	4.913.363
	1.442.017	**1.206.233**	**804.394**	**6.833.921**	**10.286.565**

b) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	**31.12.2012**	**31.12.2013**	**31.12.2012**
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	948.530	733.110	1.216.831	1.166.144
Depósitos vinculados	37.094	-	130.867	104.619
Instrumento financeiro derivativo - *swap*	1.115	-	1.115	-
Recebíveis e empréstimos:				
Caixa e depósitos bancários à vista	940	3.207	7.445	13.832
Contas a receber de clientes	403.654	416.357	744.758	630.263
Combustível a reembolsar	139.601	47.823	139.601	47.823
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Dividendos a receber de controladas	141.342	37.026	-	-
	1.759.162	**1.324.409**	**2.327.503**	**2.049.567**
Passivos financeiros				
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	281.711	127.546	510.346	219.328
Empréstimos e financiamentos	1.063.327	650.978	3.112.923	3.205.955
Debêntures	174.072	328.590	174.072	328.590
Concessões a pagar	1.551.828	967.887	1.595.169	1.428.926
Mensurados ao valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	209.565	-	209.565	-
	3.280.503	**2.075.001**	**5.602.075**	**5.182.799**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças, entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	932.785	923.807	435.372	435.269
- Em moeda estrangeira sem *hedge*[36]	129.427	125.520	215.606	244.638
- Em moeda estrangeira com *hedge*	209.565	209.565	-	-
Debêntures	174.072	175.472	328.590	340.460
Concessões a pagar	1.551.828	1.941.075	967.887	1.817.911
	2.997.677	**3.375.439**	**1.947.455**	**2.838.278**

	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.982.381	2.976.705	2.990.349	2.993.824
- Em moeda estrangeira sem *hedge*	129.427	125.520	215.606	244.638
- Em moeda estrangeira com *hedge*	209.565	209.565	-	-
Debêntures	174.072	175.472	328.590	340.460
Concessões a pagar	1.595.169	1.994.190	1.428.926	2.550.529
	5.090.614	**5.481.452**	**4.963.471**	**6.129.451**

[36] Contabilidade de *hedge*

34 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO				PASSIVO		
	Contas a receber				Fornecedores	Juros sobre o capital próprio	
	Energia	Serviços	Outras	Dividendos a receber	Energia		Outras
31.12.2013							
TBLC	63.588	-	-	100.000	-	-	-
CEE	27.678	-	-	25.567	-	-	-
Lages	763	138	-	13.435	-	-	-
Itasa	-	2.496	684	2.340	4.424	-	-
Ceste	-	1.408	55	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	181	-	-	-	-
GSELA	-	-	1.536	-	-	168.207	-
Outras	-	-	42	-	523		-
	92.029	**4.042**	**2.498**	**141.342**	**4.947**	**168.207**	**-**
31.12.2012	**130.199**	**3.793**	**464**	**37.026**	**4.260**	**189.783**	**294**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
31.12.2013						
TBLC	925.556	-	439	-	-	-
CEE	-	-	-	-	-	6.465
CESS	8.909	1.045	242	-	-	-
Lages	7.046	2.007	220	-	-	-
Itasa	-	14.833	-	89.778	-	-
Ceste	-	17.108	-	-	-	-
Controladas TBLP	-	-	1.050	-	-	-
Leme	-	-	-	-	1.170	-
Outras	-	-	282	-	91	-
	941.511	**34.993**	**2.233**	**89.778**	**1.261**	**6.465**
31.12.2012	**1.179.168**	**33.065**	**1.867**	**121.156**	**1.246**	**2.696**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 31.12.2013
Compra:					
TBLE - Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	1.230.995
TBLE - Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	553.657
Venda:					
TBLE - TBLC	322	2015/2016	IPCA	Março	610.144
TBLE - Lages	16	2017	IGP-M	Abril	46.224
TBLC - CEE	9	2041	IPCA	Outubro	641.739
TBLC – Projeto Trairí	64	2032	IPCA	Dezembro	1.832.617

De acordo com a política comercial da Companhia as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairí está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 31.12.2013
Itasa	16.10.2030	IGP-M	209.773
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	196.861
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	2.508

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. O prazo dos contratos é de 4 anos e os valores contratados são definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 1.737.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 31.12.2013
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Trairí, Guajiru, Fleixeiras I e Mundaú.	2.034.296
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	15.300

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 31.12.2013 é de R$ 292.960. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 135.767 em 2014, R$ 41.999 em 2015, R$ 850 em 2017, R$ 17.084 em 2022, R$ 51.796 em 2023 e R$ 32.210 por prazo indeterminado.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. O mútuo é atualizado pela variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 31.12.2013 é de R$ 16.253.

g) GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

A Companhia possui créditos de juros sobre o capital próprio a pagar para a sua controladora, no montante de R$ 168.207, referente ao crédito realizado em 31.12.2013.

h) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Honorários e benefícios de curto prazo	9.383	8.832	10.539	9.547
Bônus dos administradores	4.202	4.210	4.852	4.210
Benefícios pós-emprego	821	675	836	675
Encargos sociais	3.519	3.413	3.715	3.552
	17.925	**17.130**	**19.942**	**17.984**

35 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro vai até 31.05.2014 e o valor da cobertura é de R$ 11.355.328 na controladora e de R$ 14.422.589 no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

	Controladora		Consolidado	
Tipo de usina	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.990.595	179.966	9.041.629	197.382
Usinas termelétricas	2.729.085	1.455.682	2.729.085	1.455.682
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	878.588	120.223
	9.719.680	**1.635.648**	**12.649.302**	**1.773.287**

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 1.070.000, por evento.

b) Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia com cobertura de manutenção ampla de um ano após a entrada em operação das unidades da UHE Estreito. A cobertura total de manutenção ampla é de R$ 2.404.630, correspondente a R$ 963.535 relativos à participação da Companhia no Consórcio.

Os projetos eólicos possuem seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil nas obras. Os seguros de risco de engenharia possuem cobertura de R$ 284.352 para danos materiais e manutenção ampla e de R$ 19.145 para cobertura de perda de lucros esperados, e o de responsabilidade civil nas obras tem cobertura de R$ 20.000, para todo o período da obra.

c) Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

36 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (Eletrosul), Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) e Transmissora Delmiro Gouveia (TDG), com vigência até a data de extinção das concessões e autorizações das unidades geradoras vinculadas aos contratos.

Em 31.12.2013, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 156.015 (R$ 244.100 em 31.12.2012).

b) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia, suas controladas diretas CEE e Itasa e controladas indiretas Trairí, Guajiru, Fleixeiras e Mundaú mantêm contratos com o ONS. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2013, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 6.076.645 (R$ 6.801.279 em 31.12.2012).

c) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica, são mantidos contratos de uso do sistema de distribuição com as distribuidoras de energia das regiões onde essas usinas estão instaladas. Os contratos normalmente têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das usinas da Companhia.

Em 31.12.2013, o valor dos compromissos futuros derivados destes contratos totaliza R$ 215.008 (R$ 334.057 em 31.12.2012).

d) Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios[37]					
	2014	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Recursos próprios	3.506	3.511	3.505	3.520	3.543	3.543
Compras para revenda	824	367	245	220	200	200
Disponibilidade total	4.330	3.878	3.750	3.740	3.743	3.743
Disponibilidade contratada	4.222	3.782	3.309	2.715	2.187	1.816
% Contratados	97,5%	97,5%	88,2%	72,6%	58,4%	48,5%

- Compra de energia elétrica da Argentina

Em maio de 1998, a Tractebel Energia e a Companhia de Interconexão Energética (Cien) firmaram contrato pelo qual a Cien comprometeu-se a fornecer à Tractebel Energia 300 MW de potência firme com energia associada, por um prazo de 20 anos, contados a partir do início da operação comercial do sistema de transmissão entre o Brasil e a Argentina, ocorrido em junho de 2000.

No ano de 2006, constatou-se que a Cien não tinha possibilidade de disponibilizar a quantidade de energia contratada, fato que levou a Aneel a publicar Resolução Normativa, reduzindo para "zero" os valores de garantia física atribuídos à Cien para o atendimento do contrato com a Tractebel Energia. A redução para "zero" valeria até que a Cien comprovasse a existência de disponibilidade, o que não veio a ocorrer.

Diante da necessidade de resolver tal imbróglio, que se arrasta desde longa data, sem perspectiva concreta de solução, a Tractebel Energia, tendo em vista o inadimplemento total da Cien, recorreu ao poder judiciário solicitando principalmente a rescisão do contrato, com o pagamento da devida multa, e o ressarcimento dos prejuízos causados pelo não recebimento da energia contratada.

No presente momento não é praticável se fazer qualquer estimativa quanto ao valor envolvido na referida ação. Todas as medidas necessárias para o cumprimento das operações comerciais da Tractebel Energia, bem como para o restabelecimento do equilíbrio de seu portfólio, já foram tomadas previamente ao longo dos últimos anos.

A ação está seguindo em curso normal, tendo a Tractebel Energia se manifestado sobre considerações apresentadas pela Cien.

e) Compra de gás natural

A Companhia celebrou, no ano de 2001, contrato de aquisição de gás natural com a Companhia de Gás do Mato Grosso do Sul (MSGÁS), pelo prazo de cinco anos, renováveis por igual período, para atendimento do início da operação comercial a gás da Usina Termelétrica William Arjona (UTE William Arjona).

[37] As informações de MW médio não são revisadas pelos auditores independentes.

Com o vencimento do prazo do contrato, em 22.05.2006, a Companhia manifestou interesse em renovar o acordo, porém a MSGÁS comunicou que tal renovação dependeria de reajuste no preço do produto, conforme determinação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), vendedora do gás para a MSGÁS e anuente no contrato.

Em razão do reajuste proposto não estar adequado às condições estabelecidas no contrato, a Companhia ajuizou uma ação contra a Petrobras e MSGÁS objetivando a continuidade do suprimento de gás. Esta ação segue no aguardo de julgamento dos recursos ingressados, tanto pela Companhia como pela Petrobras, inclusive para a ampliação do prazo do contrato referente ao período em que não houve suprimento de gás.

Em novembro de 2009, a Companhia obteve uma decisão transitória favorável, determinando à MSGÁS e à Petrobras a continuidade do fornecendo gás para a UTE William Arjona. Esse fornecimento permaneceu vigente até meados do ano de 2012 quando a Petrobras obteve um efeito suspensivo que lhe permitiu novamente suspender o fornecimento do gás.

No final de 2012, sobreveio decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) dando pela intempestividade do recurso apresentado pela Petrobras no processo existente entre as partes, o que leva à perda dos efeitos da decisão suspensiva e à perda de objeto, já requeridos pela Companhia, o qual ainda pende de decisão do próprio STJ.

No mês de janeiro de 2013, a Companhia ingressou com um pedido junto ao Presidente do STJ requerendo a perda da eficácia da decisão que garantiu a Petrobras suspender, no ano de 2012, o fornecimento de gás para a UTE William Arjona.

Tal pedido foi aceito permitindo a retomada do fornecimento de gás até 22.02.2013, quando o fornecimento foi novamente suspenso após nova decisão da Ministra relatora da Medida Cautelar interposta pela Petrobras no recurso especial que restabeleceu o direito da Petrobras de não fornecer o gás até o julgamento final do Agravo Regimental.

Entretanto, em 05.11.2013, os Embargos de Declaração da Petrobras foram rejeitados e desde o dia 08.11.2013 o fornecimento de gás foi retomado. O processo sobre a defasagem do preço de gás - alegado pela Petrobras - continua vigente e no aguardo dos desfechos comentados nos parágrafos anteriores.

f) Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento abaixo mencionados foram classificados como operacionais em razão de não haver a possibilidade da transferência da propriedade do ativo para o arrendatário no final do prazo do contrato, nem da opção de compra do ativo, além de não satisfazer as demais condições necessárias para a classificação como arrendamento mercantil financeiro.

- Eólicas Beberibe, Pedra do Sal e Projeto Trairí

Os projetos eólicos da Companhia possuem contratos de arrendamento de terrenos utilizados na instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. Os contratos têm parcelas fixas e/ou variáveis e atualização por índices de inflação ou percentuais sobre a receita operacional bruta das empresas. Os prazos dos contratos normalmente são equivalentes ao das autorizações concedidas pela Aneel para a geração de energia.

Em 2013, as despesas com os arrendamentos operacionais nas referidas empresas foram de R$ 1.785 (R$ 1.501 em 2012). Os pagamentos mínimos futuros estimados são como segue:

Ano	Valor
2014	2.827
2015 a 2018	11.308
2019 em diante	37.119
	51.254

g) Contratos de construção dos parques eólicos Fleixeiras e Mundaú

A Fleixeiras e a Mundaú mantêm contratos vinculados à implantação de parques eólicos no Estado do Ceará. Os compromissos futuros referentes a esses contratos, na data base de 31.12.2013, são de R$ 38.307 (R$ 316.572 em 31.12.2012).

h) Modernização das Usinas Hidrelétricas Passo Fundo e Salto Santiago

Em dezembro de 2012, a companhia assinou contrato com a Voith Hydro Ltda. referente à modernização das usinas hidrelétricas de Passo Fundo e Salto Santiago. Os compromissos futuros, na data base 31.12.2013, são de R$ 269.285, dos quais R$ 23.163 referem-se à modernização da UHE Passo Fundo, a ser realizada até o ano de 2015, e R$ 246.122 à modernização da UHE Salto Santiago, a qual deve ser efetivada até o ano de 2017.

37 – RISCOS ESPECÍFICOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL DE GERAÇÃO DE ENERGIA

a) Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

b) Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

A eventual exigência de pagamento de custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais poderão resultar em efeitos adversos para os negócios e os resultados da Companhia.

A Política de Meio Ambiente da Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

c) Riscos sociais e trabalhistas

Buscando minimizar riscos trabalhistas presentes em suas atividades, a Companhia conta com políticas e diretrizes de gestão de recursos humanos baseadas em três pilares que são: o reconhecimento e motivação, o desenvolvimento, a saúde e o bem estar. Essas diretrizes fundamentam a identificação e a manutenção de um bom clima organizacional e mitigam os riscos sociais e trabalhistas.

Anualmente, são assinados acordos coletivos de trabalho em conformidade com as diretrizes da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrangem todos os empregados da Tractebel Energia e incluem temas como benefícios trabalhistas, segurança e saúde, equipamentos de proteção, treinamento e educação aos socorristas e às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA).

38 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As seguintes principais transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Compensação de imposto de renda e contribuição social	69.528	14.772	80.038	16.650
Aplicação no imobilizado e intangível em contrapartida de fornecedores	10.731	4.821	15.056	36.900
Apropriação no imobilizado provisionada por estimativa de desembolsos futuros	8.266	-	73.405	-
Juros capitalizados sobre financiamentos e concessões a pagar	160	-	21.061	33.841
Parcelas remanescentes a pagar na aquisição de investimentos	-	-	15.881	-
Dividendos propostos a receber de controladas	141.342	37.036	-	-
Dividendos adicionais propostos e juros sobre o capital próprio creditados	706.588	852.629	706.588	852.629
Complemento de concessão a pagar	-	-	-	3.515

39 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Entrada em operação comercial do parque eólico Fleixeiras

Em 28.01.2014, a Aneel autorizou o início da operação comercial do parque eólico Fleixeiras, localizado no município de Trairi, no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 30,0 MW e a capacidade comercial, 16,6 MW médios.

b) Data de início de pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio do exercício de 2013

A Diretoria Executiva da Companhia anunciou em 14.02.2014 que o início do pagamento do crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social findo em 31.12.2013, ocorrerá a partir de 28.02.2014. O montante bruto creditado foi de R$ 244.800, correspondentes a R$ 0,3750332107 por ação.

c) Conclusão da aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

Em 20.02.2014, após o cumprimento de todas as condições precedentes estabelecidas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2013, a Companhia concluiu a aquisição das ações de emissão da Ferrari Termoelétrica S.A. Vide informações adicionais sobre a transação na Nota 1 – Contexto operacional, item "f".

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2014.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr
Presidente

Jan Franciscus María Flachet
Vice-Presidente

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Conselheiro

Guy Marie Numa Joseph Ghislain Richelle
Conselheiro

Dirk Achiel Marc Beeuwsaert
Conselheiro

Willem Frans Alfons Van Twembeke
Conselheiro

Luiz Antônio Barbosa
Conselheiro

José Pais Rangel
Conselheiro

Luiz Leonardo Cantidiano Varnieri Ribeiro
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis – SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tractebel Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB,* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas
Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases
Reapresentação dos valores correspondentes
Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 item s.1, em decorrência das mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS
Conforme descrito na nota explicativa 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Tractebel Energia S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, de 1º de janeiro de 2012, demonstrados na nota explicativa nº 3 item s.1, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de fevereiro de 2014, sem qualquer modificação.

Florianópolis, 20 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa Tractebel Energia S.A., Paulo de Resende Salgado, Carlos Guerreiro Pinto e Manoel Eduardo Lima Lopes, abaixo assinados, após examinarem o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a proposta da Administração sobre a Distribuição de Dividendos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com base no relatório dos auditores independentes KPMG, emitido em 20 de fevereiro de 2014, sobre essas demonstrações contábeis, declaram que os mesmos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tractebel Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, estando em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2014.

Paulo de Resende Salgado
Conselheiro Presidente

Carlos Guerreiro Pinto
Conselheiro

Manoel Eduardo Lima Lopes
Conselheiro